

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Humanas - ICH  
Programa de Pós-graduação em História

Leandro de Almeida Silva

**O Discurso Modernizador de Rui Barbosa  
(1879-1923)**

Juiz de Fora  
2009

Leandro de Almeida Silva

**O Discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por LEANDRO DE ALMEIDA SILVA Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

Juiz de Fora  
2009

Leandro de Almeida Silva

**O Discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por LEANDRO DE ALMEIDA SILVA Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

Aprovada em 25 de junho de 2009

Banca Examinadora

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (orientadora)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Pós-Dr. Ricardo Vélez Rodríguez  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Surama Conde Sá Pinto  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Juiz de Fora  
2009

Ao Tales e à Cris, com muito amor.

## AGRADECIMENTOS

Ao contrário de muitos modelos de agradecimentos, eu sei por onde começar. Se não fossem meus pais, Jorge e Maria da Penha, eu não seria praticamente nada. Ao meu pai, devo o seu legado de honestidade, bondade e garra. Devo, é certo, todo o meu respeito e admiração. À minha mãe, que mesmo já não estando entre nós, ecoa seus ventos de sabedoria e habilidade política com o mundo. Ela me ensinou a arte da política. Sinto até hoje seu afeto, seu brilho e sua firmeza.

Muitas pessoas me ajudaram a percorrer esse caminho, trilhado com a sede de quem sabe lidar com as batalhas. Gostaria de lembrar-me dos meus professores de “*cursinhos*”, figuras exóticas e empolgadas com a cultura. Aos meus amigos da graduação e do mestrado: um forte abraço e meus sinceros agradecimentos por compartilharem comigo bons momentos de minha construção acadêmica.

Aos professores do Departamento de História da UFJF também meu eterno agradecimento. Ao Prof. Galba Di Mambro, pelas orientações de normas técnicas, somadas a doses incansáveis de exercícios de tranquilidade, produto de nossas conversas. Ao Ignácio Godinho Delgado, por estimular o gosto pela pesquisa em seus alunos. Ao Marco Cabral que instigou nossa turma de mestrado a pensar sobre as diversas matrizes do conhecimento. Foi muito produtivo o seu curso e suas orientações. Não poderia esquecer-me de outros queridos do espaço acadêmico do ICH. Gostaria de citar o Marquinhos (*Marquito*) da cantina, às faxineiras queridas e os meninos alegres do xerox .

À minha orientadora Cláudia Viscardi, todo o meu apreço e admiração, pelo profissionalismo e pela acolhida de um estudante, que há muito não freqüentava os bancos da Faculdade. Obrigado por acreditar em mim e depositar confiança no meu trabalho. Você é para mim uma referência cultural.

À Andréa Casa Nova Maia e ao Ricardo Vélez Rodrigues, que fizeram parte de minha Banca de Qualificação e me deram a honra de também integrarem a Banca Examinadora de minha dissertação, dispensei palavras. Foi mágico aceitarem os meus convites.

Finalmente, também com muito amor, aos outros sabores da minha família. Aos meus irmãos queridos. Obrigado por existirem. Ao Paulo César, que nunca mais tenhamos

contratempos, pois admiro sua determinação na vida. Ao Jorge Adilson, obrigado por manter sua jovialidade e ser afetivo: você merece dar a volta por cima. Ao Luís Carlos, “Carlinhos”, figura de exemplo para a humanidade. Meus parabéns! Ao meu irmão mais velho, “Lavinho”, obrigado por me ensinar a arriscar um pouco na vida para ter alguma coisa. Você é uma figura. Torço para que um dia nossa família possa estar mais unida, como era no passado. Vocês são tudo para mim, pois plantam minhas esperanças e fazem renascer minhas virtudes.

Ao Prof. Messias por ter ampliado minhas possibilidades de trabalho e aos meus alunos, que me motivaram a não desistir do meu sonho. Valeu a pena. À Ir. Ernestina por ter enxergado em mim, um bom futuro para o seu Colégio. Muito Obrigado. Ao Luís Antônio Daibert por ter percebido bondade e talento em mim: estou torcendo muito por você. Ao Miguel Detsi, obrigado pelas conversas e pelas motivações. Ao professor José Luiz Botti agradeço por disseminar o seu idealismo. Ao Francisco por me ensinar a ser forte: um abraço, “Mano”!

De forma também especial, à Mariângela, que acompanhou grande parte de minha história acadêmica: espero que se orgulhe de trabalhar comigo. Ao amigo André Carneiro, que sua humanidade contamine a todos nesse planeta nem sempre habitado por pessoas atentas à alteridade. Ao amigo Wander: meu muito obrigado por inspirar outros educadores a pensarem sobre o verdadeiro significado da arte de ensinar.

À minha esposa Cris e ao meu filho Tales, devo-lhes todo este trabalho. Obrigado por serem solidários e estarem junto comigo, em plenas férias, apoiando meus estudos e tendo paciência com as minhas intempéries. Ficar sem conversar, brincar, compartilhar e abraçar vocês foi um grande sacrifício. Mas nunca deixei de fato de fazer isso no meu imaginário repleto de felicidades por ter construído com vocês uma bela história. Espero continuarmos nessa estrada.

Dedico esse trabalho profundamente ao meu filho, Tales. Que você seja feliz e se inspire nos estudos de seu pai. Esse é o legado que gostaria de deixar a você, associado aos valores que construímos em família. À Cris, parabéns por sua beleza, sua verdade, sua ética, seu companheirismo, sua preocupação e sua bondade. Eu amo muito vocês e a fonte desse sentimento fez despertar em mim a vontade de vitória. Vocês são lindos!

*Na análise dos acontecimentos históricos, entretanto, é preciso ir além dos fenômenos aparentes, que são observados e registrados pelos contemporâneos. As grandes transformações que subvertem as estruturas econômicas e a ordem social são às vezes silenciosas e passam despercebidas aos olhos dos contemporâneos, ou são vistas de maneira parcial ou deformada.*

**Emília Viotti da Costa**

## **RESUMO**

No presente trabalho visamos estudar os discursos de modernização política de Rui Barbosa, durante o final do século XIX e primeira metade do século XX. Pretendemos, através dos discursos proferidos por Rui Barbosa, encontrar elementos de sua modernidade política, a partir dos principais acontecimentos da história do Brasil, no período mencionado. O estudo de sua formação política, bem como de suas influências fundamentais na construção do pensamento político no Brasil, tornaram-se uma das principais questões iniciais desse trabalho, que buscou correlacionar a gênese de seu pensamento com o processo de consolidação dos valores liberais por ele divulgados, principalmente, ao longo da Primeira República. Para isso, foi essencial compreendermos os conteúdos de seu pensamento liberal, inserindo-os nos contextos necessários, ao longo do processo de construção da República brasileira. Para realizar tal tarefa, investigamos um amplo conjunto de documentos, em distintas faces de sua formação: a carreira jurídica, jornalística, literária e política. Nosso foco foi este último ponto, contemplado pela bibliografia sobre o tema. A modernidade política de Rui Barbosa esteve presente nos debates sobre república, federalismo e abolicionismo

**PALAVRAS-CHAVE:** Rui Barbosa. Modernização Política. Liberalismo.

## **ABSTRACT**

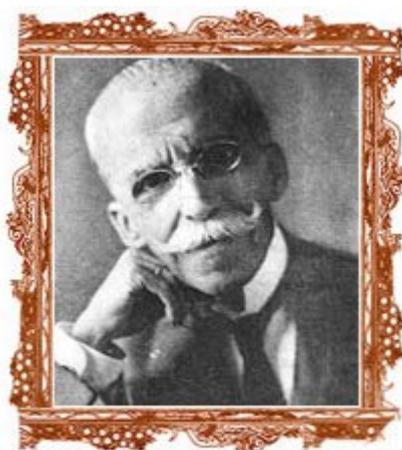
This paper aims to study Rui Barbosa's speeches of political modernisation from the end of the 19<sup>th</sup> Century to the middle of the 20<sup>th</sup> Century. Through the speeches given by Rui Barbosa, we intend to find elements of his political modernity, from the main events in Brazilian history during this period. One of the main initial subjects of this research was the study of his political formation and his fundamental influence in the construction of political thought in Brazil, thereby attempting to correlate the origin of his thought with the process of consolidation of the liberal values that he preached, especially at the time of the First Republic. So it was essential for us to understand the content of his liberal thinking, inserting it into the necessary contexts, during the process of construction of the Brazilian Republic. To carry out this task we investigated a large set of documents on different facets of his formation: his legal, journalistic, literary and political career. We focused mainly on this last item, considered by the bibliography on the theme. Rui Barbosa's political modernity was present in debates on the republic, federalism and abolitionism.

**KEY WORDS:** Rui Barbosa. Political modernisation. Liberalism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	
<b>CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DO DISCURSO MODERNIZADOR DE RUI BARBOSA: DO BERÇO LIBERAL OLIGÁRQUICO AO GABINETE DE CANSANSÃO DE SINIMBU (1849-1879)</b> .....	
1.1 Uma breve síntese biográfica .....	
1.2 Os diversos olhares sobre Rui .....	
1.3 A modernidade polimórfica .....	
1.4 Culturas políticas compartilhadas .....	
1.5 Considerações finais .....	
<b>CAPÍTULO 2 - O LIBERALISMO DE RUI BARBOSA: AS VÁRIAS FACES DE UMA TRADIÇÃO POLÍTICA (1879-1907)</b> .....	
2.1 As metamorfoses liberais no processo de construção do imaginário republicano	
2.2 Rui e os grandes debates nacionais: Abolição, República e Federalismo	
2.3 A Segunda Conferência de Haia (1907) .....	
2.4 Considerações finais	
<b>CAPÍTULO 3 - A CAMPANHA CIVILISTA DE 1910</b> .....	
3.1 Origens da Campanha Civilista e sua posteridade imediata .....	
3.2 A oposição de Rui ao governo Hermes da Fonseca .....	
3.3 Rui e a Guerra da Democracia .....	
3.4 Os últimos anos (1918-1923) .....	
3.5 Considerações finais	
<b>CONCLUSÃO</b> .....	
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	

## INTRODUÇÃO



1

A proposta do presente trabalho consiste em estudar o discurso de modernização política de Rui Barbosa, ao longo da segunda metade do século XIX, fase do II Império e, fundamentalmente, durante a Primeira República. Estabelecemos como marco inicial cronológico, o ano de seu nascimento, em 1849, por entendermos que sua formação familiar foi um elemento fundamental na construção de seu imaginário político até o ano de sua morte, 1923.

Em linhas gerais, a historiografia recente sobre o tema tem procurado analisar a figura de Rui Barbosa como uma das expressões políticas mais importantes de nossa história, no que tange à lógica de construção de um espaço público legalista, no âmbito dos debates da montagem institucional da República liberal brasileira. Por mais esforços que os pesquisadores acerca do assunto tenham feito, grande parcela dessas obras ainda acabam se concentrando em certa dose de enaltecimento de sua figura, o que procuraremos mostrar no bojo de nossa pesquisa.<sup>2</sup>

Nossa proposta consiste em fazer uma biografia de Rui Barbosa, a partir de novas formas de fazer biografias, tendo como ponto de partida a nova história política. Como nossa personagem aqui se encaixa no conjunto do pensamento da elite de uma época, percebemos a

---

<sup>1</sup> Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em: 01 mai. 2009.

<sup>2</sup> A título de exemplo poderíamos enquadrar nessa corrente: CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas: Rui Barbosa – o Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007 e GONÇALVES, João Felipe. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional*. 1999. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Rio de Janeiro: PPGAS / Museu Nacional / UFRJ, 1999.

validade da análise de Heinz, quando o autor nos oferece um conjunto de possibilidades analíticas surgidas mediante a aplicação da metodologia das biografias ou grupos de elites.<sup>3</sup>

Segundo Heinz, as elites são definidas pela detenção de certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual. O estudo das elites seria um meio para determinar quais são os espaços e mecanismos de poder utilizados por diferentes tipos de sociedade ou, ainda, para delimitar os princípios empregados para o acesso às posições dominantes. Tal perspectiva, somada ao recurso metodológico das biografias coletivas, foram responsáveis pelo grande sucesso desse tipo de pesquisa entre os historiadores. Essa combinação possibilitaria, segundo o autor, realizar uma análise mais fina dos atores situados no topo da hierarquia social, permitindo compreender a complexidade de suas relações, de seus laços objetivos, com o conjunto ou com setores da sociedade.<sup>4</sup>

Os trabalhos mais antigos acerca de Rui Barbosa se concentravam em torno de algumas matrizes que percebemos como universais: o apego exacerbado ao seu legado histórico, vinculado ao seu heroísmo; a mistificação de sua figura política; a ênfase na sua cultura enciclopédica; no jargão simbolizado como homem além de seu tempo; um homem público portador de causas humanas; um desenraizado no ambiente político de sua pátria; um paradigma nos assuntos de justiça; um impecável estudioso das letras; um homem dotado de grande capacidade de sacrifício, entre outras questões análogas a tais adjetivos.<sup>5</sup>

Pretendemos distanciar-nos de tais abordagens e estabelecer uma análise mais equilibrada a respeito de Rui Barbosa. Não queremos engrandecer exacerbadamente sua figura e nem depreciar suas contribuições na formação do liberalismo-democrático-nacional. Procuraremos identificar Rui, nos contextos mais amplos, levando em consideração a tradição de seu liberalismo-oligárquico, conforme a ele se referiu um grupo de historiadores.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. pp. 12-45.

<sup>4</sup> *Ibid*, pp. 12-45.

<sup>5</sup> Como exemplos desse conjunto de pensadores, citamos: VIANA, Filho, Luiz. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Martins, 1965.; \_\_\_\_\_. *Rui Barbosa: seis conferências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura ( MEC) / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.; \_\_\_\_\_. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Cia. editora nacional, 1977.; VILLAS-BOAS, N.B. *A Rui o que é de Rui*. Rio de Janeiro: MEC / Casa de Rui Barbosa.; MONTEIRO, Exupero. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1958.; PIRES, Homero. *Rui Barbosa e os livros*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949. ; LIMA, Hermes. *O construtor, o crítico e o reformador na obra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.; entre outros que mostraremos ao longo de nosso capítulo 1.

<sup>6</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 98-100. Cf. também CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975, pp. 112-134. \_\_\_\_\_. *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. pp.23-38. CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975. \_\_\_\_\_. *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. pp. 25-74.

Para compreendermos as propostas da modernização política de Rui Barbosa, levamos em conta a noção de *contexto*, defendida por Alban Bensa. Para esse autor, não se pode pensar no contexto como uma estrutura estática, pois ele é imanente às práticas sociais, faz parte delas. O contexto histórico, em sua concepção, seria composto por “múltiplas contradições e fraturas internas”, podendo suscitar a ideia de que “vários contextos muitas vezes antinômicos se encontram cristalizados no próprio interior do comportamento dos atores”.<sup>7</sup> Esta ideia se encaixa no contexto – ou nos “contextos” – aqui analisados, pois os fatores da construção do discurso modernizador de Rui são múltiplos e regados por variáveis, como mostraremos.

Rui se insere no fervor de uma identidade particularizada por suas culturas política. De acordo com Serge Berstein, a cultura política constitui um “conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama”.<sup>8</sup> Ela permitiria ainda uma leitura comum do passado e uma projeção para o futuro. É exatamente este o caso do discurso difundido por Rui Barbosa em sua época. Notadamente, perceberemos que em grande parte de sua vida, em especial, na Primeira República, há uma leitura negativa em relação ao passado – visto como o atraso, a república dos coronéis, excludente e elitista – e um projeto político para o futuro: democratização, concretização dos ideais republicanos, defesa das liberdades individuais – com a inserção política das camadas médias urbanas e populares através do voto secreto e uma pretensa “moralização” da política brasileira.

O final do Segundo Reinado e o processo da Primeira República foi um período adequado para o estudo do discurso de modernização política de Rui, uma vez que vários debates políticos sobre a sociedade brasileira nele se estabeleceram. Entre as principais discussões, citamos a questão da escravidão e o abolicionismo; a construção de um modelo republicano, inspirado nos arcabouços da cultura política anglo-saxônica; a necessidade de se criar um espaço político no país para aumentar a demanda natural da necessidade de participação política, como foi o caso dos anseios da classe média; a luta em torno do *habeas-corpus*, a proposta de formular um Código Civil fundamentado nas garantias das liberdades individuais; a discussão em torno da reforma no ensino, entre outros problemas políticos de

---

<sup>7</sup> BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 52.

<sup>8</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-50.

inserção de uma cidadania moderna refinada e redefinida no curso da investigação histórica, respeitando as especificidades da realidade brasileira.

Não existem trabalhos específicos que tratam dos discursos de modernidade política de Rui, que levam em consideração toda a sua vida, sua trajetória e suas culturas políticas compartilhadas. Nesse sentido, estudar o tema se torna instigante e nos motiva a colaborar para o debate historiográfico baseado na rediscussão da modernização política na História do Brasil.

Ao lançarmo-nos no calor de nossa pesquisa algumas perguntas nos inspiraram. Quais obras ele lia e em quais autores ele se inspirou? Que valores políticos Rui transmitia em seus discursos? Quais são as principais ideias liberais que influenciaram Rui Barbosa? Havia homogeneidade em seu discurso político? Por que os eventos dos quais ele participou expressaram elementos de modernização política? Qual a importância da modernidade política de Rui para a classe média? De que forma Rui articulou o seu liberalismo oligárquico? Qual sua postura em relação à política externa? De que forma ele agia na política? Havia coerência entre seus discursos e sua atividade na vida pública? Como ele se posicionou na Campanha Civilista de 1910? Quais os significados de suas ideias para a atualidade?

Para respondermos as questões propostas, examinamos toda a documentação disponível acerca dos seus discursos e verificamos que, de fato, Rui Barbosa esteve envolvido diretamente com a rotina de projetos liberais, sem, contudo, abandonar sua tradição oligárquica, para realizar seus cálculos e interesses. Porém, ao mesmo tempo, verificamos a importância de suas bandeiras políticas na construção da dignidade dos valores liberais. Percorremos sua vida política analisando sua passagem no poder como Deputado Provincial, Deputado Geral, Senador, Ministro dentre outras funções por ele ocupadas. Constatamos que Rui Barbosa representou determinados avanços para o debate político no Brasil, principalmente, em suas críticas ao militarismo e na usurpação do poder público em nome da filosofia do autoritarismo. Ele postulou a liberdade contra as arbitrariedades de determinadas práticas políticas tirânicas de governantes nacionais e internacionais.

Após seguirmos todos esses passos, dividimos o nosso trabalho em três capítulos. No primeiro, verificamos de que forma Rui Barbosa construiu suas ideias modernizadoras e liberais. Pontuamos as origens de sua construção ideológica alicerçada em seu forte liberalismo oligárquico. No levantamento realizado, observamos que Rui construiu seus valores políticos em torno do legado de sua formação familiar e intelectual, especialmente, na Faculdade de Recife, local onde diversos temas políticos brasileiros eram debatidos.

Discutimos as propriedades do debate acerca do “Moderno”, levando em conta os seus discursos e a formação dos grupos políticos, entre os quais ele compartilhou valores.

No segundo capítulo, analisamos a tradição política liberal de Rui Barbosa, tendo como preocupação central enumerar e refletir sobre os principais eventos políticos em que ele manifestou sua presença na arena política. Os documentos serviram de base para constatar o perfil de seu pensamento liberal e os traços de modernidade política pelos quais ele se empenhou durante sua época. Os documentos nos mostraram seu apreço pelos ideais políticos norte-americanos, sua inclinação pelas simpatias ao parlamentarismo britânico, embora na Constituição de 1891, tenha sido defensor, pelo menos, no início, do presidencialismo estadunidense. As fontes nos mostraram a pluralidade das culturas políticas de Rui Barbosa e dos grupos políticos que disputavam a hegemonia pelo poder.

Ainda no segundo capítulo falamos sobre a Segunda Conferência de Paz em Haia e discutimos as principais causas defendidas por Rui. Ao examinarmos as fontes, percebemos que suas atitudes, realmente, foram dignas para a defesa do Brasil, em sua imagem pública internacional. Falamos, em seguida, sobre a fabricação mítica de Rui Barbosa, notadamente, quando de sua volta para Brasil, em que discutimos os contextos de formação do símbolo com que ficara conhecido: “*O Águia de Haia*”. O debate sobre sua participação na política externa refletiu profundamente em outras políticas compartilhadas por ele, que verificamos de forma *macro*, no âmbito da Campanha Civilista de 1910.

No terceiro e último capítulo, examinamos a Campanha Civilista de 1910, onde discutimos as nuances do processo histórico, bem como os valores disseminados por Rui acerca de seu antimilitarismo. A documentação examinada nos levou a verificar o apreço político de Rui Barbosa à permanência de uma estrutura política civil no Brasil, contra o militarismo, que, em sua leitura, expressava relações de similitude com o autoritarismo dos grandes impérios. Os documentos nos mostraram as críticas que Rui fez à possibilidade de vitória do militarismo no pleito de 1910.

Logo, em seguida analisamos, após a derrota de Rui, a oposição feita por ele contra Hermes da Fonseca. Pudemos constatar que, nas fontes pesquisadas, Rui travou várias discussões sobre os fundamentos do liberalismo. Analisamos, para elucidar tal assertiva, a campanha de Rui contra a lei de vacina obrigatória e a sua forte oposição ao governo Hermes, no que tange à política de intervenções militares.

Outro assunto de que tratamos, no terceiro capítulo, foi o empenho de Rui em recrutar uma defesa política contra a neutralidade na Guerra. Ao verificarmos a documentação

sobre esse assunto, ficaram evidentes suas ligações com os “Aliados” e a importância do papel histórico de tal evento na política externa e interna no Brasil.

Terminamos nosso trabalho discorrendo sobre os últimos anos de sua vida, quando das homenagens que lhe foram prestadas, no Jubileu Cívico e Literário, e também sobre seu envolvimento político, no contexto do governo Arthur Bernardes. A documentação pode nos mostrar as especificidades políticas no final de sua vida, garantindo nosso argumento de em relação à sua heterogeneidade de discurso.

## **CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DO DISCURSO MODERNIZADOR DE RUI BARBOSA: DO BERÇO LIBERAL OLIGÁRQUICO AO GABINETE DE CANSANSÃO DE SINIMBU (1849-1879)**

*O Brasil não é isso. É isto. O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano. Não são os oligarcas estaduais. Não são os ministros de tarraxa. Não são os presidentes de palha. Não são os publicistas de aluguer. Não são os estadistas de impostura. Não são os diplomatas de marca estrangeira. São as células ativas da vida nacional. É a multidão que não adula, não teme, não corre, não recua, não deserta, não se vende. Não é a massa inconsciente, que oscila da servidão à desordem, mas a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das consciências, a mole das vagas humanas, onde a Providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de força e de luz para a renovação das nossas energias. É o povo, em um desses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade.*<sup>9</sup>

### **1.1 Uma breve síntese biográfica**

Pretendemos neste trabalho possibilitar outros olhares sobre a História política da Primeira República. Para isso falaremos um pouco do contexto anterior visando explicar a trajetória de Rui Barbosa. Sabemos que, possivelmente, a tradução do liberalismo oligárquico foi consubstanciada na figura emblemática de Rui, nosso objeto de estudo.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Disponível em: [www.pensadoresbrasileiros.home.comcast.net](http://www.pensadoresbrasileiros.home.comcast.net). Acesso em: 10 abr. 2009.

<sup>10</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. op.cit. pp 100-101.



O caminho que escolhemos para desenvolver este trabalho consiste em fazer uma análise cronológica, destacando os eventos em que Rui esteve envolvido, tendo como eixo a perspectiva de sua modernidade política. A partir de tais eventos, avaliamos as culturas políticas da época levando em conta a coesão oligárquico-familiar e personalista e, ainda, buscamos perceber a visibilidade nacional de Rui, almejando os mais altos postos da política Federal. Para Serge Bernstein,<sup>12</sup> a cultura política surgiu na tentativa de oferecer uma explicação mais satisfatória dos comportamentos políticos, pelo fato de não apresentar-se como uma “*chave universal*” que explica todos os fenômenos, mas como uma ferramenta de “*múltiplos parâmetros*” que permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.

É levando em consideração tais colocações que vamos procurar compreender a dinâmica política de Rui envolvida em torno das particularidades contraditórias do Brasil

---

<sup>11</sup> Caricatura de Rui Barbosa disponível em [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 10 abr. 2009.

<sup>12</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 349-50.

Oligárquico. A modernidade de Rui é manifestada à luz dessas circunstâncias históricas. Na leitura de Marshall Berman em seu livro “Tudo que é sólido desmancha no ar”<sup>13</sup>:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. Dir-se-ia que para ser inteiramente moderno é preciso ser anti-moderno.

Confirmando que as contradições da modernidade é que dão a ela seu verdadeiro sentido, Rui Barbosa parece não ter sido exceção diante da amplitude desse conceito. As peculiaridades de seu tempo eram carregadas de incoerências, porém explicáveis diante da teia de suas relações políticas e de seu comportamento típico, retrato de uma geração de pensadores sociais que nem sempre lutava amplamente por direitos sociais, mas apenas por direitos políticos:

[...] a modernidade foi marcada, portanto, por esse caráter profundamente excludente. Existia uma descrença na capacidade da população negra e mestiça. Por isso a adoção de práticas democráticas mostrou-se tão problemática. A civilização não implicava a democratização social, mas antes, no reforço dos ideais aristocratizantes. No Rio de Janeiro, em particular acabaram-se criando novos mecanismos de exclusão social, já que a abolição da escravidão – pelo menos em teoria – determinava a igualdade de direitos. Os ideais civilizatórios passaram a ser claramente endereçados às elites. Essas, identificadas com a cultura européia passaram a ser claramente endereçadas às elites. Essas, identificadas com a cultura européia, tentavam negar as origens mestiças da nacionalidade. Para isso recorriam abusivamente aos mecanismos de diferenciação.

Rui foi a expressão nítida do discurso de modernização política. Nossa premissa, assim como na visão de uma parcela de historiadores, é que toda a sua modernidade também foi levada pelo apego às tradições. Nasceu em Salvador, em 1849, filho de João José Barbosa e Maria Adélia Barbosa de Almeida. Para entendermos um pouco mais a vida de nossa personagem principal, vamos procurar conhecer a importância de seu pai, célebre por ter tido uma grande barganha nos relacionamentos políticos.

João José Barbosa tinha a formação em Medicina, mas sua paixão era a política. Era um liberal, formado na tradição inglesa, mas também nos princípios do *Contrato Social* de

---

<sup>13</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo. Ed: Cia. das Letras, 1982. p. 84

Rousseau e nos *Direitos do Homem e do Cidadão*, uma das representações mais significativas da Revolução Francesa. Tais influências acabaram por despertar sua participação na revolta regencial conhecida como *Sabinada*. Foi um homem voltado sempre para os problemas da educação e da cultura e, por esse motivo, dirigiu a “*Instrução Pública*” de sua província, publicando importantes relatórios e sustentando polêmicas a respeito de sua atividade. Foi dele a principal influência sobre o filho, benéfica em pelo menos dois sentidos: no amor à leitura dos clássicos e no respeito à documentação em suas pesquisas.

No contexto em que João José Barbosa era Diretor de *Instrução Pública*, Rui foi estudar no Ginásio Baiano, que funcionava na antiga mansão do Marquês de Barbacena. Seu Diretor era Dr. Abílio Borges, homem culto e liberal. Na memória da cidade era um homem ligado à moderna educação. Foi ele quem aboliu a palmatória para os alunos que eram designados pejorativamente de preguiçosos. Em 1865, Rui terminara o curso ginásial e ficaria pronto para cursar a velha Faculdade de Direito de Recife, lugar onde os grandes debates acadêmicos aconteciam no país. João Barbosa veio do Rio de Janeiro assistir à formatura no curso ginásial e se espantou com o discurso proferido pelo filho. Na ocasião, Rui lançara as bases de seu liberalismo ao defender a unidade nacional e ao proclamar grande parte dos anseios da juventude de sua época, calcados no modernismo liberal.

Sem dúvida, como dissemos, um passo importante de Rui foi o seu ingresso na Faculdade de Direito de Recife. Outra Faculdade, que mais tarde se tornaria um forte campo de debates, foi a Faculdade de Direito de São Paulo. No contexto, a cultura jurídica era uma forma de ascensão política. Gilberto Freyre, em sua obra “*Sobrados e Mocambos*”, afirma que os bacharéis de São Paulo trouxeram uma determinada perspectiva de renovação das elites, simbolizada na proposta de substituição de um patriarcado rural tradicional por um urbano fortemente europeizado.

Sabemos que o foco de Rui foi voltado para os direitos civis e políticos, não tendo a mesma preocupação com os direitos sociais, nosso lugar de discussão a partir daqui. Entendemos que o cunho liberal de Rui não abarcou uma ampla cidadania social, em quase toda a sua carreira política. A relação entre o seu discurso e a questão da cidadania devem, portanto, serem esclarecidas, uma vez que o ideário liberal-democrático enfatizou seus horizontes na lógica do debate sobre a cidadania, entendida esta no âmbito jurídico-político, nada além disso.

Um dos retratos mais marcantes de Rui foi a possibilidade de ele expressar a coexistência de práticas políticas oligárquicas com os princípios norteadores do *Constitucionalismo Liberal*, tendo como eixo os discursos favoráveis às demandas do

liberalismo individual. Essa lógica também foi uma das fortes motivações de seu pai, que se fundamentava no modelo político anglo-saxão. Rui teve uma vida mergulhada nesses grandes anseios. Como desdobramento de sua formação todas as leituras e influências de seu pai acabaram por levá-lo a ser conhecido como um “homem das letras”. Sua vocação era estar inclinado ao aperfeiçoamento da linguagem, a fim de torná-la cada vez mais um instrumento de combate. Essa tarefa era de permanente investigação, parte de um universo de perpétua pesquisa sistemática. Os livros eram amados por ele. Para termos uma ideia de sua motivação pela cultura, basta observarmos o tratamento que ele dava à própria organização de suas fontes de pesquisa, revelando o apreço que tinha por elas.

As obras eram cuidadosamente citadas com indicações de edição, local, data, página e, às vezes, até de linhas. As mais antigas edições eram de Castilho Antônio, Camões, Shakespeare, Lincoln, Herculano, Frei Luís de Souza, Frei Heitor Pinto, Dr. Antônio Vieira e, mais que todos, Pe. Antônio Vieira. As publicações do pai apresentam a mesma preocupação fundamental. As notas citadas por Rui são tomadas caprichosamente, de acordo com a preocupação de indicar as fontes. Os originais são sempre limpos, caligráficos, frequentemente com tinta de duas cores para destaque dos trechos principais. De acordo com nossa pesquisa, os cadernos mais recentes datam dos últimos anos de sua vida, depois da polêmica sobre o Código Civil (1902), assunto que aprofundaremos no capítulo 2. São centenas de fichas, que representam a negação do improvisado e a inspiração momentânea.<sup>9</sup>

Seus horizontes políticos foram consolidados numa série de eventos. Destacou-se como autor de projetos de reforma eleitoral e de emancipação dos sexagenários, o que expressa sua ligação com o contexto do abolicionismo. Foi autor dos pareceres sobre a reforma de ensino, entendendo que uma sociedade deveria ser organizada a partir de uma comunidade letrada. Notamos que isso era tão significativo, pois defendia a tese de que os analfabetos não deveriam exercer o direito de voto. Somente a partir da alfabetização o *status* de cidadão poderia ser preenchido no sentido de exercer o discernimento e lutar pelos direitos constitucionais, como fica claro no seguinte documento: “[...] a instrução do povo, ao mesmo tempo, que o civiliza e o melhora, tem especialmente em mira a habilitá-lo a se governar a si mesmo, nomeando periodicamente, no município, no Estado, na União, o chefe do Poder Executivo e a legislatura”.

Entre suas lutas mais proeminentes citamos o fato de ele ser um grande líder do Federalismo. Ideário político totalmente influenciado pelo modelo norte-americano, em

---

<sup>9</sup> Documento publicado no Jornal da Bahia, Salvador, em 2 de julho de 1877. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes *Escritos e Discursos Seletos*. Ibid. pp. 736-756.

especial, aquele defendido por Lincoln na época da Guerra de Secessão. Tal federalismo estadunidense era tão expressivo, que o próprio Lincoln colocava a possibilidade de abolir a escravatura para atingir os seus objetivos de Federação.

No ano de 1868, Rui aos 19 anos, fez um discurso saudando o deputado José Bonifácio, sobrinho e neto do velho fundador do Império brasileiro, um de seus professores em São Paulo. No ano em questão, o Imperador D. Pedro II, contrariando o princípio moderador da Coroa, destituiu o Gabinete Zacarias, recém-convertido ao Liberalismo, pondo em seu lugar Itaboraí. Rui protestou a atitude do Imperador no jornal chamado “*Clube da Reforma*”, porém depois foi levado a reconhecer o exagero de suas críticas tendo a postura de dizer que o importante era a reforma do Estado, desde que se preservasse a liberdade. Foi logo depois disso que ele proferiu seu discurso em homenagem a José Bonifácio, pois este também era contra a arbitrariedade do Imperador.

Após esse discurso, Rui viria a fundo na sua carreira jornalística no “*Radical Paulistano*”, miniatura do “*Clube da Reforma*”, sendo parceiro de Luís Gama, Américo de Campos e Bernardino Pamplona. Foi nesse jornal que Rui passou a canalizar suas ideias sobre ensino livre, abolição da escravatura e eleições diretas. No sentido geral, esses jornais surgiram a partir de algumas discussões travadas por determinados grupos intelectuais, defensores dos valores liberais-democráticos.

Outro aspecto de notoriedade da carreira de Rui Barbosa foi, no ano de 1869, quando teve uma atuação pública bastante significativa, por meio da saudação proferida às tropas que voltavam da Guerra do Paraguai. Durante três noites fez discursos aos soldados defendendo as bandeiras da liberdade e do civilismo. Esse episódio aprofundou a mística de Rui em torno de sua imagem pública.

Em 1875, Rui protestou contra o serviço militar obrigatório decretado pelo Império. Sua perspectiva era no sentido de defender a liberdade contra o militarismo excessivo. Utilizando--se das premissas filosóficas de John Locke, fez um discurso calcado nos pilares das liberdades individuais, trilhando o seu caminho em direção à identidade de sua eloquência.

Estabelecendo um pequeno paralelo entre sua vida política e pessoal, no contexto de 1876, Rui conheceu sua paixão, Maria Augusta Viana Bandeira. Moça pobre, filha de funcionário público, mas vinda de uma ilustre família tradicional aristocrata baiana. A história nos conta que ele tinha que adquirir determinados capitais para os fundos da realização de seu amor e por isso foi para o Rio de Janeiro. Na Corte, logo se empregou em um escritório de advocacia, por recomendação do conhecido político Manuel Dantas e passou a escrever no

jornal “*A Reforma*”, cujo eixo temático principal era a crítica direta ao Partido Conservador, então no governo. Como orador discursou ao embaixador do Chile e proferiu discursos realizados numa Loja Maçônica, o que legitimou seu nome na cidade. O primeiro discurso foi uma defesa da liberdade individual e o segundo, a favor da separação entre a Igreja e o Estado.<sup>10</sup>

No contexto da chamada “*Questão religiosa*” o anticlericalismo de Rui ganhou espaço proeminente. A gênese dessa questão se encontra na prisão dos bispos do Pará e de Olinda, no ano de 1873, acusados de hostilidades contra os maçons. A ação dos bispos decorreria da obediência, a uma Bula Papal que o imperador não ratificara, sendo assim considerada um desrespeito aos poderes do imperador sobre o clero. No “*Diário da Bahia*”, Rui se posicionou favoravelmente aos dois bispos, mas quando eles foram anistiados em 1875, Rui protestou o fato nas páginas do jornal. Nesse passo se desenvolvia o processo de sua posição a favor da liberdade religiosa e da separação entre a Igreja e o Estado. Esta postura de Rui se deve ao fato de ele defender um Estado laico e o contexto de transição da Monarquia à República favorecer plenamente sua postura política nesse sentido.

Ainda se tratando da “*Questão Religiosa*”, Rui se envolveu em outras histórias. Um livro francês contra o dogma da Imaculada Conceição, traduzido e prefaciado por João José Barbosa, fora publicado logo após sua morte. Atacado por defensores das posições papais, Rui Barbosa saiu em defesa do trabalho do pai com uma crítica virulenta das prerrogativas temporais do papa, da intolerância religiosa, dos dogmas da infalibilidade papal e da Imaculada Conceição. Em 1875, logo depois da anistia aos bispos, Rui mais uma vez suscitou a revolta do clero contra si, ao defender publicamente a apresentação, na Bahia, da peça “*Os Lazaristas*”, considerada anticlerical por discutir os dogmas recentes da Igreja e a atuação temporal do papa.<sup>11</sup>

Quando Rui chegou ao Rio, novamente o “*capital social*” herdado de seu pai funcionou a seu favor. Vinculou-se à Saldanha Marinho, que ampliava o anticlericalismo estabelecendo uma parceria com Rui ao convidá-lo para traduzir a obra antipapista, do alemão Johann Dollinger. Rui aceitou, pois estava com dificuldades econômicas e precisava obter renda para cumprir os seus principais compromissos. Saldanha garantiu a Rui que a maçonaria compraria 1.500 exemplares do livro, o que seria um grande elemento para se livrar das dívidas herdadas do pai.

---

<sup>10</sup> GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. pp. 12-16.

<sup>11</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op. cit., pp.12-24.

Em fins de 1876, Rui retornaria à Serra Fluminense, mas ficaria doente de tifo, chegando a passar por risco de vida. Em seguida retornou a Salvador em meados de 1877, quando assumiu a direção do “*Diário da Bahia*”, devido à ausência de Rodolfo Dantas, passagem de sua vida que comprova mais uma vez os benefícios das relações pessoais e políticas de seu pai.

Em artigo publicado no jornal “*Diário da Bahia*”, Rui expressava seus anseios em relação ao povo brasileiro destacando o fato de os homens serem donos de sua própria história. A modernização política de Rui também era celebrada por sua ampla visão acerca da liberdade individual dos homens, como nos mostra o seguinte trecho: “[...] um povo digno de dominar os seus destinos, de ser indisputadamente senhor de si mesmo, não delira, não se atordoa, não fecha os olhos à realidade severa da sua posição. Nas horas mais freqüentes do regozijo, quanto a imaginação e o entusiasmo dourarem das suas irradiações os feitos de nossos pais, ouçamos, cada um no seio de sua alma”.<sup>12</sup>

Outro marco importante de sua vida também ocorreu em 1877, quando ocorreu a homenagem ao General Osório, equivalente liberal ao Duque de Caxias para o Partido Conservador. Rui foi escolhido como orador para saudá-lo em nome da Comissão Central do Partido Liberal, em janeiro de 1878, com o Gabinete de Cansansão de Sinimbu.

É notória a importância da ascensão de Sinimbu. As eleições parlamentares imperiais eram feitas para referendar o Gabinete que assumia, e, portanto os liberais tinham sido a minoria parlamentar nos últimos 10 anos de governo conservador. A partir desse momento, com a ascensão dos liberais ao poder, jovens políticos, como Rui Barbosa, saíam do ostracismo.<sup>13</sup>

Fica evidente que para a eleição de Rui, para ambas as câmaras, provincial e geral, foi decisiva a influência de Manuel Dantas. Este garantiu as eleições, como de costume na época, sem campanha, utilizando-se de arranjos internos da elite conforme as questões complexas de articulações políticas que envolviam as elites no final do século XIX e início do século XX.<sup>14</sup>

No comentário de João Felipe Gonçalves a expressão política de Rui, corroborada por Dantas, pode ser sintetizada nas suas origens da seguinte forma: como deputado provincial a atuação de Rui não teve muitos incidentes dignos de nota (devido a sua curta duração). O maior embate em que se envolveu foi acerca de uma crise no abastecimento de farinha na

---

<sup>12</sup> Documento publicado no Jornal da Bahia, Salvador, em 2 de julho de 1877. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes *Rui Barbosa: escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa/Editora Nova Aguilar, 1995.p.736.

<sup>13</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

<sup>14</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. cit. (nota 26), pp. 107-108.

cidade de Salvador. Rui defendeu um projeto que proibia temporariamente a exportação de farinha como forma de resolver a crise.

Sobre essa polêmica, dois aspectos são de destacar. Primeiro, a defesa de Rui Barbosa foi inteiramente calcada em exemplos similares da história parlamentar inglesa, mostrando a validade da suspensão do livre comércio em certos casos. Segundo, o fato teve grande repercussão porque o grande opositor do projeto era Luís Antônio Barbosa, tio de Rui, com quem este romperia relações desde que ele romperia com Dantas e João José Barbosa. Tio e sobrinho passaram ao ataque mútuo e constante nos jornais soteropolitanos, trocando agressões abertas. Em mais um duelo verbal se envolvia o jovem Rui, e ia crescendo sua fama de orador e escritor capaz de destruir o argumento alheio. Desse duelo familiar Rui saiu em dezembro de 1878 para ocupar a cadeira na Assembléia Geral, na corte. Mas logo teria também ali chances de se sobressair através de polêmica igualmente ferozes.<sup>15</sup>

Por último, abordamos os primeiros discursos de Rui na qualidade de Deputado Geral. O primeiro discurso foi contra o seu correligionário do Partido Liberal, Gavião Peixoto. Na ocasião, Rui argumentou que o candidato conservador João Mendes apresentava legitimidade para preencher a vaga na Assembléia, uma vez que defendia a tese de que Gavião Bueno tinha sua elegibilidade invalidada por ser concessionário de serviços públicos. Seu argumento não convenceu a Câmara Liberal, que acabou favorecendo a Gavião Peixoto, porém Rui aumentou com tal estréia sua tradição de tribuno eloqüente e perspicaz.

O segundo discurso significativo de Rui foi em defesa de uma atitude do governo imperial: ter dado o poder a um Gabinete Liberal e convocado novas eleições. Rui proferiu um discurso de aproximadamente quatro horas legitimando uma de suas marcas políticas.

Mas o seu maior triunfo foi o duelo de eloqüência com Gaspar Silveira Martins, que tinha sido ministro da Fazenda do Gabinete Sinimbu, então no poder, o qual criticava.. Martins discordava da reforma eleitoral proposta por Sinimbu, que não dava direitos políticos aos não-católicos, ponto defendido pelo grupo democrata de que era líder. Rui foi encarregado de defender o Gabinete Sinimbu na Assembléia.

No dia 16 de abril de 1879, o dissidente liberal atacaria o governo e Rui revidaria saindo vitorioso. Porém o ponto mais irônico da questão é que no ano seguinte Rui sugeriu um projeto de reforma eleitoral que determinava a concessão aos não-católicos dos direitos políticos de voto e elegibilidade, ponto que ocasionara a dissidência de Martins em relação ao Gabinete Sinimbu. Isso demonstra que não existia uma homogeneidade no discurso de Rui e

---

<sup>15</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op. cit. (nota 22), p. 34.

ele agiria na arena política de acordo com seus interesses conjunturais em busca de atingir os seus principais objetivos.<sup>16</sup>

Devemos nos lembrar que Rui se encaixava num contexto político que se fundamentou na razão clientelista. Na época, fim do Império início da República, a distribuição de favores governamentais tinha o nome de “*patronato e filhotismo*”. O meio pelo qual se exercia o patronato era o empenho, ou seja, o pistolão, o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção, o apadrinhamento e a apresentação. Rui viveu nesse período e utilizava a retórica liberal dispondo das benesses das políticas de troca de favores. Foi nesse turbilhão que Rui se fez.<sup>17</sup>

Na história de sua formação, a própria carreira política do pai de Rui foi facilitada pelo apoio de um parente, Luís Antônio Barbosa de Almeida, e de um político conhecido como Manuel de Souza Dantas. A elite política controlava as promoções de cargos através do clientelismo e exercia dessa forma suas práticas de dominação.<sup>18</sup>

Como visto, a formação intelectual de Rui foi espelhada em clássicos da Modernidade como Shakespeare, Vitor Hugo, Camões, John Locke, Tocqueville, Montesquieu, Adam Smith, Rousseau, Cavour, Darwin, Lincoln e outros. Já aos 10 anos recitava poemas de Camões e tinha grande familiaridade, conforme dito anteriormente, com os sermões do Pe. Antônio Vieira, base de sustentação de seu cristianismo liberal, que mais tarde se inclinaria ao que poderíamos denominar como “valor do *salvador*”<sup>19</sup>.

No âmbito de sua carreira política, em 1884 deixou o parlamento, recandidatou-se por duas vezes consecutivas ao cargo, em 1885 e 1886, mas não conseguiu se reeleger. Fora da Câmara dedicou-se à advocacia, à imprensa e publicou a tradução de “*Lições de Coisas*”, do educador americano Norman Calkins, em 1896.

Na Imprensa, Rui Barbosa continuou a luta pela abolição, interrompendo-a em 1887, quando ficou doente. Em 1888, foi decretada a abolição da escravatura, o que encerrou a questão para o autor. No ano seguinte, ele envolveu-se em incidentes entre o governo e o exército e com a questão da federação.

---

<sup>16</sup> GONÇALVES, João Felipe. op. cit. (nota 22), p. 34-40

<sup>17</sup> Ver o artigo publicado na Revista Dados de José Murilo de Carvalho: “*Rui Barbosa e a razão clientelista*”. Disponível em: [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acesso em: 12 abr. 2009.

<sup>18</sup> Segundo Flávio Heinz, o termo elite não designa apenas a compreensão das instâncias burocráticas e nas realizações de tarefas. No sentido mais amplo se remete não mais a um simples critério funcional, mas a uma percepção compartilhada por agentes históricos pelo qual eles se situam como iguais ou desiguais na realização de seus papéis sociais e políticos. A partir desse conceito é que vamos procurar compreender as variações das culturas políticas existentes na época de Rui. Cf. HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed: FGV 2006. pp 8- 9.

<sup>19</sup> Para mais detalhes sobre os mitos políticos Cf. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Ed: Cia das Letras, 1987. pp.12-45.

No jornal “Diário de Notícias”, iniciou forte campanha para que o modelo monárquico fosse substituído pelo regime federativo, a exemplo dos Estados Unidos. Foi convidado pelo Visconde de Ouro Preto para ser ministro, mas Rui Barbosa, devido às suas ideias sobre federação no país, não aceitou, desvincilhando-se do Partido Liberal e da Monarquia.

Proclamada a República pela tropa comandada pelo general Deodoro da Fonseca, foi convidado para ocupar a pasta de finanças. Como ministro, foi bastante ousado: abandonou o lastro-ouro, ampliou as emissões de papel moeda e alterou o regime das sociedades anônimas, provocando uma reviravolta completa na vida econômica do Brasil. Alastrou-se, porém, pelo país o delírio da especulação, culminando com o encilhamento. Rui Barbosa foi criticado com violência.

No início da República, o ministro dedicou-se também à questão do saneamento urbano e à redação da nova Constituição. Foi nomeado vice-presidente da república, no período de 31 de dezembro de 1889 a agosto de 1890. Assim, como ministro da Fazenda e vice-presidente, trabalhou por quinze meses para o governo republicano – de novembro de 1889 a janeiro de 1891.

Logo depois sua demissão, o presidente da república teve muitos atritos com o parlamento e acabou pondo fim à Câmara. Em 23 de novembro de 1891, Floriano Peixoto liderou uma revolução restabelecendo o Congresso, o que levou a renúncia de Deodoro da Fonseca. Peixoto, como vice-presidente, assumiu o governo. Este não aceitou convocar nova eleição para presidente, decretando, em seguida, estado de sítio, levando muitos opositores ao cárcere. Encerrado o estado de sítio, Rui Barbosa, como advogado, pediu o *habeas-corpus* em favor dos desterrados.

Pela imprensa, divulgou os trabalhos norte-americanos e a sua influência na Constituição. Em 1892, reelegeu-se senador pela Bahia e assumiu a direção do Jornal do Brasil, onde pedia eleição para presidente. O país agitava-se: em seis de setembro de 1893 ocorreu a revolta da Marinha contra o governo Floriano Peixoto. Embora Rui Barbosa não estivesse envolvido com os revoltosos, sob ameaça do estado de sítio, foi obrigado a procurar abrigo na legação do Chile. Em seguida, saiu do país com destino à Argentina. Tentou retornar ao Brasil, mas não obteve sucesso. Assim, fixou-se na Argentina, com a família, permanecendo neste país seis meses. Em seguida, mudou-se para Portugal, posteriormente se transferindo para a Inglaterra, e lá se estabeleceu em Londres, onde colaborou com o Jornal do Comércio. Com a reunião dos artigos publicados neste jornal escreveu “*Cartas da Inglaterra*”.

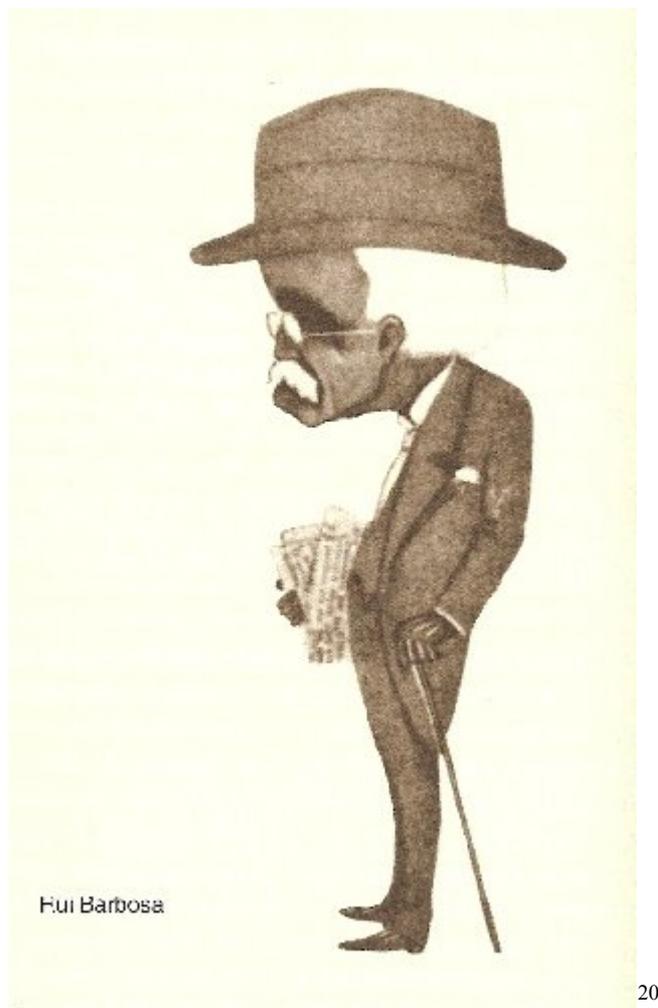
Em 1895 retornou ao Brasil e no ano seguinte se reelegeu senador pelo seu estado natal. Rui Barbosa voltou-se para o jornalismo e publicou artigos no jornal “*A Imprensa*”. Em 1902 trabalhou na comissão incumbida de estudar o projeto do Código Civil. Em 1905 participou das discussões sobre os limites entre Brasil e a Bolívia, que disputavam o território do Acre. Rui Barbosa saiu desta negociação por discordar do encaminhamento dado por Rio Branco, ministro das Relações Exteriores. Após a resolução desta questão, assumiu, como advogado, a causa movida pelo estado do Amazonas contra o Brasil, pelo qual requisitava o território do Acre.

Em 1907 foi convidado para ser representante brasileiro na Segunda Conferência da Paz, que seria realizada em Haia. Sua participação nesta conferência é descrita, pelos biógrafos e comentaristas, com muitos louvores. No ano de 1909 candidatou-se para presidente da República, disputando o pleito com Hermes da Fonseca. Esta disputa ficou conhecida como campanha civilista. Ele obteve a maioria de votos das grandes cidades, porém perdeu no interior do país.

Em 1916 ele foi convidado por Wenceslau Braz para representar o país na Argentina, na qualidade de embaixador, durante as comemorações da independência daquele país. As nações reunidas na Faculdade de Buenos Aires decidiram que não ficariam neutras diante da Primeira Guerra.

O ano de 1918 foi especial, pois ocorreu a comemoração do Jubileu Cívico de Rui Barbosa, sendo que, logo depois, inaugurou-se o seu busto na Biblioteca Nacional. No ano seguinte, concorreu para a presidência do país, disputando a eleição contra Epitácio Pessoa, que acabou saindo vitorioso. Com o fim dessa eleição, foi para a Bahia apoiar um candidato de oposição. Em 1921 renunciou à cadeira de senador, porém seu mandato foi renovado. No ano de 1922, em que Artur Bernardes passou a comandar a presidência da república. Rui Barbosa não acompanhou esse governo, pois ficou doente e se retirou para Petrópolis. O diagnóstico do médico apontava para uma “paralisia bulbar”. Na tarde de março de 1923, Rui faleceu.

## 1.2 Os diversos olhares sobre Rui



Segundo o historiador Boris Fausto, a grande parte das obras dedicadas ao estudo sobre Rui Barbosa possui diversas distorções, entre as quais passamos a tratar com mais cuidado a partir daqui.

Uma das principais correntes que se dedicou aos estudos sobre Rui foi inspirada pelos *ideólogos autoritários*, como Azeredo Amaral e Oliveira Vianna,<sup>21</sup> que enfocavam Rui como um exemplo de idealismo utópico desvencilhado da realidade do país. A tônica era voltada para a busca da legitimidade simbólica de Rui, tendo como envergadura essencial o enaltecimento exacerbado de sua figura na História do Brasil.

Outra corrente enfatizou a questão do *desprezo pela sua atuação*. Notemos que essa leitura equivocada foi feita por uma determinada parte da historiografia marxista dos anos 50, que preteria o esforço de Rui pela recriação do espaço público e pela consolidação de sólidas

<sup>20</sup>MADEIRA DE FREITAS. Arquivo História da Fundação Casa de Rui Barbosa. IN: VIEIRA, José de Araújo. *A cadeia velha: memória da câmara dos deputados*. Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC, 1980. p. 90.

<sup>21</sup>CARDIM, Carlos Henrique. Op. cit., pp. 22-26.

instituições políticas. A questão era desprezar o cunho liberal de Rui em defesa de uma bandeira ideológica do socialismo, alijando suas contribuições no desenvolvimento brasileiro.

Por último, ressaltamos a corrente que fez um *balanço pouco equilibrado de sua figura*, ligada aos liberais conservadores da UDN, nas Faculdades de Direito, despindo Rui da dimensão humana e levando a fabricação intensa de sua expressão mítica.<sup>22</sup> Essas análises esbarram nas premissas de suas contribuições jurídicas, encarando a realidade como mero produto da fabricação de normas e regras de convivência no âmbito de comunidades políticas cívicas, na qual o grau de participação política é diretamente relacionado ao grau de complexidade das instituições políticas em seus planos de representação de cidadania.<sup>23</sup>

Nossa preocupação nesse momento é avaliar as correntes mais tradicionais ligadas ao heroísmo ruiano e procurar apontar para outras direções, que possam ser mais equilibradas ao analisar Rui também, no que tange às suas contribuições e desafios para a construção de nossa história, tendo como eixo seus principais projetos de modernização política. Embora não sendo nosso foco central, os trabalhos biográficos sobre nossa personagem, encontrados antes de 1960, são biografias apologéticas, que procuram explicar o homem Rui Barbosa, centrando no indivíduo e fazendo uma descrição de sua vida. Nossa opção consiste em procurar perceber através de uma nova leitura política de que forma Rui e o grupo com o qual ele estava envolvido participou do processo de redefinição de uma identidade pública. Para isso, torna-se necessário também perceber suas limitações, incongruências e imperfeições. Esta opção de nosso trabalho é justificada pela compreensão de que a nova história política pode suscitar explicações profundas da história de Rui Barbosa, a partir das diversas dimensões dos contextos históricos.

Para fins de organização das principais correntes que abordaram o pensamento de Rui destacamos três momentos históricos distintos. Nas décadas de 30 e 40, autores que fizeram uma leitura sobre Rui a partir de olhares de autodidatas vinculados, a título de exemplo, ao IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro). Das décadas de 50 a 70, desenvolveu-se outro grupo ligado diretamente à Academia, cuja preocupação era analisar Rui no campo de suas contribuições jurídicas, porém ainda presos ao enaltecimento da figura de Rui Barbosa. Por último, a nova história política, a partir dos anos 80, preocupada em inserir a figura de Rui nos contextos mais amplos, procurou destacar, inclusive, suas incongruências.

---

<sup>22</sup> FAUSTO, Boris. “Revisão de Rui”. In: *Folha de São Paulo*, 15 de novembro de 1999. p. 26.

<sup>23</sup> Cf. alguns autores que comungavam com os ideais da UDN como Américo Palha e Exuperio Monteiro dos quais falaremos mais adiante em neste trabalho.

Começando então pela corrente desenvolvida a partir dos anos 30 citamos, *a priori*, a contribuição de um grande pensador, um dos maiores exemplos da abordagem tradicional sobre Rui: Homero Pires. Em conferência em 1938, sublinhava que Rui era um homem dos livros. Ficou conhecido como um homem retórico e divorciado da realidade nacional, embora para Pires ele fosse conhecedor do mundo que o cercava.<sup>24</sup> A conferência proferida por Homero Pires na Fundação Casa de Rui Barbosa, em 5 de novembro de 1938, mostra com detalhes todo o conteúdo existente em sua biblioteca, o que denotava sua erudição acima de qualquer suspeita. Confirmamos abaixo o documento que descreve um pouco sobre a leitura de Pires acerca de Rui:

A filosofia está nobremente figurada em Platão e Aristóteles, em Leibnitz e Spinoza, todos com as suas obras completas, bem como Francisco Bacon, cuja Confissão de Fé o próprio Rui Barbosa teve oportunidade de caracterizar como "admirável Summa Theologiae em sete páginas, de uma língua deliciosamente pura, verdadeiro monumento dos mais capazes de abalar os espíritos menos dóceis à inspiração cristã". Descartes, na edição de Júlio Simon. Rousseau, Voltaire, Locke e Hegel, em obras incompletas. Hume, Kant, Comte, Spencer, quase integrais. Já Schopenhauer só nos surge nos seus livros menores, sem o Mundo como Vontade e como Representação. Nietzsche, William James, Bergson, Bertrand Russel, Dewey, correspondem todos à chamada. Vêm depois os manuais de filosofia, as histórias da filosofia. Contra o que geralmente se diz, Rui Barbosa explorou as grandes construções filosóficas, lendo-as integralmente, conforme confissão sua, desde Platão aos modernos. Ele teve também uma fase intensa de inquietação religiosa, que o levou a pesquisar esses sistemas: "Percorri as filosofias", disse Rui desse estado do seu espírito; "mas nenhuma me saciou: não encontrei repouso em nenhuma. Entre o espiritualismo, o agnosticismo, o materialismo, muitas vezes se me levantou da razão esta pergunta: onde está a ciência?"<sup>25</sup>

Luiz Delgado (1945) em "*Rui Barbosa*", considerou-o realista apesar de ser chamado de homem de biblioteca e ser acusado de não ter experiências. Na visão de Delgado, Rui não se esquecia dos problemas sociais, pois era vinculado à lei. Tal noção se deve ao fato de Rui ter sido o campeão jurídico em sua famosa defesa do "*Habeas Corpus*" aos desterrados perseguidos politicamente em 1893, em plena ditadura do governo Floriano Peixoto.<sup>26</sup>

Para analisarmos a corrente formada em torno da década de 50 até os anos 70 passamos agora a alguns de seus representantes. Américo Palha (1954) em "*História da vida*

<sup>24</sup> PIRES, Homero. *Rui Barbosa e outros livros*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa. pp.12-34.

<sup>25</sup> Disponível em: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 10 abr. 2009. Cf. Documento na íntegra do discurso de Homero Pires em 1938. A FCRB publicou em livro no ano de 1949. Acesso em: 10 abr. 2009.

<sup>26</sup> DELGADO, Luiz. *Rui Barbosa: tentativa de compreensão e síntese*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.

de Rui Barbosa” o considerava um dos maiores intérpretes da consciência brasileira, que valorizava o ideal de liberdade e justiça.<sup>27</sup>

[...] já disse um dos biógrafos: Rui é um produto excepcional de uma civilização. Não meçamos o tamanho da sua figura apenas pelo que ele fez e sim, também, pela natureza da época em que trabalhou, arrostando hostilidades e intransigências, sofrendo a amargor das injustiças e as angústias das incompreensões. A sua obra está toda moldada da mocidade à velhice – num único idealismo: o amor à liberdade e a justiça. A finalidade social do seu apostolado, os objetivos das suas batalhas estrondosas, jamais se afastaram desses princípios.<sup>28</sup>

Exupero Monteiro(1958) destacou em sua análise que ninguém viu tão longe a sua época como Rui Barbosa. Para exemplificar, dizia que Rui assemelhava-se ao “homem que plantava carvalho para o futuro e não a couve para o amanhã.”<sup>29</sup>

Lima Barbosa na obra “*Rui Barbosa*”, procurou a todo o momento enaltecer o biografado, enfatizando o epíteto de “*O águia de Haia*”.<sup>30</sup> Em sua leitura, Rui representaria a luz de lamparina, expressão utilizada para marcar o atraso do país e o quanto Rui Barbosa fora incompreendido pelos seus contemporâneos.<sup>31</sup> Lima Barbosa sempre foi articulador de um forte nacionalismo, agregado ao valor da legalidade ao qual Rui Barbosa também se encaixava. Nesse sentido, entendem-se muito bem seus elogios a Rui à luz de suas próprias convicções a respeito do Brasil. Em um de seus discursos, Lima Barbosa enaltece a pátria e conclamada seu projeto político:

Dentro da lei, com a lei e pela lei, vós, o povo, vós, a nação, vós, o Brasil, sois o direito, sois o poder, sois a força.  
Saia a opinião pública de dentro de si mesma, declare-se, levante-se, e vença. Onde quer que apareça, reinará, como divindade esperada que se revela.  
A democracia, o governo do povo pelo povo, não é outra coisa: o império da opinião, cercada e servida pelos órgãos da sua soberania. E, onde a opinião pública entrar, espancaram-se as trevas, raiou a luz meridiana, sumiram-se vampiros e réptis, entrou a grande higiene, a competência, a virtude, a moralidade assumem o poder. [...] Com Deus, na Constituição e pela pátria. Viva a nação brasileira!<sup>32</sup>

<sup>27</sup> PALHA, Américo. *História da vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1945. pp 13-34.

<sup>28</sup> Ibid. p. 14.

<sup>29</sup> MONTEIRO, Exupero. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1954. pp. 04-23.

<sup>30</sup> CUNHA, Pedro Penner da. *A diplomacia da paz: Rui Barbosa em Haia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1976.

<sup>31</sup> Cf. LACERDA, Virgínia Cortes de. *Rui Barbosa em Haia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957. e BARBOSA, Mário Lima. *Rui Barbosa*. São Paulo. Ed. Progresso Industrial, 1944. pp. 12-34.

<sup>32</sup> Disponível em: [www.usinadeletras.com.br](http://www.usinadeletras.com.br). Acesso em: 22 jan. 2009.

A ideia de colocar Rui como “herói” além de seu tempo, dando ênfase ao “homem grandioso” que era, encontra-se também no trabalho de Luís Viana Filho, que ainda destacava Rui como apóstolo, portador de grandes paixões, uma alma de desejos que evangelizava o país com sua brilhante presença.<sup>33</sup>

Um fato a observar é que grande parte dos estudos sobre Rui se correlacionam diretamente ao período da Primeira República. João Mangabeira(1960) em “*O estadista da República*” destacou o apostolado de Rui, os seus ideais de liberdade e a mística envolvendo sua inteligência, uma espécie de verdadeiro homem superior.<sup>34</sup> Parece que a tendência de engrandecer a figura de Rui não foi apenas antes de 1960, ela acabou alargando fronteiras e se lançando a uma espécie de continuísmo em algumas obras clássicas sobre nossa personagem.

A título de comprovações dessa ideia, o seu possível desconhecimento dos problemas do Brasil foi divulgado também por Magalhães Júnior (1964) em “*Rui: o homem e o mito*”. Essa biografia procurou desfazer os mitos criados sobre ele e traçar retratos mais autênticos. Assim, criticou os biógrafos que, no seu entender, iniciaram a mistificação de Rui Barbosa com uma série de biografias manipuladoras, em que se omitiram seus erros, contradições, fraquezas morais, ideias antiquadas, preconceitos enraizados, visão limitada, falta de senso de medida e ausência de realismo.<sup>35</sup>

Magalhães afirmou que Rui procurava a imagem da Inglaterra no mapa do Brasil: não era um homem de ideias originais, evidência disso foi a eleição indireta proposta na constituinte de 1890, copiada do procedimento americano. Também não era um líder nacional, com uma visão ampla e segura da realidade social e dos problemas básicos do país. Acrescenta, ainda, que ignorava, por exemplo, as lutas do operariado, embora no final do século, as greves de trabalhadores fossem raras e só tivessem se intensificado no início do século XX – referiu-se à greve de 25 mil operários das indústrias de tecidos, em 1902. Magalhães concluiu que ele marcou sua longa vida parlamentar por uma imensa esterilidade. Assim, ao procurar contrapor-se à sua figura heróica, denunciava-o pela sua completa ausência de realismo.

Os trabalhos que se voltam para o homem Rui Barbosa estão carregados de adjetivos e classificações. Nossa proposta está em estudá-lo, no contexto mais amplo da transição da Monarquia à República, procurando correlacioná-lo às transformações sociais, culturais,

---

<sup>33</sup> FILHO, Luís Viana. *O último ano de Rui na Bahia, história*. Local: Ed.Martins 1972. pp.23-56.

<sup>34</sup> MANGABEIRA, João. *O estadista da República*. São Paulo: Ed .Martins, 1960.. pp. 02-14.

<sup>35</sup> MAGALHÃES, Júnior, R. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. pp.10-27.

políticas e econômicas, em especial, destacar seu lugar em meio às necessidades da elite de sua época, predominantemente na Primeira República.

Outras visões de intelectuais são também importantes para a compreensão de Rui Barbosa. Algumas nos chamam um pouco mais de atenção, embora aquelas de que falamos até então, apresentam o seu lugar com grande propriedade, mas são as leituras abaixo que gostaríamos de lembrar um pouco mais.

Para San Tiago Dantas em *“Rui e a renovação da Sociedade”* ele é encarado como criador impetuoso, reformador social, símbolo de uma classe cheia de futuro em nosso meio. Portador da ideia do progresso econômico, defensor da ampliação e diversificação do trabalho brasileiro e adepto da lógica da reforma social.<sup>36</sup>

Na leitura de Afonso Arinos em seu livro *“O som de outro sino – um breviário liberal”*, Rui não era propriamente um jurista, ele era um legista. O legismo não é uma posição intelectual, é uma técnica e adesão à lei.<sup>37</sup>

Segundo João Mangabeira, a lei não é um sudário de morte, é um instrumento de vida. É um instrumento flexível, dinâmico, regulador das relações cambiantes da sociedade. A lei não rege o passado, nem mesmo o presente que lhe foge, mas o futuro que a espera. O legislador, que a elabora, sabe que ela tem de perdurar através dos anos que se ecoam e nas relações sociais que se transformam. A dificuldade da jurisprudência é assegurar, a uma situação determinada, a relativa estabilidade do Direito, num meio que não cessa de mudar. Segundo Rui “todas as coisas mudam sobre uma base que não muda nunca”.<sup>38</sup>

No pensamento de Hermes Lima, em seu livro *“Problemas de nosso tempo”*, sinaliza que Rui era um verbo, uma energia, uma consciência, uma intrepidez a serviço de causas humanas.<sup>39</sup>

Para José Maria Bello “foi, sob vários aspectos, um desenraizado no ambiente político da sua pátria, como aconteceu, na sua época, a tantas personalidades eminentes dos nossos países novos, transplantadas, do solo intelectual da Europa. Encontraria, talvez o seu clímax ideal na Inglaterra vitoriana, provavelmente muito mais Whig do que Tory.”<sup>40</sup>

<sup>36</sup> DANTAS, San Tiago. Rui e a renovação da Sociedade,. In: LACERDA, Virgínia Cortes. op. cit. *Rui Barbosa: escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa/ Editora Nova Aguilar, 1995. pp 55-69.

<sup>37</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O som de outro sino: um breviário liberal*. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira/ Editora Universidade de Brasília, 1978. pp.10-32.

<sup>38</sup> MANGABEIRA, João. A presença de Rui nas gerações nova e a função política e social da mocidade do presente. In: LACERDA, Virgínia Cortes. op. cit. p.22.

<sup>39</sup> LIMA, Hermes. *O construtor, o crítico e o reformador na obra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, 1958. pp.12-23.

<sup>40</sup> BELLO, José Maria. Joaquim Nabuco: *Rui Barbosa: duas conferências*. Rio de Janeiro: Ministério das relações exteriores/ Serviço de Publicações, 1966. pp. 01-23.

Em alusão ao fato de Rui ter sido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em função de seus escritos, Heráclito Graça considerou-o o detentor do centro das letras nacionais após os trabalhos sobre a redação do Código Civil; Constâncio Alves disse que a língua portuguesa atingia a “Suprema perfeição”; João Ribeiro compara-o a Cícero; Nabuco refere-se ao “aço admirável de seu estilo” para considerá-lo “o escritor que dominou intelectualmente a sua época”; Sílvio Romero comparava-lhe a prosa à de Vitor Hugo, porque possuía como a deste, todas as modulações, todos os tons, todos os aspectos; Capistrano de Abreu, em perfil não muito ameno, exalta-lhe as qualidades na “orquestração dos artigos”.<sup>41</sup>

Na perspectiva de interpretação de Oliveira Vianna “Rui era um grande intuitivo – e para as inteligências desse tipo o saber é antes uma iluminação, um dado imediato de uma consciência na sua instantaneidade compreensiva, do que o resultado trabalhoso do estudo e do raciocínio”.<sup>42</sup>

No olhar do grande literato Oswald de Andrade, Rui se encaixaria na “árvore da liberdade” que pode ser sintetizada em sua própria figura, homem de grande capacidade de sacrifício:

[...] aqui por detrás da estátua de Rui a árvore da Liberdade. Porque no mundo milenário que transformamos, a liberdade é um símbolo vegetal, e tem que ser ligado a terra, como um resumo das suas energias, tendendo a dar sombra aos nossos desalentos e cansaços. Ela fica aqui como um marco de insubmissão aos interesses partidários e políticos que enxovalham a nossa Pátria. Ela fica aqui subindo como a vida da urbe para os prometidos horizontes da humana liberdade.<sup>43</sup>

É também importante a leitura de Azeredo Amaral que sinaliza a ideia de que “uma grossa argamassa separa Rui da realidade”.<sup>44</sup> O que notamos é a volta a visão tradicional de que Rui está descolado do real, como se as ideias falassem por si mesmas ignorando o processo histórico como elemento norteador das próprias ações humanas.

A última corrente, a nova história política construída a partir dos anos 80, passou a tecer análises sobre Rui Barbosa enfatizando suas contribuições, porém abrindo possibilidades de refletir sobre suas limitações, contradições e inserindo-o no contexto mais amplo da história política do período em que ele viveu. Podemos citar, entre os trabalhos mais recentes

<sup>41</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. Rui escritor. In: LACERDA, Virgínia Cortes. op. cit. p. 14.

<sup>42</sup> VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de Psicologia Social*. São Paulo: Monteiro Lobato & C/Editores, 1921. pp. 02-24.

<sup>43</sup> ANDRADE, Oswald. Rui e a árvore da Liberdade. In: LACERDA, Virgínia Cortes. op. cit. .O documento foi pronunciado em São Paulo em 5 de novembro de 1949.

<sup>44</sup> CARDIM, Carlos Henrique. Op. cit. .pp 22-26.

sobre Rui, a biografia escrita por João Felipe Gonçalves e outra, mais recente, escrita por Carlos Henrique Cardim.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup>CARDIM, Carlos Henrique. Op. cit. e também GONÇALVES, João Felipe. Op.cit. (nota 22).

### 1.3 A modernidade polimórfica



Tratar de Rui Barbosa, no âmbito ao qual nos propomos, requer, no mínimo, resgatar a função que nos é cabida de compreender, antes de mais nada, as variações do que podemos chamar, *a priori*, de Modernidade, para mais tarde tentar compreender um pouco melhor a formulação de seus discursos.

Definir modernidade não é tarefa fácil. De imediato podemos dizer que o conceito de modernidade, como o de moderno, tem uma implicação temporal: uma nova relação do homem do presente com o passado e o futuro. Etimologicamente, o termo modernidade vem do advérbio latino modo (há pouco, recentemente). O uso do adjetivo moderno foi bem anterior ao do substantivo modernidade: o primeiro já aparecia no francês medieval ao passo que o segundo apareceu no século XIX.<sup>47</sup>

Na realidade brasileira a qual nos lançamos no presente trabalho, as últimas décadas de grande parte da segunda metade do século XIX e início do século XX, as questões envolvendo moderno, modernidade e modernização eram repletas de significados. Sem dúvida, foi palco de grandes novidades tecnológicas como o telégrafo, o gramofone, o automóvel, a eletricidade, o telefone, o cinema, o avião. E ainda, as instituições científicas como a Escola de Minas, o Butantã, Manguinhos, as escolas de Medicina e Engenharia. Nessa

<sup>46</sup> Disponível em: [www.4.Bp.blog.spot.com](http://www.4.Bp.blog.spot.com). Acesso em: 01 mai. 2009.

<sup>47</sup> DOMINGUES, Beatriz. *Tradição na modernidade e modernidade na tradição: a modernidade Ibérica e a revolução copernicana*. Rio de Janeiro: COOPE/UFRJ, 1996. p. 35

fase uma série de ideias novas apareceram ligadas ao materialismo, ao positivismo, ao evolucionismo, ao darwinismo social, ao livre cambismo e ao secularismo. Foi um período da indústria, em especial, no final do século XIX, em que houve a onda de imigração européia. O imaginário era desenhado nos traços da última moda feminina de Paris, a última moda masculina de Londres, a língua e a literatura francesas. O cenário era também norte-americano, preenchido fortemente pelo pragmatismo, pelo espírito de negócio, pelo esporte e pela aventura.

Antes de tudo, para alargarmos nossos horizontes de análise, um dos eixos importantes para entendermos as nuances do conceito de modernidade se insere na relação entre a expansão da autoridade pública associada à ampliação da cidadania como forma de expressão do que chamamos de modernização. Bendix analisa, por exemplo, que na comparação entre a estrutura medieval e a moderna extensão da cidadania se realizou e pode ser vista por vários pontos complementares, “[...] a constituição de um Estado-Nação moderno é tipicamente a origem dos direitos de cidadania, e esses direitos são um símbolo da igualdade de âmbito nacional. A própria política tornou-se de âmbito nacional, e as “classes baixas” têm agora a oportunidade de participação ativa”<sup>48</sup>

A gênese das influências do pensamento de Rui se encontra até mesmo antes disso, ao passo que sua cultura política foi constituída, através de sua abertura à leitura dos clássicos, devido à influência direta de seu pai. É sabido que nos séculos XVI e XVII, quando o adjetivo moderno passou a ser usado constantemente, eram considerados “*modernos*” todos aqueles que defendiam o tempo atual, quando confrontando o passado.

Entre os princípios norteadores da modernidade industrial do século XIX podemos destacar a descomunal explosão demográfica: o rápido e, muitas vezes, catastrófico crescimento urbano; as grandes descobertas nas ciências físicas; a industrialização da produção; a ampliação dos sistemas de comunicação de massa; o advento de estados nacionais cada vez mais fortes; a emergência de movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos e lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, o controle da sociedade e das instituições em um mercado capitalista global, drasticamente flutuante, e em permanente expansão.<sup>49</sup>

O universo de formação acadêmica de Rui também encontrava lugar no caudal do que acabamos de expor, consideradas as devidas proporções, pois a modernização do Brasil não foi igual à européia. Segundo Marshall Berman a modernidade pode ser dividida levando

---

<sup>48</sup> BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996. Passim.

<sup>49</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo. Ed: Cia. das Letras, 1982. pp. 12-34.

em conta basicamente três momentos distintos, porém dialeticamente conectados devido ao eixo do avanço das forças produtivas materiais e do despertar das transformações ocasionadas pelas repercussões dos fins dos tempos medievais. Vejamos:<sup>50</sup>

Na primeira fase da modernidade, dos séculos XVI ao XVIII, ocorreu uma experimentação da vida moderna. Não existia ainda um senso público ou comunidade moderna, dentro do qual os julgamentos dos homens pudessem ser compartilhados.

A segunda fase começou com a grande onda revolucionária de 1789. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganhou vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilhava o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeava explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembrava do que era viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chegava a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos, simultaneamente, que emergiu e se desdobrou a ideia de modernismo e modernização.

Já a terceira fase, remete-se ao século XX. Marcado por um forte processo de modernização, que articulou triunfos da arte do pensamento na sociedade do espetáculo. No decorrer da expansão da modernidade, o público moderno se multiplicou em uma multidão de fragmentários caminhos, perdendo a nitidez e tendo dificuldades em dar sentido à vida e às coisas. Em consequência disso a era moderna acabou perdendo contato com as raízes da própria modernidade.<sup>51</sup>

Diante dessas considerações iniciais sobre modernidade, torna-se interessante percebermos em que sentido tal questão se correlaciona com a questão de cidadania, uma vez que um dos pilares de Rui consistia em conciliar o discurso modernizador com as demandas cidadãs de uma classe média em ascensão. Como vimos, o discurso ruiano estava engendrado muito mais no universo elitista do que no popular, o que apresenta uma relação análoga com os paradigmas de Marshall, no que tange à cidadania entendida no âmbito civil e político.

---

<sup>50</sup> Cf. Outras leituras de clássicos da Modernidade: WATT, Ian. *Mitos do Individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. pp. 13-99

<sup>51</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 23

Vários traços de Rui são encontrados nos valores da “*Geração de 1870*”.<sup>52</sup> Foi comum a esta geração se vincular à formação extra-acadêmica através de jornais, da literatura, da poesia, do teatro, dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas. Eram nesses debates na imprensa, nos grêmios e sociedades literárias, nas comemorações cívicas e demonstrações políticas, que os bacharéis iam formando seu liberalismo e criando um estilo próprio, rebuscado e calcado na oratória.<sup>53</sup>

Foi no ambiente da Faculdade de Direito de São Paulo que Rui se inspirou para apresentar ao parlamento Imperial um projeto de *Reforma do Ensino Superior*, um dos primeiros traços de sua modernidade. Esta entendida a partir do caudal dos ideais modernos como afirma Margarida de Souza Neves:

Expresso nos conceitos de progresso e civilização, que redesenhavam o quadro internacional, acenavam com a possibilidade de um otimismo sem limites em função das conquistas da ciência e da técnica, impunham uma determinada concepção de tempo e de história, e ocultavam aos olhos da grande maioria o reverso de um panorama apresentado, quase sempre, como uma espécie de parusia terrena na qual as conquistas da técnica e do engenho humano transformariam a barbárie das guerras no reinado de emulação entre os países mais aptos, destinados a anunciar, por todo o orbe, a boa-nova da redenção do atraso.<sup>54</sup>

A modernidade política de Rui é expressa novamente no ano de 1868, quando ingressa no “*Ateneu Paulistano*”. Nessa época fez um discurso em homenagem ao deputado José Bonifácio, como nos referimos anteriormente, ocasião em que ocorreu a criação do “*Clube Radical*”, cujo um dos princípios norteadores era a defesa das eleições dos presidentes da província, de voto universal e direito e da abolição da escravatura.

No contexto da história mundial de acordo com *Reinhard Bendix*, durante todo o século XIX, quando se consolidava a transição para o capitalismo e a constituição do Estado liberal na Europa Ocidental, o paternalismo manteve o seu apelo, ao passo que o setor

---

<sup>52</sup> Segundo nos informa Skidmore, os dois aspectos norteadores do contexto da emergência de uma nova geração de intelectuais no Brasil passaram pelas questões ligadas a influência do positivismo e do republicanismo. “O positivismo afirmava que o curso da história, como da natureza da realidade social, estava sujeito a leis científicas como afirmou A.Comte. Desse modo havia uma rejeição tanto da teologia como a metafísica, defendendo no lugar destas uma religião da humanidade. Embora Comte fosse um profeta da secularização e um dos pais espirituais da tecnocracia moderna, ele também defendia limites estritos ao papel do Estado, especialmente no que dizia respeito à educação superior e à religião. O republicanismo não era uma idéia tão nova na realidade brasileira, tendo inspirado revoltas regionais nas décadas de 1830 e 1840. Agora o republicanismo revivia quando os brasileiros mais jovens questionavam se a monarquia, com o ethos socioeconômico que a acompanhava, era o melhor sistema do país.” Cf. SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998. pp.97-98.

<sup>53</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. cit. (nota 26), p.184.

<sup>54</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). Op. cit., p.1 9.

dominante e o Estado rejeitavam qualquer responsabilidade social. Este contexto levou a uma confusão entre os setores populares, acerca do papel do Estado na sociedade, pois enquanto o paternalismo se mantinha vivo no discurso, como forma de domínio social e controle sobre as classes subalternas, as antigas obrigações paternalistas de auxílio e proteção aos mais pobres eram negadas, dentro da nova lógica do mercado. Isso fez surgir uma situação completamente nova, onde, no campo das representações sociais, o Estado passava de promotor da justiça e protetor dos fracos, a regulador de conflitos individuais em uma sociedade de “iguais”.<sup>55</sup>

Recebendo os sons que ecoavam em tal lógica da órbita capitalista, em 1870, Rui desenvolveu sua mais expressiva atuação contra a escravidão. Orador na “*Loja América*” apresentou e defendeu um projeto que forçava os maçons a libertarem o ventre de suas escravas. A maçonaria era uma instituição defensora dos ideais liberais-democráticos, opondo-se aos legados absolutistas do Império. Rui acabou se desligando do movimento na virada da década de 80, devido ao não cumprimento das promessas que lhe foram feitas, bem como à falta de força política da maçonaria a partir de então.

Após três meses do sucesso retórico na Maçonaria, Rui teve delicados problemas de saúde, tendo que se afastar mais cedo da faculdade. Os professores concordaram em dar-lhe o diploma antecipadamente. Logo em seguida voltou à Bahia.

Como afirmamos no início do capítulo, na carreira política de Rui, a razão clientelista acabou atuando a seu favor, principalmente devido ao “*capital social*” legado de seu pai. Como evidências desse tipo de favorecimento político podemos citar vários exemplos. Quando Rui foi estudar em São Paulo, ficou hospedado no palácio do presidente da província, Saldanha Marinho. Posteriormente, tendo perdido o pai e morando em Salvador, Rui foi residir na casa do Conselheiro Salustiano Souto, amigo de João José. Vale ainda lembrar, que Rui tinha contatos com Albino Barbosa de Oliveira, primo de seu pai e pessoa influente na Corte. Foi Albino quem aproximou João José de Luís Antônio Barbosa de Almeida para o casamento ideal da filosofia política liberal.<sup>56</sup> De quebra, o grande padrinho político de Rui foi Manuel de Souza Dantas, maior líder do Partido Liberal Baiano. Em 1872, Rui começou sua carreira de advogado no escritório de Dantas.

Rui contribuía para o jornal de Dantas “*Diário da Bahia*” de tendência liberal. No jornal, Rui expressou uma das principais bandeiras do liberalismo: *a eleição direta*. Lutou para eliminar um item da Constituição de 1824, que estabelecia a eleição dos parlamentares através de um Colégio de Eleitores, que por sua vez, era eleito pelos cidadãos votantes. Rui

<sup>55</sup> BENDIX, Reinhard. Op. cit. passim.

<sup>56</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op. cit. (nota 22), pp. 26-9.

foi um defensor aguerrido da abolição desse sistema, em prol de uma reforma eleitoral, que garantisse a expressão direta da vontade dos cidadãos.

A campanha pela eleição direta se vinculava às grandes modificações pelas quais a Europa passava. De acordo com Bellamy, as transformações na História, a partir do final do século XIX, foram marcadas pelas forças estruturais geradas pela industrialização entre 1870 e 1930, levando ao enfraquecimento do liberalismo ético e à sua transformação em um liberalismo econômico. Na prática, continua o autor, a economia de mercado idealizada pelos clássicos, deu origem não a uma sociedade cooperativa de indivíduos mutuamente se desenvolvendo, mas a uma série de grupos com interesses conflitantes. É esse tipo de liberalismo que influenciou demasiadamente o espírito fundador de Rui Barbosa, preocupado em reproduzir grande parte da lógica do liberalismo consolidado no século XIX.<sup>57</sup>

As transformações históricas a que nos referimos afetaram profundamente a história política de Rui. Foi nesse contexto que durante muito tempo, foi amigo da família Dantas, desenvolvendo um forte laço de amizade com o filho de Manuel Dantas, Rodolfo Dantas. Através dessa relação Rui acabou conhecendo a Europa. No ano de 1874 ocorreu a morte de seu pai e Manuel Dantas nomeou Rui como inspetor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, cargo que passou a acumular com o escritório e o trabalho do Diário da Bahia. Foi nesse jornal que Rui lançou a campanha pela eleição direta, mencionada anteriormente. Na análise desse processo vale lembrar que Rui não tinha entre suas bandeiras o fim do voto censitário e, nesse período, foi contra o serviço militar por sorteio, editado pelo Império. Tais posturas de Rui evidenciavam que ele era também colaborador dos ideais aristocráticos e que seus compromissos com a democracia não chegavam a ser suficientes para aprofundar a discussão em torno da premissa do *sufrágio universal*.

Devemos observar, ainda, que seus argumentos foram inspirados no liberalismo político de *John Locke*, na lógica da defesa da liberdade individual, não existindo avanços maiores. Rui mostrava sua vocação pelas polêmicas. Em cada fase de sua vida levantava uma ideia em busca de celebrar no palco político, o debate público. O discurso ruiano era pomposo, erudito e extremamente formal. Era um aristocrata que sabia falar difícil, chamando atenção das massas como num passe de mágica. A grande parte do povo brasileiro era analfabeta e não entendia claramente todo o conteúdo de seu discurso. Ainda com tom irônico, Rui era defensor da República dos Letrados: como dissemos somente as pessoas

---

<sup>57</sup> BELLAMY, Richard. *Liberalismo e Sociedade Moderna*. São Paulo. Ed: UNESP, 1992. pp. 23-54.

alfabetizadas teriam legitimidade para exercer sua cidadania, essa foi mais uma das questões polêmicas que ele apresentava.

O olhar bem atento sobre o que acontecia faz com que possamos descortinar apenas o brilho das noções de modernidade vinculadas ao “*novo*” e à “*aventura*” com os quais nos ocupamos acima. Indo a fundo nessa questão, a visão do que era *antigo, tradicional, atrasado* era a do português, do católico, do colonial, do índio, do preto e do sertanejo. Era ainda a do pai-de-santo, do centralismo político e do espiritualismo. Esse retrato foi bem intenso, especialmente em meados do século XIX. Através da lente das teorias do evolucionismo positivista focalizava-se o povo brasileiro, como o fez Silvio Romero ao localizar “a África em nossas cozinhas, a América em nossas selvas e a Europa em nossos salões.”<sup>58</sup>

Nessa tempestade de contradições a história política de Rui foi conduzida, evidentemente respeitando os paradigmas de construção da modernidade associada à ideia de *civilização*, na leitura estereotipada de grande parte da intelectualidade mundial.

O “*Fausto*”, de Goethe, embora tivesse um sentido peculiar a seu tempo, inspirou-nos nessa pesquisa no sentido de poder entrar no campo das analogias e procurar perceber algumas correlações entre a modernidade fáustica e a modernidade ruiana (resguardando as proporções devidas, pelo menos em alguns aspectos, pois alguns sentidos são de fato diferentes). J. W. Van Goethe levou quase sessenta anos para escrever o “*Mito Fáustico*”. Essa obra foi muito além da reação romântica, terminada em reviravoltas espirituais e materiais da Revolução Industrial. Fausto acaba vendendo a alma ao Diabo não por dinheiro, sexo ou fama, mas sim pelo direito de controlar a natureza, para transformar o mundo medieval através de uma imensa força de trabalho organizada. Fausto se tornaria o primeiro arquétipo do empresário moderno.

Sabemos que Rui também fora uma espécie de arquétipo da modernidade liberal brasileira e portador de um determinado desejo de transformar alguns pilares dos tempos do Império. Sua perspectiva foi de selar os paradigmas das liberdades individuais, tão solicitadas por alguns pensadores modernos, que viveram o dinamismo do próprio impacto da Revolução Industrial. Vale ainda destacar que o Iluminismo alemão, do qual Goethe foi parte integrante, esteve atrelado ao sucesso político da nova burguesia. Portanto, não é de surpreender que os principados ainda feudais da Alemanha não tivessem produzido nem uma classe média forte, nem um corpo de pensamento radical, como havia na Inglaterra e na França.

---

<sup>58</sup> HARDMANN, Francisco Food. Antigos modernistas. In: \_\_\_\_\_. *Tempo e História*. Ed. Cia das Letras, São Paulo, 1992. pp. 12-36.

Nesse contexto o “*Mito Fáustico*” foi produzido. Para melhor compreendermos o discurso político modernizador de Rui Barbosa é nossa tarefa descrever um pouco sobre o “*Mito Fáustico*” e, em seguida, analisar suas possíveis proximidades com momentos relevantes da história política de Rui. Sabemos que a obra de Goethe, nesse caso tem outras direções de análise, mas por que não arriscarmos a abstrair determinadas ideias do autor, que possam enriquecer o universo global de nosso trabalho? Longe de ser o ponto central aqui, mas isso poderá ampliar nossa compreensão, nos capítulos subseqüentes dessa pesquisa, preocupada também em encontrar alguns modelos explicativos para decodificação da personalidade política de Rui em nossa História. Vamos então à difícil tarefa.

A tragédia de Fausto percorre basicamente três etapas: “*O Sonhador*”, “*O Amador*” e “*O Fomentador*”. Sinteticamente poderíamos colocar os três momentos da seguinte forma:

Na primeira fase, ele vivia só e sonhava. Na segunda, ele entretceu sua vida na de outra pessoa e aprendeu a amar. Agora, em sua última encarnação, ele conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais, que dirigem o mundo; aprende a construir e a destruir. Expande o horizonte de seu ser, da vida privada para a pública, da intimidade para o ativismo, da comunhão para a organização. Lança todos os seus poderes contra a natureza e a sociedade; luta para mudar não só a sua vida, mas a vida de todos. Assim encontra meios de agir de maneira efetiva contra o mundo feudal e patriarcal: para construir uma ambiente social radicalmente novo, destinado a esvaziar de vez o velho mundo ou destruí-lo.<sup>59</sup>

Os pontos que vamos explicar correlacionando o *mito fáustico* e Rui Barbosa podem ser melhores compreendidos a partir das situações a seguir. Certamente Rui não vivia o mesmo tipo de transição, mas estava envolvido nas continuidades e rupturas da passagem do século XIX para o XX. Assim como Fausto, Rui era intelectual, preso aos livros, tinha ligação com o ensino e era advogado. Sua vida cercada do “*capital social*” de seu pai foi similar ao mito fáustico. Rui foi um homem que amou Maria Augusta e congregou forças para lançar seu emblema de legista. Fez ser conhecido como novo, um homem não só sonhador como fomentador. Saint-Simon chamou a fase do “*Fomentador*” de Goethe de “*O Organizador*”, Berman preferiu o termo “*O Fomentador*”. Em nosso trabalho, assim como Gilberto Freyre o designou, chamaremos Rui de “*O Amarelinho*”. O mito salvacionista de Rui era diretamente relacionado à sua capacidade de se colocar e realizar grande parte de seus objetivos, pelo menos no plano da retórica. O “*mito do amarelinho*” foi discutido por Freyre em sua obra

---

<sup>59</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit., p.24.

“*Ordem e Progresso*”<sup>60</sup>: O amarelinho pode ser definido como “o homem capaz de grandes façanhas e de tremendas vitórias sobre gigantes louros e rosados; espécie de Davi brasileiro em face de Golias nórdicos ou germânicos”.<sup>61</sup>

Outro aspecto de comparação entre Rui e a questão do “*Mito Fáustico*” se refere à discussão acerca da metamorfose, quando Fausto apresenta o seu papel de fomentador industrial em termos de uma negação da liberdade emocional.

De forma particularizada, Rui parecia estar disposto a destruir grande parte dos pilares que sustentaram a Monarquia, mas estava, ao mesmo tempo, amarrado à política de compromissos e favores que o acompanhavam desde a sua formação, fundamentadas no clientelismo e no apadrinhamento.<sup>62</sup>

Fausto desejava para si mesmo um processo dinâmico que incluiria suas experiências humanas, alegria e desgraça juntas, assimilando-as todas ao seu interminável crescimento interior; até mesmo a destruição do próprio eu seria parte integrante de seu desenvolvimento. Rui sempre teve o desejo de sair de si mesmo através de sua explosão idealista no enfrentamento com o mundo. Embora não fosse o portador da unicidade coletiva sugerida por Goethe, foi o idealista liberal voltado para a busca da unidade da garantia das liberdades individuais.

Rui afirmava em documento intitulado “*Problemas sobre o Direito Internacional*” que toda a civilização se encerra na liberdade e toda a liberdade na segurança dos direitos individuais. Para ele, liberdade e segurança legal eram termos equivalentes e substituíveis um pelo outro.<sup>63</sup>

A figura mítica do herói ruiano é análoga à heroicidade do Fausto goethiano, proveniente da libertação de tremendas energias humanas reprimidas, não só nele mesmo, mas em todos os que nele tocavam e, eventualmente, em toda a sociedade a sua volta.<sup>64</sup> Ao longo de toda a vida dedicada ao direito e aos problemas políticos, Rui sentiu sempre uma estranha atração por grandes causas. Isso o levou a fabricar parte de sua história, um dos grandes homens públicos de que se tem notícia, através dos seus discursos e da sua intensa participação em alguns eventos nacionais e internacionais. Embora reconheçamos que Rui esteve dotado de seus ideários, sabemos que eles foram atrelados à mentalidade aristocrática e regados pelo Patronato.

<sup>60</sup> FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 3ª Ed. 1974, 2 tomos.

<sup>61</sup> CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., p.47

<sup>62</sup> BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos In: \_\_\_\_\_. *A Dialética da Colonização*. São Paulo, Ed: Cia das Letras, 1992. pp.194-245.

<sup>63</sup> ACERDA, Virginia Cortes. Op. cit., p.84.

<sup>64</sup> GIRARDET, Raoul. Op. cit., pp. 23-43.

O que nos desperta atenção é a possibilidade de os heróis serem reinventados ou interpretados. Todo o processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento. Parecia apropriado, no contexto do final do século XIX, Rui se colocar como portador do “*novo*”, fundamentalmente no plano retórico. Dada a sua habilidade no campo da oralidade, também foi capaz de manobrar muitos corações em um país de forte exclusão social.

Segundo Goethe, os problemas de Fausto não são apenas seus: eles dramatizam tensões mais amplas, que agitaram todas as sociedades europeias nos anos antecedentes à Revolução Francesa e à Revolução Industrial. Fausto participa desse processo e ajuda a criar uma cultura que abriu uma amplitude e profundidade de desejos e sonhos humanos que se situam muito além das fronteiras clássicas e medievais. Ao mesmo tempo, ele está inserido numa sociedade fechada e estagnada, ainda incrustada em formas sociais típicas do feudalismo e da Idade Média.<sup>65</sup>

Rui esteve muito ligado aos ideais de progresso e civilização procurando olhar o Brasil no âmbito da modernidade industrial, prioritariamente, em fins do século XIX. “Uma das idéias mais originais e frutíferas do Fausto de Goethe diz respeito à afinidade entre o ideal cultural do autodesenvolvimento e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento econômico”<sup>66</sup>

O nosso questionamento é se Rui estava de fato ligado aos interesses mais estruturais para transformar a sociedade e promover o “*bem comum*”. Ao longo de nossa pesquisa lançamos a hipótese de que ele se envolveu em vários eventos apegados à modernidade política civilista, promotora da construção do espaço público. Ele sempre esteve atento aos anseios dos setores médios urbanos, no contexto das transformações sócio-econômicas que atravessavam o país. Segundo San Tiago Dantas, a classe média no Brasil foi constituída por imigrantes, estrangeiros ou comerciantes que começam com pequenos estabelecimentos e os ampliavam reaplicando lucros produzidos pelo próprio negócio. Com eles se inicia uma classe, que contrapunha sua mentalidade pequeno-burguesa, seu espírito de precavida iniciativa, à mentalidade agrária. Na leitura do autor, a classe média foi ideóloga de uma determinada reforma na sociedade e o seu comportamento como classe costumava ser

---

<sup>65</sup> *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo. Ed: Cia. das Letras, 1982. p 57.

<sup>66</sup> *Ibid*, p.53.

conservador, no terreno econômico, e radical, no terreno político, onde se tornou o que poderíamos chamar a “*rocha armazenadora*” do liberalismo primitivo.<sup>67</sup>

É dessa forma que Rui se encaixa como portador do desenvolvimento e dotado de um espírito reformador para atender a uma nova ordem sócio-econômica que viria a acontecer, tendo como espelho as mudanças capitalistas do século XIX, preocupado fundamentalmente com as matrizes do liberalismo individualista.

A vida de Rui foi um repertório de várias virtudes e circunstâncias episódicas, que exortavam o ideal ético da classe média e que constituíam uma das forças mais profundas de que se alimenta sua fecunda trajetória social:

[...] não teve os favores e as facilidades da existência dos filhos das classes privilegiadas; foi um produto do seu trabalho e do seu merecimento; como filho, deu testemunho de um pietas exemplar; foi um homem de cuja vida amorosa não veio escândalo, o que ofereceu a sociedade o exemplo da felicidade e do decoro no casamento; como intelectual é espantoso o grau de identificação de suas idéias gerais com o pensar mais corrente e aplaudido na sua época; na sua obra, sem juízos extravagantes, reflexões inacessíveis ou caminhos perigosos, passeia-se como um tranqüilo e policiado campo aberto; aquela inteligência, de que todos reconhecem o soberano poder de expressão, de demonstração, e de polêmica, não tem momentos de dúvida ou recantos de mistério; os sentimentos que confessa, as descrições que nos oferece do seu próprio ser moral são sempre bem pensantes, edificante, exemplares.<sup>68</sup>

Se a angústia interior de Fausto inspirou nele visões, ações e criações revolucionárias, podemos afirmar que Rui sempre foi angustiado com uma série de questões que o perseguiram, e através de suas atitudes procurava, no seio de suas articulações políticas, atingir os seus projetos de homem público, que por sua vez, celebrava mais um de seus mitos, “*O Mito do Homem Público*”, aquele capaz de universalizar os interesses em prol da legalidade, como ele pronunciara em um de seus discursos: “Com a lei, pela lei e dentro da lei; porque fora da lei não há salvação.”<sup>69</sup> Vale ressaltar, portanto, que, em nossa leitura, nem sempre a lei é a garantia de justiça para todos.

Em Rui, as discussões sobre as essências sociais e revolucionárias ficavam mais em segundo plano. O foco era o liberalismo reformista atendendo a uma elite que não pretendia abrir mão de seus privilégios.

<sup>67</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1994. Para verificar o mito do “jeca tatu” alusivo à classe média brasileira. pp. 23-45.

<sup>68</sup> CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., p 35-39.

<sup>69</sup> DANTAS, San Tiago. Rui e a Renovação da Sociedade. In: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p 68-70.

Ele também conseguiu arquitetar no país o selo da modernidade cristã-liberal. Correlacionando os elementos, a ideia de modernidade de Goethe é agregada à questão cristã. Segundo Goethe, quando Fausto se direciona ao mundo é como se ele celebrasse literalmente a Páscoa. Rui em variados momentos incorporava os eventos históricos dos quais ele participava com o espírito do cristianismo liberal. O discurso liberal para ser mais fortalecido era agregado à caridade e utilizado à luz de Deus.

No ano de 1893, em uma Conferência em favor de órfãos do asilo de *Nossa Senhora do Lourdes da Feira de Santana*, encontramos um traço de seu cristianismo liberal:<sup>70</sup>

[...] diante da criança que me pedia, em nome da caridade, uma conferência popular a benefício de um asilo de órfãos, não julguei com o direito de pesar minhas forças, e muito menos de examinar, à luz de minhas idéias particulares, a consagração religiosa, sob que esse pio se mantém. [...] posso não orar em Lourdes; mas Lourdes não me separa da humanidade.  
[...] mais longe estava Cristo da impureza do que os filósofos estão da razão. E, todavia, Cristo não se pejava de falar, nas ruas com Madalena. Esta simples lição oriunda de tão alto, vale mais para o bem do gênero humano, do que as mais soberbas filosofias, estabelecendo, entre as divergências que se alongam os homens uns dos outros na fé, nas ações, no destino individual, uma unidade suprema: a da santificação pela caridade.<sup>71</sup>

Continuando nossa narrativa do “*Mito Fáustico*”, na passagem em que Fausto estava prestes a morrer tomando um veneno, ocorre o bimbalar dos sinos na ocasião da Páscoa, que na sua dimensão simbólica, representava a ressurreição. O contexto da questão envolvendo os sinos acaba representando a revelação da importância do projeto romântico de liberação no processo histórico da modernização. É importante lembrar que Rui vivia de símbolos, através de seus discursos emblemáticos, em especial os de Haia – do qual trataremos com mais detalhes no próximo capítulo –, que foram possibilitadores de sua heroificação, como nos mostra Freyre, no caso do “*Mito do amarelinho*”, já explicado anteriormente. A própria imprensa, na ocasião, foi promotora de Rui recheando ainda mais o seu conteúdo liberal-cristão em nossa História.

O modelo fáustico de desenvolvimento, de forma holística, é assim explicado por Marshal Berman:

<sup>70</sup> Discurso na Bahia, em 22 de fevereiro de 1893. Cf. LACERDA, Virginia Cortes. Op. cit., p.191

<sup>71</sup> Discurso na Bahia. Ibid, p. 192.

Tal modelo confere prioridade absoluta aos gigantescos projetos de energia e transporte em escala internacional. Seu objetivo é menos os lucros imediatos que o desenvolvimento a longo prazo das forças produtivas, as quais em última instância, ele acredita, gerarão os melhores resultados para todos. Em vez de deixar empresários e trabalhadores se desperdiçarem em migalhas e atividades competitivas, o modelo propõe a integração de todos. Com isso criará uma nova síntese histórica entre poder público e poder privado, simbolizada na união de Mefistófeles, o pirata e predador privado, que executa a maior parte do trabalho sujo, e Fausto, o administrador público, que concebe e dirige o trabalho como um todo. Isso abrirá espaço, na história mundial para o papel excitante e ambíguo do intelectual moderno – Saint-Simon chamou-o “O Organizador”; eu preferi “O fomentador” – capaz de reunir recursos materiais, técnicos e espirituais, transformando-os em nossas estruturas de vida social. Finalmente, o modelo fáustico criará um novo tipo de autoridade, derivado da capacidade do líder em satisfazer a persistente necessidade de desenvolvimento aventureiro, aberto ao infinito, sempre renovado, do homem moderno.<sup>72</sup>

Para firmarmos nossa posição, a leitura que fazemos sobre Rui visa evitar os radicalismos de análise e avaliar sua história no contexto mais amplo.<sup>73</sup> Sabemos que, em especial, grande fase da atuação política de Rui está inserida entre 1870 a 1914. Esse período foi marcado pelo conflito entre a *modernidade* e a *tradição*, como nos aponta *José Murilo de Carvalho*. Tal fase foi economicamente caracterizada, em toda a América Latina, como sendo o auge do desenvolvimento para fora, da integração da área da economia capitalista em fase de expansão imperialista. Socialmente foi a época da extinção da escravidão, fortalecida com a Lei do Ventre Livre de 1871 e completada teoricamente com a abolição em 1888. Destaca-se ainda o impacto da imigração levando a profundas transformações demográficas. Ainda, a emergência do movimento operário influenciado pelas ideias do anarco-sindicalismo. Politicamente, 1870 é o ano do fim da Guerra do Paraguai, do Manifesto do Partido Republicano e da afirmação do que conhecemos como “*Geração de 1870*”. Faziam parte desse grupo Tobias Barreto, Silvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, entre outros, como nos informa a historiadora Mônica Pimenta Velloso:

[...] os intelectuais modernistas da geração de 1870 visavam buscar a compreensão da identidade múltipla da nacionalidade. Nos cantos, contos, poesias e danças, o brasileiro aparece reconhecido na figura do indígena, do africano, do europeu e do mestiço. Para os padrões valorativos da época, essa idéia já significava um determinado avanço na interpretação do Brasil. mesmo que de uma forma que poderíamos denominar “envergonhada” reconhecia-se a nossa identidade mestiça, buscando-se estudá-la. Mas predominava ainda a idéia da segmentação entre o superior (europeu) e inferior (Brasil) sendo reservado a cada uma das etnias o seu respectivo espaço.<sup>74</sup>

<sup>72</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit., p 83.

<sup>73</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Cia. das Letras. 1999. pp. 161-168.

<sup>74</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). Op. cit., p. 356.

A segunda parte do século XIX apresenta um significado simbólico no processo de construção da racionalidade republicana inspirada na propaganda, em especial, depois da publicação do Manifesto Republicano de 1870, congregando uma geração de pensadores portadores de uma espécie de “*missão civilizatória*”.<sup>75</sup> Segundo o filósofo Ricardo Vélez Rodríguez:

O Manifesto de 1870, publicado no jornal **A República** do Rio de Janeiro, a 3 de dezembro, e assinado por Joaquim Saldanha Marinho, ex-presidente de Minas e São Paulo, e por 57 republicanos salientava, em primeiro lugar, que o autoritarismo e o regime de privilégios eram as principais causas da decadência política do Império. As tradições do **Ancien Regime**, em que esses vícios se baseavam, abrigavam preconceitos contra as conquistas do progresso e da liberdade.<sup>76</sup>

É importante salientar que o Brasil nesse momento estava criando uma nova identidade pública. Vale, também, destacar que a “*Geração de 1870*” foi responsável por compor o ambiente da esfera pública republicana. De acordo com *Habermas*<sup>77</sup>, a formação de uma esfera pública está relacionada a um processo de racionalização da dominação política, passando de um governo arbitrário a um legitimado e consensual, orientado pelo “*interesse geral*”. É exatamente esse o discurso modernizador sobre o qual se ergue a República no Brasil, dizendo-se representante da democracia liberal, embasada num princípio igualitário e racional. Esse discurso, propalado pela imprensa desde a Propaganda, acabou sendo apropriado pela população.<sup>78</sup>

Notemos que a base de toda essa intelectualidade de que falamos é constituída das fortes influências dos movimentos nacionalistas do século XIX, que vão simultaneamente abalar o velho edifício estatal europeu. Apresentam-se, em primeiro lugar, como afirmação de uma espécie de renascença. Como afirma *Girardet*, é em relação à imagem ideologicamente reconstruída, de uma nação desaparecida da História, mas da qual se pretende redescobrir a memória, exaltar a grandeza passada. Nela se encontra legitimado o combate a ser empreendido para garantir a ressurreição.

<sup>75</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Luz nas Trevas: Ensaios sobre o Iluminismo*. Guarapari-ES. Ed. Exlibris, 2007. pp 199-221. Segundo o autor no que tange a mística republicana (...) a adesão à convicção religiosa de que o movimento libertário em prol da República constituía uma tradição sagrada, foi uma linha de inspiração dos manifestos republicanos

<sup>76</sup> Ibid, p.218. (grifos nossos.)

<sup>77</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Tradução de Flávio R. Kothe – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.pp.04-45.

<sup>78</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Op. cit. pp 199-221. Segundo o autor a mais significativa influência das ideias que empolgaram a Revolução Francesa deu-se, no Brasil, no terreno da propaganda Republicana.

Rui parece ter dado conta disso e ter sido um emblema desse momento, celebrando sua história de ser reconhecido como, no mínimo, um homem público, na perspectiva de legado futuroológico.

No contexto do governo reformista de Rio Branco, a partir de 1871, o Brasil enfrentou as questões relativas à escravidão, à imigração, à Guarda Nacional, ao recrutamento militar, ao sistema judiciário, à reforma do sistema de pesos e medidas e às relações entre Igreja e Estado.<sup>79</sup>

As fontes encontradas sobre os discursos de Rui percorrem justamente o contexto mencionado e refletem grande parte de nossa opção metodológica, que busca compreender Rui inserido no processo que levaria a formar a Primeira República, nossa grande questão. O recorte histórico feito aqui nos levou a enfrentar discussões envolvendo a *modernidade*, o *civilismo* e o *Liberalismo*. Este último entendido por nós como essencialmente enquadrado à realidade brasileira, refletindo nosso parecer no início dessa pesquisa, de que as ideias liberais estavam encaixadas no imaginário e na realidade escravista brasileira do século XIX, assunto que aprofundaremos no próximo capítulo.<sup>80</sup>

Nossa personagem trilhava nesses caminhos, corporificado nas suas raízes de patriarcalismo colonial. Visto de certo ângulo, também foi legendário, canalizando grande parte de suas energias em sintonia com as *classes médias*, como demonstramos. Certos valores que nortearam seus pensamentos e ações eram debates da própria sociedade brasileira, entre os quais observamos: a valorização do Estado com poder centralizado na União, com hierarquia e ordem; defesa das liberdades individuais pela vigência do Direito e aplicação da lei; promoção da descentralização do poder, em um Federalismo sem excessos; luta por acelerado progresso material; diversificação da economia pela industrialização, imigração e educação; empenho pela ascensão social e preservação do *status* alcançado; visão universalista do papel do Brasil no mundo; importância do bom conceito externo do país.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. cit. (nota 86) pp. 107-108.

<sup>80</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op. cit. (nota 22), pp. 03-24.

<sup>81</sup> GRAHAM, Richard. *Cientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ. pp.21-36.

#### 1.4 Culturas políticas compartilhadas

Rui Barbosa pode perfeitamente ser avaliado a partir de várias dimensões míticas e de uma grande representação de valores por ele compartilhados, como foi possível detectar em alguns documentos fundamentais. Embora no presente capítulo tenhamos a preocupação de delimitar o nosso estudo até a ascensão de Rui ao cargo de Deputado Geral, em 1878 e ao início de 1879, especificamente, nesse momento, ampliamos nosso marco cronológico. De acordo com nossas necessidades de pesquisa vamos exemplificar melhor seus significados, que deram margem de sustentação ao entendimento de seu pensamento e ação na Primeira República.

Para estudarmos a questão mítica e a teia de valores de Rui partiremos dos estudos macro-estruturais envolvendo o mito político na História e suas faces de elaborações no âmbito de suas relações. No campo de análise das representações políticas, nossa discussão encontra raiz no trabalho desenvolvido por Raoul Girardet, em obra já citada no presente trabalho. O autor critica a regularidade do pensamento ocidental, no que tangem às análises acerca das *“Mitologias Políticas”*. Para ele a narrativa legendária exerce uma função explicativa, fornecendo subsídios para a compreensão do presente. Inspirado em Lévi-Strauss, que expressava a ideia de que não existia limite para uma análise mítica, Girardet remete à questão da ambivalência do mito pelo fato de ele ser *polimorfo*.<sup>82</sup>

Na tese de Girardet, quanto mais o mito ganha amplitude mais ele se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva. De forma análoga, parece-nos ser o caso de Rui Barbosa. Um político dotado de imensa capacidade pública e formador de opiniões no Brasil, inclusive nos dias de hoje. Segundo Cardim, a revista *Época* divulgou uma pesquisa, em sua edição, de 11 de setembro de 2006 e publicou matéria sobre enquete junto a um grupo de personalidades nacionais, para escolher o maior brasileiro da História. O resultado final foi um empate entre Rui Barbosa e Machado de Assis. A *Folha de São Paulo*, em edição de 1º de abril de 2007, divulgou resultado de enquete com duzentas personalidades que escolheram o(a) “maior brasileiro” de todos os tempos e o resultado foi surpreendente: Getúlio Vargas em primeiro, Juscelino Kubitscheck em segundo, Machado de Assis em terceiro e Rui em quarto. Essas informações são mais uma prova da relevância histórica de

---

<sup>82</sup> GIRARDET, Raoul. Op.cit., p.15

nossa personagem.<sup>83</sup>

Os documentos nos levaram a descobrir a existência de outros valores que não necessariamente tenham sido mencionados por nossos estudos iniciais. Entre o que falaremos nesse momento, citamos o valor *da Inteligência, O valor do salvador; O valor da unidade; O valor da legalidade; O valor da moralidade e o valor do cristianismo liberal.*<sup>84</sup>

O *valor da inteligência* se manifestou assim como todos os demais mitos que citamos em momentos distintos. Falaremos de alguns indícios, bem como suas faces de representação e apropriação, caso seja necessário. Esse valor agregado por Rui fica evidente, segundo *San Tiago Dantas*, a partir da seguinte percepção:

[...] o apreço exagerado pela inteligência elevada dos povos ou das classes em luta contra as resistências de um meio social já consolidado. Não ocorre no seio das aristocracias; não ocorreu na grande burguesia, nas gerações posteriores à sua estabilização; é curioso observar que não ocorre no proletariado, cuja ascensão depende de outros recursos de luta. Ocorre porém, nas burguesias nascentes, onde a inteligência é o meio por excelência de vencer, o valor a que se rendem eventualmente todos os outros e que não consolida privilégios.<sup>85</sup>

Dialogando com a leitura de Homero Pires, em Conferência realizada na FCRB, em 5 de novembro de 1938, em sua defesa da cultura interdisciplinar de Rui Barbosa, percebemos o quanto Rui se norteava pelo apreço ao valor da inteligência. Nas palavras de Homero Pires:

Rui Barbosa aproximava-se de todos esses vultos, freqüentava-os habitualmente, do que há vastos sinais nos seus trabalhos forenses. Porque, como eles, tinha a mesma formação: a formação dos Cujácios, dos Donelos, dos Melo Freires, todos fortes em humanidades, todos leitores constantes e espertos dos grandes clássicos, todos devotos assíduos da história, da eloquência, da filosofia, da filologia, às vezes da poesia e até das matemáticas, como instrumentos que conduzem ao estudo do direito. A sua rara e forte estirpe não era a mesma daquele Giovanni D'Andrea, o mais famoso jurista do tempo de Petrarca, e a quem este demonstrava e provava a sua insuficiência literária. A jurisprudência, o direito, a política, para Rui Barbosa, como para os antigos, apoiavam-se nas boas letras humanas.

---

<sup>83</sup> Será-nos útil os conceitos de *representação e apropriação* de Chartier. Segundo esse autor, a *representação*, pensada quer como algo que permite ver uma coisa ausente, quer como exibição de uma presença é o conceito que ele considera superior ao de mentalidade, dado que permite articular três modalidades da relação com o mundo social: o trabalho de delimitação e classificação das múltiplas figurações intelectuais, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social e as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, de classe ou da comunidade. A apropriação é uma história social das interpretações remetidas para as suas determinações fundamentais, que são sociais, institucionais e culturais. Rui trabalhava como ator no contexto anterior e durante o *“Teatro das Oligarquias”* estabelecendo representações e se apropriando de ideias e comportamentos de acordo com as suas próprias crenças liberais.

<sup>84</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. pp.136-137.

<sup>85</sup> DANTAS, San Tiago. *Rui e a renovação da Sociedade*. op.cit. p. 68

Era um jurisconsulto desses velhos e sólidos moldes criadores, que retemperava a sua ciência nas saudáveis fontes primitivas, abandonadas pela ignorância, pela incapacidade e pela preguiça. A sua obra foi construída sobretudo com o espírito da antigüidade clássica. Ora, o sedimento dessas idéias não há como o achar fora dos livros, desses bons livros antigos, e neles, de par com uma grande biblioteca, é que tem de ser buscado e pesquisado. Rui Barbosa não podia, pois, dispensar-se de uma livraria assim, possuí-la em casa, bem junto à sua pessoa. Dele se pode dizer, com Anatole France, que foi um desses homens que "amaram as letras mortas com o mais vivo amor, e encontraram na poeira antiga a centelha da eterna beleza."<sup>86</sup>

No âmbito do valor da inteligência, encontramos várias características que são fundamentais. Todos os dons reais ou imaginários, que se reconheceram ou se atribuíram a Rui Barbosa – seu saber, supostamente enciclopédico, seu preparo de poliglota, sua capacidade de trabalho, seus esforços mentais sem proporção com seu físico, seu gênio verbal desmedido – estavam carregados de uma energia emocional indestrutível e do vínculo eletivo que o prenderia à sociedade de que estava fadado a ser o ideal.

O *valor do salvador*, de acordo com o que expomos anteriormente, é representado pelo modelo freyriano que especifica o chamado “*Mito do Amarelinho*”, como podemos perceber no documento a seguir: “[...] quisera converter a verdade todos os transviados; mas a tarefa do apóstolo é infinitamente mais árdua que a do enfermeiro, a de retificar opiniões incalculavelmente mais delicadas que a de aliviar padecimentos.”<sup>87</sup>

No discurso realizado na Bahia, na conferência em favor de cinquenta órfãos do asilo de Nossa Senhora de Lourdes, em feira de Santana, Rui afirmava que a caridade tinha um sentido de purificação e o homem deveria dialogar sua vida à luz dos preceitos de Jesus Cristo. Como citamos, Rui legitima seu liberalismo político assistencialista visando preencher as garantias mínimas de existência aos cidadãos.

Rui apresentava um discurso divinizador e se preocupava acerca do debate em torno da ciência e de deus. A leitura que ele fazia era a possibilidade de se correlacionar a racionalidade científica com a questão divina, entendendo tais situações como indissociáveis:

Pus a ciência acima de todas as coisas; mas não afirmei jamais que a ciência não possa abranger as coisas divinas. Nunca encarei a ciência como a sistematização do antagonismo com o espírito. Esse incognoscível, que não cabe nos laboratórios, não acreditei jamais que se distancie da ciência por incompatibilidades invencíveis, unicamente porque esta não sabe os meios de verificá-lo. Vejo a ciência que afirma Deus; vejo a ciência que prescinde que proscree a Deus; e entre o espiritualismo, o agnoscitismo, o materialismo, muitas vezes se me levanta da razão esta pergunta: onde está a ciência?

<sup>86</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp.56-89.

<sup>87</sup> Ver o discurso na íntegra proferido na Bahia em 22 de fevereiro de 1893, Ibid, p. 193.

A mesma névoa que a princípio se adensara sobre as inquietações do crente, acaba por envolver o orgulho do sábio. A mesma dúvida que nos arrastara das tribulações da fé ao exclusivismo científico, pode reconduzir-nos do radicalismo científico à placidez da fé.<sup>88</sup>

Para Girardet, “*O salvador*” é guardião da normalidade na sucessão dos tempos, no decorrer das gerações, assim aparece nessa perspectiva. A ordem está intrinsecamente relacionada à legalidade dos novos tempos.

Em documento “*Visita à Terra Natal*”, pronunciado na Bahia em 1893, Rui termina sua fala afirmando: “[...] façamos desta sessão, pois, um ato de aliança pela república, em presença daquele Deus que nossas famílias exoravam pelos escravos, o que Deus enlaça divide os homens. [...] mas esse músculo sagrado pertence sobretudo às gerações robustas, que começam a se dourar da mocidade como os pomos da colheita, da providência, e às gerações nascentes, que abroham como a primavera na copa dos laranjais.”<sup>89</sup>

O documento acima nos mostra o seu discurso cristianizador que era um dos pilares de sua face salvacionista. Rui procurava através de sua fala mostrar as suas ligações com o espírito de salvador do país.

O *valor da unidade* apresenta-se historicamente em sentidos plurais. As fundamentações míticas em torno da discussão da nacionalidade perpassaram vários exemplos. Na leitura de Fourier, o *Falanstério* significou a multiplicação dos festins coletivos e o selo da harmoniosa coesão da comunidade. Em Michelet, a unidade representou a exaltação da bela harmonia vivida pelos corações fraternos em virtude do milagre da associação. Em Danton, “[...] o sonho de todos estarem sentados no mesmo banquete.” Em Bossuet, “[...] fora da unidade a morte é certa.” Em Comte, a “[...] unidade de uma doutrina comum” e em Saint-Simon, uma sociedade cujos membros entram em oposição uns com os outros tende à dissolução.”<sup>90</sup>

A *Unidade* se correlaciona, ao mesmo tempo com a República e o Federalismo. Em documento referente ao discurso no Colégio Anchieta a questão da Unidade é discutida em torno do conceito de Pátria e expressa a leitura dos elementos nacionais como motivação para as grandes transformações na história da humanidade:

<sup>88</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 194.

<sup>89</sup> Discurso proferido em 7 de fevereiro de 1893. Ibid, pp. 174-191.

<sup>90</sup> Ibid, pp. 23-45.

[...] a Pátria, o complexo de todos os interesses brasileiros, o conjunto das instituições políticas e sociais, o povo e o Estado, a harmonia orgânica entre os elementos humanos e os elementos legais da nacionalidade. Nada mais natural que o amor da pátria; mas também nada mais confuso, nada mais abusado, nada mais degenerável. Toda a planta quer ao húmus, de que se nutre, ao envoltório aéreo, onde respira, ao pedaço de azul celeste, que lhe sorri e a orvalha. Mas esse rebento da seiva terrestre não tem paixões, como a planta humana. Esta é, de seu natural, ambiciosa, violenta, agressiva, invasora, absorvente, exclusivista, e todas essas aberrações malévolas facilmente misturam com o patriotismo, que, assim, entendido, se parece tanto com o bom amor da Pátria como o mal com o bem.<sup>91</sup>

O *valor da legalidade* também se vincula à noção de liberdade. Para Rui, “A Monarquia e a República são meios; a liberdade, o fim”. Essa frase de Rui, às vésperas da queda do Império, expressava o núcleo do seu pensamento político. Segundo ele, só a lei iria salvar o Brasil contra o despotismo. Como bem assinala Afonso Arinos de Melo Franco, a formação da República foi marcada pela integridade constitucional de Rui Barbosa gerando repercussões como o Federalismo, a mentalidade da União representada pela Constituição contra as heresias estaduais.<sup>92</sup> Uma das formas de legalidade em Rui se localizava no valor do regime constitucional e esteve presente no seu discurso na Câmara dos Deputados, no âmbito de suas campanhas parlamentares: “[...] a Constituição, segundo as impressões sentimentais de um nobre senador, é uma frágil individualidade, cuja vida pende do fio de nossos punhais; segundo a imaginação pinturesca de outro, um Himalaia severo, imóvel, superior aos séculos, que embalde tentaríamos abalar, com a base eterna de rochas no seio da terra e o topo das nuvens do céu.”<sup>93</sup>

Em documento “*A Réplica*”, que consta no temário de Rui, se afirma que a soberania do legislador é cercada por limites, seguindo como premissa filosófica e política a tradição do parlamento inglês. “[...] a lei é sempre um elemento de regeneração muito circunscrito em sua influência sobre a realidade. Se não colabora com ela a vontade humana, se o meio, onde se desdobra, tende a neutralizá-la, se a ação de seus executores lhe opôs forças surdas, nas perseverantes, de resistência, a lei atrofia-se, suas aderências sociais paralisam-se, seus resultados amesquinham-se, ou acabam por se nulificar”.<sup>94</sup>

O *valor da moralidade* também foi extremamente articulado com os ideais de República e de Federação. “A República precisa de ser conservadora, mas conservadora, a um tempo, contra o radicalismo e contra o despotismo, contra as utopias revolucionárias e contra

<sup>91</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 1038.

<sup>92</sup> FRANCO, Afonso Arinos. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955. pp. 23-63.

<sup>93</sup> Cf. discurso na íntegra proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 21 de junho de 1858, In: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 126.

<sup>94</sup> *Ibid*, p.1016.

as usurpações administrativas, contra a selvageria anárquica das facções e contra a educação inconstitucional dos governos. A Federação política há de assentar nessa Federação moral.”<sup>95</sup>

Na leitura de Rui, não existia dupla moralidade, doutrina e a praxe. Moral é uma só e esta perpassa a consciência humana, que não vacila em discernir entre o direito e a força.

[...] os interesses podem obscurecer transitoriamente esse órgão da visão interior: podem obscurecê-lo nas relações entre os povos, como nas relações entre os indivíduos, no comércio entre os homens, nos governos como nos tribunais, na esfera política internacional, como nos códigos civis e penais. Mas tais perturbações, tais anomalias, tais crises não provam que não exista em nós, individual ou coletivamente, o senso da moralidade humana, ou que as suas fórmulas sejam meras teorias. Não há duas morais. Para os estados como para os indivíduos repetirei, na paz ou na guerra, a moral é uma só.<sup>96</sup>

O *valor do cristianismo liberal* deve ser compreendido nas suas relações de similitude com o *Mito do Salvador*, sendo especificado pelo conteúdo político do Liberalismo. Vincula-se no plano religioso ao gosto de Rui pelos sermões do Pe. Antônio Vieira. Desde os 10 anos de idade, Rui se encantara pelo livro sobre a vida de Jesus, a *Historie du Nouveau Testament*, de Derôme, cheio de gravuras que tornavam ainda mais fascinante o que ali contava. No plano do liberalismo, Rui em vários momentos, dizia que jamais a ciência suplantaria todas as questões divinas.<sup>97</sup> “[...] não sei compreender o homem sem Deus, e ainda menos acreditar na possibilidade atual, ou vindoura, de uma nação civilizada e atéia”. Ou ainda: “[...] é preciso cultivar a Caridade e a Justiça para colher o amor e a Paz”.<sup>98</sup>

Numa conferência proferida em maio de 1915 no salão da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Rui legitimou a liberdade, um dos pilares de seu cristianismo liberal: “[...] assim para os homens e mulheres do operariado e da classe média, a tragicomédia democrática apresenta-se nesses termos: de um lado, cidadão, livre pelo voto, quando livremente escolhe os governantes; e eis a liberdade; do outro lado, propriamente como homem, na vida material de todos os dias, dependente do senhor que lhe compra a força de trabalho; e eis a servidão.”<sup>99</sup>

<sup>95</sup> “Visita a Terra Natal”. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p.184.

<sup>96</sup> Ibid, p.1028.

<sup>97</sup> MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991 pp.23-45.

<sup>98</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p.33

<sup>99</sup> Ibid, p.30

Os modelos explicativos que sugerimos não se encerram em nossas primeiras citações e, dinamicamente, podem ser inseridos em outros contextos nas diversas dimensões das *culturas políticas*. Os arranjos políticos entre as elites e os jogos de discursos leva-nos a procurar enxergar outros signos do *Político* que possam se manifestar ao longo da História do Brasil, no período em que estamos dedicados a ele.

Sabemos que as contradições de Rui representam o primeiro caminho para percebermos o quanto as suas ideias liberais propagandeadas pelo seu discurso, em inúmeras vezes, mantiveram sólidas suas raízes políticas. Embora se manifestasse como o homem “*novo*”, o pejorativamente dito “*velho*” carregava sua vida e o levava a se confrontar muitas vezes consigo mesmo, no turbilhão de enfrentamentos entre as suas teorias e o universo da *práxis*.



100

### 1.5 Considerações finais

Podemos perceber que a formação de Rui Barbosa foi caracterizada pela forte presença de grupos da aristocracia brasileira ligados intimamente ao imaginário de sua tradição política. A maneira como ele foi compondo o seu discurso através dos clássicos da modernidade e na própria dinâmica de sua realidade social, levou-nos a verificar o quanto foi determinante o patriarcalismo colonial em sua família, em busca de sua promoção na esfera política, um legado de sonho herdado de seu pai. Certamente, ao ler Camões, Shakespeare, Vitor Hugo e outros clássicos do processo de formação ou conhecimento, Rui teve uma forte influência, mas não poderia despir-se de suas relações sociais e políticas como nos sinalizava Karl Marx, de que os homens também são produtos da grande engrenagem do processo

---

<sup>100</sup> Disponível em: [www.casaruibarbosa.com.br](http://www.casaruibarbosa.com.br). Acesso em: 06 mai. 2009.

histórico.<sup>101</sup> Embora consideramos que as novas leituras do marxismo discordem de tal assertiva.

O discurso de modernidade de Rui calcou-se nas bases do liberalismo político de John Locke, nas premissas da tripartição de poderes de Montesquieu e no próprio Liberalismo econômico de Adam Smith, entre outras influências. No contexto do Liberalismo Oligárquico, ele foi constituindo sua cadeia de valores e representando sua marca política através de sua história. Os interesses em jogo eram fundamentados nas bases dos direitos cidadãos, entendidos predominantemente nos âmbitos civil e político.

As invenções dos discursos foram cimentadas em crenças adquiridas pelas suas leituras e pelos hábitos políticos dos grupos com os quais ele se relacionava. Quase todos os princípios norteadores da modernidade se encaixam nas passagens em que Rui se envolveu na História, colocando sua condição identitária de promoção da mística do homem público, provedor do bem e capaz de promover uma espécie de “festa da unidade”. Na sua formação de ideias européias, norte-americanas e coloniais, Rui foi constituindo seus pacotes de legalidade. Conseguiu promover várias passagens em que se colocava como o “*Salvador da República*”, proliferou, como dissemos, o “*Mito do Amarelinho*” e foi, dessa forma, lançado ao império de contradições que a própria modernidade produziu.

A documentação analisada nos permitiu verificar seus anseios pelo legalismo, sua busca pela promoção da identidade nacional, pelo fomento ao cristianismo liberal, pela defesa do federalismo, pelo abolicionismo circunstancial, pelas campanhas anticlericais, pela crítica ao serviço militar obrigatório e pela fabricação constante de sua mística da oralidade, entre outras questões.

Adiante, aprofundaremos as análises de seus principais discursos no período de 1879 a 1909, antes da *Campanha Civilista*. Tal campanha na verdade já começava a ser construída nos primeiros anos de sua vida e nos primeiros discursos políticos que ele proferiu.

---

<sup>101</sup> MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5ª Edição; São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1986. pp.02-54.

## CAPÍTULO 2 - O LIBERALISMO DE RUI BARBOSA: AS VÁRIAS FACES DE UMA TRADIÇÃO POLÍTICA (1879-1907)

### 2.1 As metamorfoses liberais no processo de construção do imaginário republicano

*[...] a eloqüência de Rui sem altos e baixos, nem lampejos, ou, antes um lampejo permanente, à sua facúndia ilustre, incomparável, aplica-se a reflexão de um viajante atônito ante a exuberância e a magnificência da selva tropical: a profusão de árvores não deixa apreciar a floresta [...].<sup>102</sup>*



103

<sup>102</sup> Cf. Elogio de Afonso Celso a Rui. In: CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., p.110.

<sup>103</sup> Disponível em: [www.revistaepoca.globo.com](http://www.revistaepoca.globo.com). Acesso em: 06 fev. 2009. .

Antes de quaisquer fatos históricos mais relevantes, no presente capítulo pretendemos identificar e analisar, de forma cronológica, os principais eventos em que Rui esteve envolvido a partir de sua ascensão ao cargo de Deputado Geral (1879) até a Segunda Conferência de Haia (1907), bem como seus efeitos imediatos no período anterior à Campanha Civilista de 1910, assunto de que trataremos com mais detalhes no Capítulo 3 deste estudo.<sup>104</sup>

Visando enriquecer nossos debates sobre a articulação entre o liberalismo ruiano e seus vínculos com sua participação política nos principais eventos que marcaram sua história, sugerimos, a partir desse momento, um pequeno levantamento da historiografia que trabalhou as correlações entre Liberalismo e a realidade brasileira em torno da segunda metade do século XIX e no processo de construção da República. Paralelamente analisamos, nos aspectos gerais, os contextos político, econômico e social, do final do Segundo Império até a formação da Primeira República, e o desenvolvimento do período denominado de República Oligárquica (1894-1930), especificamente a partir do próximo subcapítulo dessa dissertação.

Tendo como eixo o debate historiográfico, este nos possibilitará enxergar melhor o tipo de liberalismo ao qual Rui esteve relacionado, facilitando em muito à compreensão de seus discursos políticos modernizadores. A partir da análise atenta da documentação que temos disponível, procuramos buscar evidências das relações entre os seus discursos e sua atividade na prática política, no que tange aos principais debates que o Brasil se firmou em torno da construção de um espaço público notadamente republicano.

Foi justamente nesse turbilhão em que as ideias liberais e modernizadoras de Rui Barbosa alcançaram seu palco de expressão na História do Brasil. Antes de mais nada, em busca de esclarecer um pouco mais sobre o assunto em questão passamos pelo sentido etimológico do liberalismo, preocupação nítida de grande parte dos autores das Ciências Sociais.

Na leitura de Norberto Bobbio, por exemplo, para se discutir amplamente a questão do Estado liberal, deve-se correlacioná-lo ao conceito de democracia.

---

<sup>104</sup> Mais detalhes sobre a 2ª Conferência de Haia Cf. CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., p.115-122.

[...] o pressuposto filosófico do Estado liberal, entendido como Estado limitado em contraposição ao Estado absoluto, é a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural (ou jusnaturalismo): doutrina segundo a qual o homem, todos os homens, indiscriminadamente, tem por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros. Atribuir a alguém um direito significa reconhecer que ele tem a faculdade de fazer ou não fazer algo conforme seu desejo e também o poder de resistir, recorrendo, em última instância, à força (própria ou dos outros), contra o eventual transgressor, o qual em consequência o dever (ou obrigação) de se abster de qualquer ato que possa de algum modo interferir naquela faculdade de fazer ou não fazer.<sup>105</sup>

Para efetuarmos a tão intrincada tarefa, torna-se importante lembrar que Rui Barbosa assumiu, de fato, a legislatura de Deputado Geral em 1879 tendo logo de início que enfrentar alguns desafios de eloquência política. Segundo informações de *João Felipe Gonçalves*, em um primeiro momento, Rui defendeu com fervor a legitimidade da eleição para a Assembléia do candidato conservador, João Mendes, deixando Gavião Peixoto, do Partido Liberal, em situação complicada. O argumento utilizado por Rui, também membro do Partido Liberal, era que Gavião Peixoto não poderia ter sido eleito por ser pertencente aos serviços públicos. No final da discussão, a Câmara Liberal acabou dando razão a Gavião Peixoto. Começava assim o processo de construção de sua carreira política alicerçada nos eixos do liberalismo-democrático.<sup>106</sup>

O seu segundo discurso foi em defesa de uma atitude do governo imperial de ter dado o poder a um Gabinete Liberal e convocado novas eleições. Rui proferiu sábias palavras políticas na ocasião, marcando mais uma vez sua presença. Sem dúvida, o maior triunfo de Rui foi o seu duelo de oratória contra Silveira Martins, que discordava da reforma eleitoral de Sinimbu, cujo conteúdo expressava o fim dos direitos políticos aos não-católicos. Nesse contexto, Rui foi designado a defender o Gabinete Sinimbu na Assembléia. Como vimos, no início deste trabalho, derrotar Silveira Martins era aniquilar um ícone dos tribunos do Império. Rui conseguiu derrotá-lo e lançou inevitavelmente mais uma das bases da construção de sua mística de grande orador.

Utilizando alguns procedimentos de análise que fizemos no primeiro capítulo, Rui aqui se encaixa perfeitamente no âmbito da discussão sobre *Mitos*, levantada por *Raoul*

<sup>105</sup> BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 2005. pp. 7-8.

<sup>106</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op.cit., p.35-38. (nota 22)

*Girardet*.<sup>107</sup> No caso da situação apresentada acima poderíamos perfeitamente enquadrar Rui Barbosa como homem público, portador do *valor da eloquência*, que o projetaria exaustivamente na vida política do país.

Levando em consideração o seu embate contra Silveira Martins, vale ressaltar, que, de forma um tanto quanto curiosa, Rui escreveria em 1880 um projeto de reforma eleitoral que incluiria os não católicos no processo de direitos políticos de voto e elegibilidade, aspecto que havia levado à dissidência de Martins em relação ao Gabinete Sinimbu. Mais adiante, aprofundamos a discussão envolvendo a proposta de nossa personagem sobre a eleição direta, no contexto da queda do Gabinete Sinimbu e da ascensão do Gabinete do também liberal baiano José Antônio Saraiva.

Percorrendo um pouco o contexto histórico do II Império e do início da República podemos levar em consideração algumas questões. A princípio, segundo análises macroestruturais feitas por José Murilo de Carvalho e citadas por nós no capítulo primeiro da dissertação o período entre 1870 a 1914 pode ser sintetizado levando em conta alguns aspectos a seguir. O país era inclinado a agroexportação e ocorre a concentração do pólo cafeeiro em São Paulo. No aspecto social foi uma fase de fim da escravidão, do processo de elaboração das leis abolicionistas, época de grande investimento estrangeiro e desenvolvimento de parte de nosso comércio e indústria. No aspecto político, desenvolver-se-á na “*Geração de 1870*” o debate acerca do federalismo, principalmente, em São Paulo, e as lutas políticas contra o poder pessoal do Imperador, no Rio de Janeiro.<sup>108</sup>

Uma nova concepção de tempo e História acompanha as múltiplas mudanças que, aproximadamente entre 1870 e a I Grande Guerra de 1914, se multiplica em todos os âmbitos. O Ocidente vivia um desses períodos em que a História parecia acelerar-se, e não é apenas a experiência do tempo vivido que reflete e provoca essa sensação: a própria percepção mais abstrata do tempo. Dessa forma, a concepção de história torna-se seu corolário, pautada na primazia da noção de evolução e numa representação linear, em constante aceleração, do tempo histórico, que certamente ganha uma nova coloração, ainda que possa ser percebida desde o século XVIII e da construção da razão instrumental moderna, nas palavras de Reinhart Koselleck. Segundo este autor, nosso conceito moderno de história é fruto da

---

<sup>107</sup> GIRARDET, Raoul. Op. cit., pp.12-45.

<sup>108</sup> CARVALHO, José Murilo. Op.cit., pp. 107-108. (Nota 26)

reflexão das Luzes sobre a complexidade crescente da “[...] história em si, na qual as condições da experiência parecem afastar-se, cada vez mais, da própria experiência”<sup>109</sup>

No processo de construção dos debates políticos em torno da formação da República brasileira, segundo o historiador José Murilo de Carvalho, se formaram basicamente três grupos. *Os Positivistas*, que pensavam a república numa perspectiva mais de longo prazo, que postulava uma futura “idade do ouro” na qual os homens se realizariam. *Os jacobinos*, que idealizavam a democracia clássica, construída com a participação direta das massas, e *Os Liberalistas*, que procuravam construir uma sociedade composta por indivíduos autônomos, que tinham seus interesses compatibilizados pela mão invisível do Estado. Rui parecia mais herdeiro dessa última corrente, embora se utilizasse de quase todos os grupos na composição de seu ideário.<sup>110</sup>

Preservar o eixo temporal das relações históricas e reconstituir as conexões, é objetivo comum dos historiadores. Segundo *Quentin Skinner* os conceitos são dotados de significados e ressignificados, portanto só expressam utilidade quando se manifestam dotados de sentido ou sentidos. “[...] os conceitos ou as idéias não se esgotam uma vez (re)conhecido seu significado: é necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível através do (re)conhecimento dos vocabulários políticos e sociais da respectiva época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os ‘textos’ no seu campo específico de ação ou de atividade intelectual.”<sup>111</sup>

A Primeira República (1889-1930) apresentou algumas especificidades que são fundamentais para compreendermos a trajetória de Rui Barbosa. Em termos políticos, no processo de construção da República, ocorreu um confronto entre o projeto modernizador com estruturas centralizadoras e autoritárias, que foram consubstanciadas, sobretudo, na figura de determinados grupos militares, cujo representante máximo foi Floriano Peixoto. Na fase da República Oligárquica (1894-1930) predominou o mandonismo local, corporificado pelo *coronelismo*, a disputa política no pleito presidencial entre os Estados hegemônicos e a “*Política dos Governadores*”, fundada no governo Campos Sales, sucessor do presidente Prudente de Moraes. Tal política selou definitivamente um sistema de completa exclusão social e de negação dos princípios democráticos republicanos. Na Primeira República o sufrágio tornou-se amplo e geral para os maiores de 21 anos, o voto mantém-se direto, mas

<sup>109</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. pp.10-35.

<sup>110</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. cit. (nota 86), pp.09-41 e CARVALHO, José Murilo. *A Formação das almas*. Ed. Cia das Letras. Rio de Janeiro. 1997. pp. 09-54.

<sup>111</sup> SKINNER, Quentin. *Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 1996. p. 96.

volta a se instituir a mesa eleitoral. Como não existia o voto secreto, era a mesa eleitora que controlava a presença e a votação, tornando-se fácil a manipulação dos eleitores.



112

A base da economia brasileira da República Oligárquica, segundo nos conta Edgar Carone, é o que se denominava *“hegemonia agrária”*. No sul, Nordeste e Norte desenvolveram-se as três atividades principais: o café, o açúcar e a borracha. A agricultura de subsistência era dominante em grande parte do interior do Brasil ficando a economia de mercado restrita aos grandes centros. Nas pequenas cidades o artesanato supre as necessidades mecânicas da lavoura. Essas populações permaneceram isoladas e ignoradas, manifestando-se nas chamadas rebeliões primitivas, Canudos e Contestado, e no fenômeno do Cangaço no Nordeste.

A economia cafeeira, por outro lado, organizava-se direcionada para o abastecimento do mercado externo, no qual adquiria os produtos manufaturados de que precisava. No entanto, como se deu posteriormente, as exportações não foram proporcionais às demandas internas de importações e a industrialização tornou-se então necessidade e manifestação de uma prosperidade urbana facilitada pela evolução nos meios de comunicação. Nas cidades havia uma diversificação de funções e posições sociais, produto da integração do processo agrícola-comercial-industrial. Porém, ainda era insignificante a influência desses setores, classificados por Edgar Carone como médios-urbanos, na ação política. As oligarquias eram dominantes, pois a terra era ainda a maior fonte de renda.<sup>113</sup>

Rui sempre esteve ligado a uma tradição liberal que perpassava, entre outros, o seguinte aspecto: em sua leitura, o modelo liberal, racionalista e moderado, devia se manter

<sup>112</sup> Disponível em: [www.marcilio.com/rio/historia/hirewca.jpg](http://www.marcilio.com/rio/historia/hirewca.jpg). Acesso em: 12 jan. 2009.

<sup>113</sup> CARONE, Edgard. A República Velha (Evolução Política). 3ª Ed. São Paulo: Difel, 1971. p. 431.

herdeiro da tradição iluminista e considerar que usos, costumes e a própria “*tradição geral*” dos povos devessem ser avaliados pela razão e só mantidos quando se revelassem favoráveis ao progresso, à razão e à moral, tendo uma perspectiva universal e racional no imaginário liberal.

Diversos historiadores se ocuparam em discutir o caráter do liberalismo no Brasil. Entre as análises clássicas sobre a introdução das ideias liberais no país, não poderíamos deixar de levar em consideração a discussão entre Robert Schwarz<sup>114</sup> e Maria Sylvia de Carvalho Franco.<sup>115</sup> Para Schwarz, o liberalismo europeu se vinculava diretamente ao modo de produção capitalista e às ideias liberais. Ao chegarem no Brasil, esbarraram com a questão do escravismo, tornando-se as ideias fora do lugar. Mesmo com a abolição da escravatura e o advento da República, a que passou a conviver com a mão-de-obra assalariada, a “*ideologia do favor*” acabou sendo a base de uma estrutura que se manteve agroexportadora. Portanto, a relação democrática é falsa, na medida em que só pode ser compreendida a partir do fenômeno político do coronelismo. Para o autor, as ideias liberais eram impraticáveis no Brasil devido à sua estrutura sócio-econômica excludente, marcada pela concentração de renda e poderes, herdeira do escravismo colonial. Em sua concepção, essa estrutura fez com que as relações sociais entre os homens livres não fossem mediadas pelas premissas liberais de liberdade, igualdade e universalidade, mas fossem mediadas pelo favor, que teria se tornado uma “*mediação quase universal*”.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, partindo de outra perspectiva historiográfica, contrapôs-se à tese levantada por Schwarz. Para a autora, o conceito de igualdade surgiu no processo de dominação sócio-econômica e do direito de propriedade, por isso cumpre aqui como lá fora sua função prática de encobrir e inverter as coisas. Um dado importante é que, no Brasil, as pessoas que defendiam o liberalismo não aplicaram o ideal liberal na sua totalidade, mas adaptaram tal ideologia às condições reais e particulares em cada ocasião, para satisfazer aos jogos de interesses das elites agrárias.

No caso brasileiro é inegável a prática do patrimonialismo, do clientelismo e de vários mecanismos que impediram a efetivação dos direitos estabelecidos por lei. Nesse sentido, as ideias liberais foram utilizadas pelas elites agrárias visando salvaguardar os seus próprios interesses econômicos.

---

<sup>114</sup> SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 (Coleção Leitura). p. 59-83.

<sup>115</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. pp.10-45.

Alfredo Bosi, em discussão similar, coloca num novo patamar o debate sobre cultura, produzida em nosso país, e suas relações com as ideias de origem estrangeira. A origem geográfica ou cronológica das ideias não determina para todo sempre seu destino e seu valor, polemizando contra aqueles que pensam que podem haver ideias fora do lugar.

Segundo o próprio Bosi, o liberalismo econômico do século XIX foi uma ideologia importada da Inglaterra e que se revelou muito útil aos escravistas brasileiros que queriam agir livremente, sem peias (*laissez-faire*), sem um Estado que fiscalizasse ou impedisse o trabalho forçado. Eram liberais e coerentemente eram senhores de cativos. O mesmo liberalismo funcionou muito bem quando esta classe em ascensão defendeu e praticou o parlamentarismo monárquico, pois era necessário aos fazendeiros ter uma representação política nas câmaras e no senado, de onde, por seu turno, nasciam os ministérios. Logo, o liberalismo econômico se acoplou harmoniosamente com o escravismo (situação evidente nos anos 40, 50 e 60 do Segundo Império); e o liberalismo político funcionou como uma luva para a mão de ferro das oligarquias. Não há, pois, contrasenso entre liberalismo e escravidão, no plano da realidade empírica; no plano abstrato de um evolucionismo linear, sim: liberalismo e escravidão são contraditórios, um impede que o outro se desenvolva. Mas faz parte das ideologias dominantes mascararem as contradições.<sup>116</sup>

No Brasil, as ideias liberais chegaram no início do século XIX, tendo maior influência a partir da Independência de 1822. Para Emília Viotti da Costa, o liberalismo brasileiro só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os principais adeptos foram homens interessados na economia de exportação e importação, muitos proprietários de grandes extensões de terra e escravos. Ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção, libertando-se do jugo de Portugal e ganhando espaço no livre-comércio. Esta elite tencionava manter as estruturas sociais e econômicas. Após a independência, os liberais tencionavam ampliar o poder legislativo em detrimento do poder real.

Durante o período Imperial temos a formação de dois grupos políticos distintos no Brasil: liberais e conservadores. Os primeiros defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio da terra e favoreciam à descentralização das províncias e municípios. Os conservadores opunham-se a essas ideias. Todo o período imperial foi marcado por tensões e conciliações entre os dois grupos. Vários conservadores passaram para o lado liberal e como também vários liberais foram responsáveis por fundar o Partido Republicano no final deste período.

---

<sup>116</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo. Editora. Companhia das Letras, 1992. Op.cit. pp 194-204.

Ainda para Costa (1999), os liberais brasileiros foram incapazes de realizar os ideais do liberalismo, pois estes transcendiam a política. Nenhuma das reformas que os liberais realizaram eliminou o conflito entre a retórica liberal e o sistema de patronagem. As reformas defendiam apenas os seus interesses comerciais e a manutenção da exploração do trabalho.

Liberalismo e nacionalismo expressam na Europa as aspirações da burguesia interessada em organizar a sociedade em bases novas, empenhada em rever os valores tradicionais, em atacar os privilégios do clero e o poder absoluto dos reis e em organizar o Estado de forma a ter o seu controle direto. Era de seu interesse eliminar definitivamente as barreiras que impossibilitavam o desenvolvimento de uma economia nacional integrada. A afirmação dos Direitos do Homem – o direito de propriedade, liberdade, igualdade de todos perante a lei, de representação, de participação nas decisões fundamentais do governo – vinham satisfazer plenamente seus interesses e objetivos. Importadas, essas ideias não encontrariam no Brasil uma estrutura sócio-econômica correspondente, aqui elas iriam ser defendidas pela aristocracia rural e uma pouco expressiva burguesia.<sup>117</sup> Partindo de outros parâmetros e enfocando outras discussões, Ricardo Vélez Rodriguez assinala que no Brasil, a filosofia política predominante nos primórdios da República foi o positivismo, o que difere da filosofia política de inspiração liberal desenvolvida ao longo do período imperial. Segundo a tese dos positivistas, a sociedade caminha rumo a uma estruturação racional, cujas possibilidades de organização se desdobram em duas alternativas: empenhar-se em prol da educação dos espíritos para que o regime político se instaure como fruto do esclarecimento, ou simplesmente impor um governo de uma minoria esclarecida. Rui, em vários momentos, criticava essa segunda possibilidade, que foi representada no país por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, do Rio Grande do Sul, e por Pinheiro Machado, em nível nacional.<sup>118</sup> Porém, segundo análises de Leonel Severo, o Estado para Rui não era uma construção do povo, mas para o povo”, o que caracteriza sua ideia de soberania popular:

Leonel Severo observa que para Rui Barbosa a questão da liberdade não estava limitada a um direito do indivíduo, mas como uma possibilidade do direito ao direito da esfera pública, o que a torna uma questão política. Rui era um liberal, mas de um liberalismo doutrinário, defensor da racionalidade política, não apegado às formas de governo ou modelos institucionais cristalizados. Idealista, acreditava na força dos princípios do saber, da compreensão intelectual na produção de

---

<sup>117</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. pp.23-89.

<sup>118</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980. p.160.

mudanças na sociedade [...] Reconhecia a necessidade da instrução, do saber, da reflexão intelectual na atuação política.<sup>119</sup>

Tendo por base a leitura de Ubiratan Borges de Macedo,<sup>120</sup> Rui Barbosa se enquadra na fase do “*liberalismo cientificista*”. Segundo o autor compunham a essa nova etapa do pensamento liberal figuras como Gaspar Silveira Martins (1835-1901), A.C. Tavares Bastos (1839-1875), Tobias Barreto (1839-1889), Joaquim Nabuco (1849-1910), Sylvio Romero (1851-1914) e Clóvis Bevilácqua (1859-1944). Em linhas gerais, o autor enumera alguns elementos constitutivos que expressam o imaginário dessa corrente político-filosófica. A luta pelo federalismo alcança o viés da paixão, bem como a defesa do abolicionismo. Além disso, defende-se o progresso como necessário, dando-lhe conotação reformista e, essencialmente, não-revolucionária. A ideia de separação entre Igreja e Estado, o apego ao Parlamentarismo com a preocupação com a autenticidade e com a ampliação do sufrágio. Destacam-se ainda como ideias do liberalismo cientificista a defesa da democracia; a aceitação do liberalismo econômico, quanto às funções do Estado, comércio livre, ênfase no valor do trabalho e da indústria no país. A crença na educação básica como fator de reforma social e a abertura do liberalismo aos desamparados

Segundo Ubiratan Borges, os projetos levantados acima não saíram vitoriosos com o advento da primeira constituição Republicana a qual consolidou a predominância das elites arbitrárias, inspiradas em distintos autoritarismos: positivistas e católicos, criando uma práxis inviabilizadora do sentido liberal.<sup>121</sup>

Ricardo Vélez Rodriguez discute amplamente as contribuições de alguns autores citados anteriormente em seu artigo “*Presença de Tocqueville no Brasil*”.<sup>122</sup> O autor, ao analisar o assunto, faz uma leitura global e aprofundada a respeito das principais teses defendidas pelos teóricos do século XIX, enfatizando em um determinado momento o papel de Rui enquanto adepto de algumas ideias tocquevillianas. Nas palavras de Vélez, os estadistas brasileiros do século XIX, em especial, aqueles vinculados ao Segundo Reinado(1840-1889), encontraram nos doutrinários franceses, como Guizot (1787-1874), vários subsídios teóricos para a prática de um liberalismo conservador, que cimentou a cultura política do país. A presença de Tocqueville (1805-1859) no meio brasileiro serviu, nesse

<sup>119</sup> ROCHA, Leonel Severo da. *A Democracia em Rui Barbosa: O projeto político liberal-racional*. Coleção: Estudos políticos Constitucionais. Rio de Janeiro: Editora Liber Júris, 1995. p.183.

<sup>120</sup> MACEDO, Ubiratan Borges. *O Liberalismo Moderno*. São Paulo: Ed. Massao Ohno, 1997. p.23.

<sup>121</sup> Ibid, Op.cit. pp.59-60.

<sup>122</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. A presença de Toqueville no Brasil. *Revista Carta Mensal*. Volume 44, nº 528, março de 1999, Rio de Janeiro. pp.48-61.

contexto, como contraponto liberal ao conservadorismo dos doutrinários, notadamente no que se refere à defesa incondicional da liberdade face ao estado centralizador.

Tavares Bastos, monarquista convicto, foi o pensador político mais afinado com a ideia democrática tocquevilliana: “[...] tanto pela sua admiração do self-government praticado na América como pela defesa que fazia da livre iniciativa, do liberalismo social moderado, do livre comércio, da liberdade religiosa, da descentralização administrativa, do respeito às minorias, da extinção da escravatura, da imigração, do governo representativo e da democratização do sufrágio.”<sup>123</sup>

Vale lembrar ainda, que na leitura de Tavares Bastos, o modelo a ser seguido era o paradigma norte-americano, exemplo de liberdade e democracia, o que também se encaixava na filosofia política de Rui Barbosa. Tavares Bastos criticava o centralismo administrativo praticado no Segundo Império no Brasil e mostrava que o vício da centralização também percorreu a Revolução Francesa e a Era Napoleônica (1799-1815).

Tobias Barreto, republicano democrático e moderado, afirma que o regime republicano descrito por Tocqueville em *“La Democratie em Amérique”* constituía o arquétipo da democracia moderna. Para esse autor, a liberdade era fundamental. Analogamente, Rui Barbosa pensava que “[...] a Monarquia e a República são os meios: a liberdade o fim”, o que ia ao encontro de uma das ideias defendidas por Tobias Barreto. Veja mais detalhes descritos por Vélez acerca do pensamento político de Tobias Barreto:

[...] a igualdade significa um imperativo moral no sentido de que não haja desigualdades de jure entre os cidadãos do mesmo país. Significa, outrossim, que todos os cidadãos possam representar os seus interesses no Parlamento, a fim de que todos possam participar no governo. Para este pensador, as instituições imperiais, em que pese as declarações dos estadistas do II Império em prol das liberdades e da representação, não conseguiram realizar o ideal liberal da efetiva participação de todos os brasileiros. Isso se tornaria possível mediante a substituição da Monarquia, centrada na instituição do Poder Moderador, pela República entendida nos moldes americanos, ou seja, com representação política de todos os cidadãos e a prática dos *self-government* a nível dos municípios. A respeito, o pensador brasileiro faz suas palavras de Tocqueville – **as instituições comunais são para a liberdade o que as escolas primárias são para a ciência.**<sup>124</sup>

Em documento *“Credo Político”*, Rui Barbosa confirmava sua influência liberal anglo-saxônica e defendia assim como Tobias Barreto, a liberdade como elemento norteador da democracia moderna:

<sup>123</sup> RODRÍGUES, Ricardo Vélez. Op. cit. p.49.

<sup>124</sup> Ibid, pp.57-59. (Grifos do autor.)

Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas: creio na lei, emanção dela, o seu órgão capital, a primeira de suas necessidades; creio que neste regime, não há poderes soberanos, o soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a própria soberania popular necessita de limites, e que esses limites vêm a ser as suas constituições, por ela mesma criadas, nas suas horas de inspiração jurídica, que garantia contra os impulsos da paixão desordenada; creio que a República decaí, porque se deixou estragar, confiando-se às usurpações de força [...] creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base de sua legitimidade na cultura da inteligência nacional, pelo desenvolvimento do [...] ensino”.<sup>125</sup>

O grande problema que levantamos em relação ao sentido de liberdade em Rui se localiza na sua fé cega no mercado e no caráter inexorável do progresso. Na análise de Karl Polany, o industrialismo em alta, no final do século XIX, coisificava as almas. Em suas raízes foi a intervenção consciente, e às vezes, violenta, por parte do governo que impôs a sociedade a organização do mercado.<sup>126</sup>

No que tange à crítica ao industrialismo, a sociedade industrial, representada simbolicamente pela máquina, criou uma nova civilização: a produção mecânica em uma sociedade comercial supõe nada menos que a transformação da substância humana e natural da sociedade em mercadorias. A civilização industrial na qual Rui estava inserido modificou o poder do ser do homem do interno para o externo, alterando também a relação com a natureza, criando novas relações interpessoais que refletem forças físicas e mentais capazes de destruir a “*raça humana*”. A fragmentação do homem e o predomínio da organização sobre a espontaneidade representam ameaças à personalidade da liberdade.<sup>127</sup>

Por esse motivo que depositamos determinadas desconfianças em relação ao que a geração de Rui Barbosa pensava sobre liberdade. Porém, mostramos ao longo da pesquisa que existiram vários avanços, que foram inegáveis para a construção de novos valores na cultura política brasileira. Nosso argumento reforça a ideia de que as ideias liberais defendidas por Rui colaboraram para implantar no país uma cultura política racional fundamentada nos parâmetros universais do liberalismo democrático anglo-saxônico, que era necessário ser disseminado no Brasil, no contexto em que as instituições democráticas eram precárias.

Segundo Vélez, Rui se inspirou em Tocqueville no tocante à defesa incondicional da liberdade de imprensa. O estadista francês era, para o brasileiro, a encarnação viva do ideal liberal de defesa da liberdade, em todas as suas manifestações, inclusive na luta em prol da abolição da escravatura. Em documento denominado “*Liberdade de Imprensa*”, encontrado

<sup>125</sup> LACERDA, Virginia Cortes. Op. cit., pp. 983-986.

<sup>126</sup> POLANY, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980. pp.12-45.

<sup>127</sup> Ibid, pp.12-45.

no temário de Rui Barbosa, ele afirmava que de todas as liberdades, a de imprensa era a mais necessária e a mais nobre. Segundo ele os governos representativos anglo-saxões jamais dispensariam a liberdade de imprensa por entendê-la como fundamental ao livre arbítrio e ao exercício da democracia.<sup>128</sup>

Em linhas gerais, o pensamento liberal compartilha do pensamento de que o tipo de liberalismo mais contundente à realidade brasileira pode ser perfeitamente na ideia de que a ação individual se fundamenta no *cálculo*. Em discussão levantada por Antônio Carlos Peixoto o indivíduo calcula, pesa as situações e concluiu que ganha mais deixando o estado da natureza e criando o Estado. Os indivíduos concluem que ganham mais criando um poder que seja capaz de constranger a todos do que permanecendo num estado de natureza. Dessa maneira a base da ação individual está no cálculo. Então a ordem liberal trabalha baseada na suposição de um tipo particular de indivíduo, aquele que é capaz de definir os seus interesses. É claro que todas essas operações, o cálculo, da situação e a capacidade de definir interesses pressupõem a liberdade. Não quer dizer que o indivíduo que não viva uma situação de liberdade não seja capaz de calcular, ele calcula; o que ele não consegue é levar sua ação à prática, porque está bloqueado justamente pela ausência da condição primordial que é a ausência da liberdade.<sup>129</sup>

Compreender que o cálculo é um dos elementos constitutivos do processo de construção do liberalismo no Brasil nos faz enxergar de maneira mais clara como se deu o processo de elaboração do imaginário republicano e sua efetivação na Primeira República, momento de jogos de interesses políticos das elites oligárquicas, que calculavam seus ganhos para articular as possibilidades de permanência no poder.<sup>130</sup> Rui, em diversas situações, se utilizou de determinados cálculos para atingir um dos seus principais objetivos que era a liberdade.

O trabalho de Cláudia Viscardi mostrou que a tão falada “*política do café-com-leite*”, extensivamente comentada a respeito do período da Primeira República, não pode ser

<sup>128</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p.1018.

<sup>129</sup> PEIXOTO, Antônio Carlos. “Liberais ou conservadores?” IN: \_\_\_\_\_. *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática* (et al.); Lucia Maria Paschoal ( org ), Maria Emilia Prado ( org). – Rio de Janeiro: Ruan: UERJ, 2001. pp-15-16.

<sup>130</sup> A questão do cálculo pode ser correlacionada com a famosa “teoria dos interesses” de Geertz. Nas análises fantásticas de Geertz fica claro que para o estudo da ideologia, incorpora-se a questão dos interesses: “... a grande vantagem da teoria do interesse foi, e ainda é, seu enraizamento das idéias-sistemas- culturais no terreno sólido da estrutura social, através da ênfase nas motivações daqueles que professam tais sistemas e na dependência dessas motivações em voltar-se para a posição social, mais especialmente, para a classe social. **Além disso, a teoria do interesse fundiu a especulação política ao combate político, demonstrando que as ideias são armas, e que uma forma excelente de institucionalizar uma visão particular da realidade – a do grupo, classe ou partido de cada um – é apossar-se do poder político e reforçá-lo.**”(Grifos nossos) Cf. GEERTZ, Cliford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989. pp. 171-172.

vista como aliança estável e símbolo exclusivo de Minas e São Paulo. Em seu livro *“Teatro das Oligarquias”* a autora questiona o caráter hegemônico, permanente e isento de conflitos, da difícil aliança entre Minas e São Paulo, discutindo seus limites políticos e econômicos. A partir daí, ela contesta a tese tradicional de que a política dos governadores trouxe estabilidade à República, apoiada no domínio de Minas e São Paulo. Para *Viscardi*, a República, teve a sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados mais importantes da Federação, impedindo que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse decisiva.<sup>131</sup>

Entre os mais importantes objetivos de nossa pesquisa encontra-se o de inserir o debate em torno de Rui Barbosa na dinâmica do processo político, econômico e social no qual ele estava inserido, considerando seus valores e experiências. Sem dúvida, Rui foi beneficiário da instabilidade das alianças entre os estados mais notórios da Federação, conforme sinalizou *Viscardi*.

## **2.2 Rui e os grandes debates nacionais: Abolição, República e Federalismo**

Rui estava inserido na famosa *“Geração de 1870”* que, nos idos de 1878, no centro do Partido Liberal, pretendia promover uma verdadeira renovação ideológica, cujo eixo inicial era a luta pela efetivação do projeto de reforma eleitoral. Em seu primeiro pleito como deputado geral, Rui apoiado por Rodolfo Dantas, foi o redator do projeto, que estabeleceu eleições legislativas diretas, acabando com as distinções entre votante e eleitores. Depois de meses de debate no parlamento, a reforma eleitoral foi aprovada em janeiro de 1881 e passou a ser conhecida como Lei Saraiva ou Lei do Censo.

Em discurso proferido em 1880 na Câmara dos Deputados, na sessão de 21 de junho de 1880, Rui foi enfático no que tange ao valor da Constituição, que segundo ele representava “[...] um Himalaia severo, imóvel, superior aos séculos”. Afirmava ainda que a única base do regime brasileiro era a democracia. Na administração dos interesses políticos do país, a soberania do povo é o alfa e o ômega, o princípio e o fim. Em várias situações Rui canalizava seu potencial político direcionando-se à classe operária, inspirado no ministro inglês Gladstone. Para reforçar a importância da eleição direta, Rui teceu um paralelo entre a Inglaterra e o Brasil, no que diz respeito ao processo de democratização no século XIX:

---

<sup>131</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. cit., p. 53

Não há Sr. Presidente, classe mais digna de interesse que a do operário. Mas é educando-a, que os seus verdadeiros amigos, noutros países, buscam aproximá-la do Governo. Ora, enquanto não quiserdes o voto universal, a educação política dessa classe não pode constituir em inculcar-se-lhe a idéia de que a questão suprema nos governos populares está no voto de todo o mundo, quando, evidentemente, da seleção segura do eleitorado e da independência do voto é que há de partir a generalização progressiva do sufrágio. A reforma parlamentar de 1832 na Inglaterra não aproveitava aos operários; não conferia à sua classe em geral o direito de voto, suprimia, até o sistema eleitoral realmente popular existente em alguns lugares, como Preston, Newark e outros: era a burguesia e não os artífices, que ela chamava ao parlamento. Pois bem: os operários ingleses lutaram com todas as suas forças em favor dessa reforma. A reforma de 1867 foi acolhida com satisfação pelos operários dos condados, a quem, entretanto, recusava o mesmo direito de sufrágio, que estendia aos operários dos burgos. Mas se é justo e honroso aos operários brasileiros o procedimento egoístico e cego a que a retórica de alguns contraditores do projeto tende a estimulá-los, os aplausos dos operários ingleses, em 1832 e 1867, a duas reformas que lhes negavam o voto, foram uma atitude indigna e baixa, em vez de um alto sinal de inteligência e um indício de raro desenvolvimento moral.<sup>132</sup>

João Felipe Gonçalves, ao analisar a discussão em torno da Lei Saraiva comentava sobre a importância do reformismo no II Império, uma vez que se estabeleciam eleições diretas, que incorporaria maior número de cidadãos ao Estado. A lei determinou ainda os direitos de voto e elegibilidade aos libertos, aos estrangeiros naturalizados e aos não-católicos. Porém, limitava-se o voto aos que possuíam renda, ou seja, mantinha-se o voto censitário, e excluía os analfabetos do direito de cidadania política. Segundo Rui se o voto fosse universalizado a todas as classes poderia aumentar a corrupção no país e, além disso, partia do princípio de que as reformas eleitorais britânicas não haviam estendido direito de voto aos operários.

Vale lembrar que junto à Lei Saraiva, Rui fez uma proposta de educação popular, que foi apresentada ao primeiro-ministro Saraiva, mas não obteve êxito. A ideia era criar um imposto de 1% sobre o aluguel das casas cujo valor superasse determinada quantia e destinar a renda assim obtida à organização de um sistema de educação popular.

A partir de 1881, Rui assume o seu segundo pleito como Deputado Geral e durante a campanha política para se manter no cargo visitou grande parcela dos eleitores inaugurando na história política do país, o que hoje conhecemos como campanha política. No ano de 1882 assume o novo gabinete liberal de Martinho Campos e Rui, nesse contexto, elabora o projeto de reforma no ensino primário, secundário e superior, cuja premissa básica consistia em “civilizar” o país. A fonte de inspiração do projeto era, principalmente, a democracia norte-

---

<sup>132</sup> Discurso realizado na Câmara dos Deputados na sessão de 21 de junho de 1880. Cf. “Defesa da eleição direta” LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp- 137-138.

americana. Nos Estados Unidos onde o número de analfabetos era pequeno, eles estavam proibidos de votar; seu voto representaria um mal, ainda que em pequeno número.<sup>133</sup> A exigência de saber ler e escrever era considerada justa e útil, pois era civilizadora e liberal. E no seu entendimento seria justo excluir os analfabetos uma vez que eles deveriam ser educados para usufruírem de seus direitos. O projeto de instrução pública não foi implantado, embora Rui tenha sido elogiado pelo imperador D. Pedro II.

O primeiro-ministro Lafaiete governou entre maio de 1883 e junho de 1884 sendo substituído por Manuel Dantas. Nessa ocasião Rui assumiu o cargo de líder do governo na Câmara e foi um dos defensores do famoso *Projeto Dantas*, que visava acelerar o processo de abolição da escravidão, uma vez que ventilava a emancipação dos escravos. O projeto, escrito por Rui Barbosa, determinava basicamente a emancipação obrigatória dos escravos com mais de 60 anos. Havia outra cláusula que exigia que os proprietários declarassem a procedência de todos os seus escravos. Rui pretendia com essa estratégia fazer valer a chamada Lei Feijó, que em 1831 abolira a importação de negros e que nunca fora posta em real vigor. Assim, com seu projeto a libertar, além dos sexagenários, todos os negros trazidos ilegalmente para o país desde 1831. Vale destacar que o projeto foi derrotado em consequência de os liberais escravocratas terem se unido aos conservadores da época.

Logo após o comando de Manuel Dantas, assume o governo um novo liberal conhecido como José Antônio Saraiva. A preocupação nesse momento era restringir o projeto Dantas através de algumas ideias novas. A questão era mudar a idade de emancipação de 60 para 65 anos, estabelecer como indenização aos proprietários três anos de trabalho obrigatório depois de 65 e ainda retirar a obrigatoriedade da procedência dos escravos. Como o projeto favorecia, sobretudo, as elites escravocratas, Rui se mostrou contrário à tal restrição que acabou sendo conhecida, a partir de agosto de 1885, como *Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe*.

Antes mesmo da Lei dos Sexagenários, Rui se envolveu em crítica pesada contra a *Lei do Ventre Livre de 1871*. Demonstrou que embora a morte eliminasse por ano 500 mil escravos e o fundo de emancipação resgatasse 20 mil, ainda se mantinham 1,1 milhão de escravos no cativeiro. Com a morte, a abolição estaria decretada apenas em 1950. Segundo José de Alencar as consequências dessa lei foram mais negativas.

---

<sup>133</sup> MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Ed. Autores associados. FCRB. Rio de Janeiro, 2002. pp 62-65

Esta idéia do ventre livre é sinistra, senhores: e admira-me que a ilustre comissão, tendo-a estudado tão profundamente, não se lembrasse das palavras do duque de Broglie, escritas no memorável relatório, tantas vezes citado, que ele apresentou como presidente da comissão nomeada em 1840 para tratar da emancipação dos escravos nas colônias francesas. Para o ilustre publicista e profundo jurisconsulto, a emancipação do ventre a criar famílias híbridas, pais sem filhos, filhos sem pais: rouba a esperança aos adultos, condenando-os ao cativeiro perpétuo: desmoraliza o trabalho livre, misturando, nas habitações, livres com escravos, e garante ao proprietário unicamente os relaxados, os péssimos trabalhadores. Eu acrescentarei que essa idéia da libertação do ventre-livre desorganiza o trabalho livre, dando-lhe por exemplo e mestre o trabalho escravo: ao mesmo tempo, aniquila o trabalho escravo, pondo-lhe em face, a todo instante, a imagem da liberdade. Finalmente, contamina a nova geração, criando-a no seio da escravidão, ao contato dos vícios que ela gera.<sup>134</sup>



135

Como parte integrante das lutas abolicionistas travadas por Rui, citamos sua participação como orador na cerimônia baiana em homenagem aos 10 anos da morte de Castro Alves. Em documento do jornal “*Diário da Bahia*” de 1881 reproduzido na Revista da Academia de Letras no Rio de Janeiro em 1921, Rui proferiu um discurso denominado “*Elogio de Castro Alves*”. Neste, ficou evidente a veneração de Rui ao poeta:

.Ora a revolução, no livro de Castro Alves, é o extermínio não de uma só, mas de ambas as tiranias filhas da metrópole: a do europeu sobre o americano e a do branco sobre o negro. São duas causas irmãs, que ninguém separará jamais. [...] ele sentiu porém, que a liberdade de uma raça fundada na servidão de outra é a mais

<sup>134</sup> MACHADO, Maria Cristina Gomes. Op. cit., pp 40-41.

<sup>135</sup> NOVAES, Carlos Eduardo. *História do Brasil para principiantes*. São Paulo: Editora Ática. 1997. p.192.

atroz das mentiras; percebeu que a história da nossa emancipação nacional estava incompleta sem a emancipação do trabalho, base de toda a nacionalidade; e fez da conjuração de minas o berço não só da nossa independência, como da libertação futura das gerações condenadas ao cativeiro pela política dos nossos colonizadores e pelos interesses dos traficantes. Não mais escravos! Não mais senhores! Liberdade a todos os braços, liberdade a todas as cabeças! É o brado que reboia da alma flamejante de Gonzaga: é a nota perene de toda a obra poética e dramática de Castro Alves”<sup>136</sup>

Vale ainda lembrar que em relação ao tema abolição da escravidão a história da decretação por parte de Rui da “*queima de arquivos*” alcançou uma grande discussão. A decisão determinava queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão existentes nas repartições do Ministério da Fazenda. Sociedades abolicionistas participaram da queima solene de livros de matrícula de escravos, realizada em Salvador em 13 de maio de 1893. Toda a sociedade, exceto os ex-proprietários, celebrava a decisão do ministro com uma vitória sobre os resquícios servis no Brasil.

Outro elemento fundamental na discussão acerca da escravidão no Brasil se deve a discussão levantada por Rui, argumentando que os escravos libertos em outros países equivaliam a bons imigrantes e rendiam muito mais. O trabalho escravo, dizia ele, já estava demonstrando que era muito improdutivo, embora tivesse afirmado anteriormente que a renda do país continuava crescendo.

Para demonstrar a superioridade do trabalho livre, comparou os Estados do Sul e do Norte dos Estados Unidos, mostrando que o número de indivíduos educados era maior nos Estados livres, ao passo que nos Estados escravistas era enorme o número de analfabetos. O desenvolvimento dos Estados do Norte era muito maior do que o do Sul em número de escolas públicas, correios, canais, fábricas, patentes de invenções, etc. Mesmo no que se referia à produção agrícola, a da região Norte era superior. A escravidão presente no Sul do país não permitia o seu desenvolvimento.

Em documento denominado “*Elemento servil*”, Rui estabeleceu críticas severas à escravidão, que segundo ele era absurda, inclusive na concepção de comércio de uma criatura humana:

O estado de espírito público já não sofre o comércio de escravos. A compra e venda de uma criatura humana repugna aos sentimentos hoje dominantes no país. Se não aconselhamos a inalienabilidade do escravo, é porque ele representa ainda um instrumento de crédito e interesses da fortuna pública, a que essa medida radical poderia trazer abalo profundo. Mas, ao menos, restrinjamos as

<sup>136</sup> Discurso proferido no “Jornal da Bahia” em 1881. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 628

possibilidades e os limites desse direito odioso, encaminhando as nossas leis para a imobilização local do elemento servil<sup>137</sup>

No período de 1885 a 1889 destacamos três questões fundamentais que percorreram as bandeiras políticas de Rui Barbosa: a *Abolição*, que já começamos a fundamentar, a *Federação* e a *República*. Vale ressaltar, no entanto, que de dezembro de 1884 até a proclamação da República nossa personagem viveu uma fase de ostracismo político. Tal situação é explicada em parte pela própria situação do Partido Liberal, que saiu do poder em 1885, com a ascensão do Gabinete barão de Cotegipe. No ano de 1889 o Gabinete foi ocupado pelo liberal Visconde de Ouro Preto, que foi extremamente criticado por Rui.

Até a aprovação da Lei Áurea, a grande luta de Rui foi o abolicionismo. Em Conferência proferida no Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1885, intitulada “*Campanha da Abolição da Escravatura*”, ficam claras suas críticas à escravidão. Segundo Rui, por exemplo, a Lei Eusébio de Queirós empregou laboriosos esforços, para demonstrar que o mérito da extinção do comércio de carne humana pertence ao governo brasileiro, cuja vontade se fez obedecer logo que ele energicamente o quis. Além disso, desenvolve-se uma ênfase de que “[...] entre todos os problemas do nosso tempo, a questão das questões é a escravidão, aquela a que todas as outras se subordinam, e encerra em si o começo de solução de todas as outras.”

Rui de fato levantava a proposta do abolicionismo como forma de universalizar a linguagem em defesa da liberdade, fazendo ecoar um dos sentidos de seu nacionalismo: “[...] o abolicionismo, increpado de sedição e assalto à propriedade, não se homizia no segredo, não solapa o chão de dinamite: procura juntar-se à porta dos quartéis, constituir-se em assembléia sob os olhos da força armada, levantar a voz, até soar bem fundo na alma dos defensores da Pátria, e fortalecer-se, sentindo voltar de lá o eco do aplauso fraterno”<sup>138</sup>

A abolição dos escravos aconteceu em 13 de maio de 1888, proposta pelo ministro do Império João Alfredo e assinada pela princesa Isabel, num curto documento que dizia estar abolida a escravidão em todo o país. Segundo Boris Fausto o destino dos ex-escravos variou de acordo com a região do país. No Nordeste, transformaram-se, em regra, em dependentes dos grandes proprietários. O Maranhão representou uma exceção, pois aí os libertos abandonaram as fazendas e se instalaram nas terras desocupadas como posseiros.

No Vale do Paraíba, os antigos escravos viraram parceiros nas fazendas de café em decadência e, mais tarde, pequenos sitiantes ou peões para cuidar do gado. A fuga em massa

<sup>137</sup> Discurso proferido por Rui na Câmara dos Deputados em 1884. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 168.

<sup>138</sup> Discurso proferido em 1885. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp. 274-275.

foi característica dos últimos anos que antecederam a Abolição no Oeste Paulista, mesmo assim o fluxo de negros para a cidade de São Paulo e outras regiões durou pelo menos dez anos.

Nos centros urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, a situação variou. Enquanto em São Paulo os empregos estáveis foram ocupados pelos trabalhadores imigrantes, relegando-se os ex-escravos aos serviços irregulares e mal pagos, no Rio o quadro foi algo diverso. Tendo em vista a tradição de emprego de negros escravos e livres nas oficinas artesanais e manufaturas, assim como o menor peso da imigração, o trabalhador negro teve aí oportunidades relativamente maiores. Por exemplo, eram negros cerca de 30% dos negros trabalhadores fabris cariocas em 1891, ao passo que só os imigrantes ocupavam 84% dos empregos na indústria paulistana em 1893. No Rio Grande do Sul ocorreu, como em São Paulo, um processo de substituição de escravos ou ex-escravos por imigrantes nas oportunidades de trabalho regular.

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime, mas útil quando subserviente.<sup>139</sup>

Na concepção de Rui Barbosa, a abolição não era mérito da princesa, pois ela já estava imposta ao país. Quase um ano depois de promulgada a abolição, no jornal "*Diário de Notícias*", no artigo intitulado "*10 de março*", ele travou uma interessante discussão sobre a abolição, demonstrando que o escravo decretara sua própria liberdade. Vale ressaltar, que para Rui Barbosa a libertação dos escravos consistia, apenas, em meia liberdade. Era preciso ainda proporcionar-lhes a redenção intelectual, através de sua educação.

Outro tema de preocupação de Rui Barbosa, no processo de constituição da República foi o federalismo, sendo o ponto de partida de tal discussão sua atuação no Congresso Liberal de 1889. Além da descentralização administrativa, queria a laicização do ensino e a eleição dos presidentes de províncias e senadores (até então designados pelo imperador). A proposta de Rui perdeu de longe a votação, apesar de ter contado com o voto do conselheiro Dantas. As ideias Federalistas em Rui significam a possibilidade de integrar

---

<sup>139</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998. pp. 220-221.

liberdade e organização estatal. Assim, como os direitos sociais e individuais são a liberdade do cidadão, o federalismo permitiria uma certa autonomia aos organismos participantes dos regimes constitucionais. Vale ressaltar, que Rui se inspirou no pensamento *tocquevilliano*, que falava da importância de descentralizar a organização administrativa.

Ricardo Vélez Rodriguez destaca a diferença entre as ideias de *federalismo radical* defendidas por Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, e o *federalismo moderado* sustentado por Rui Barbosa, no projeto governamental vitorioso na Constituição de 1891. O castilhismo partiria da premissa de que o presidente é o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. No Rio Grande do Sul, os grandes destaques, além de Júlio de Castilhos, foram Borges de Medeiros e Pinheiro Machado.<sup>140</sup>

Em discurso pronunciado na Bahia, em 7 de Fevereiro de 1893, Rui defendeu arduamente a correlação inevitável entre federalismo e república. Segundo ele proferiu, não há como regredir ao centralismo político e muito menos ao despotismo.

[...] renunciar o federalismo é esmacular-se. Desistir do foro republicano é prostituir-se. Conquistas destas não se revogam, senão pelo processo por que fazem os eunucos. Da federação não se retrocede para a centralização. Da América presidencial não se volve para a realeza ultramarina. A transmutação das monarquias européias, nos seus renovos coloniais, em democracias republicanas, é um fenômeno constante, com todos os caracteres de uma lei histórica, infringida unicamente no caso singular do Brasil<sup>141</sup>

É interessante observar que Rui se envolveu, no final do século XIX, nas chamadas três questões da queda do Império. No que tange a *Questão Religiosa*, desenvolveram-se várias críticas contra o governo imperial, em que se defendia a separação entre Igreja e Estado. Antes mesmo da questão religiosa ganhar um grande ímpeto, Rui se envolvera em várias discussões sobre o anticlericalismo.

Em 1877, em “*O Papa e o Concílio*”, Rui desenvolveu as bases de seu anticlericalismo. Na construção de suas ideias repudiou a Igreja e à Coroa, não poupando críticas a ninguém, nem à princesa Isabel. No prefácio da tradução da obra, Rui traçou um panorama do Brasil, que guardou vigência nas primeiras décadas da República. Ele fez uma longa *Introdução* até maior que o próprio livro, criticando os dogmas essenciais do cristianismo, repudiando a infalibilidade papal, à subserviência da família imperial ao clero brasileiro, à educação religiosa, à hierarquia católica e aos jesuítas. Atribuía a eles um fanatismo exacerbado. Por outro lado, contrapunha o progresso das nações do Norte, livres da

<sup>140</sup> RODRÍGUES, Ricardo Vélez. Op.cit. (nota 135), pp. 59-62.

<sup>141</sup> Discurso proferido em 1893-. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp.180-181.

tiranias eclesiásticas, ao atraso cultural e econômico das nações meridionais, por ele atribuído à nefasta ação do catolicismo oficial. Defendia Rui uma reconciliação com o catolicismo original, mais puro e próximo da mensagem cristã, menos desvirtuado pela hierarquia. A *Introdução* também pedia o fim do juramento de fidelidade à religião de Estado pelos ocupantes de cargos públicos, como parte das medidas urgentes de separação entre Estado e Igreja, mais um dos pontos de sua modernidade política.

**Sob o país legal o, que nos oprime, está a Nação. Nesta o torpor que a paralisa, não é a gangrena senil da Roma cesárea;** é a inércia de uma juvenildade vigorosa, mas transitoriamente abatida, um período passageiro de prostração na existência de um povo vivedouro e possante que, após uma estação de altas virtudes cívicas, viu, numa decadência vertiginosamente acelerada, prostituírem-se programas, partidos, homens, tudo, e, burlado de decepção em decepção, desiludido por uma longamente acerca experiência, costumou-se a descreer absolutamente do seu tempo. Mas todas as energias vitais subsistem nesse organismo, todas potências da reação vivificadora. Falta apenas o motor que a desperte, isto é: a restauração da verdade do regime constitucional, a fundação sincera da liberdade mediante leis sérias, a descentralização amplíssima, radical, as reformas populares. Por aí – não pelos meios artificiais e contraproducentes do imposto ou da proteção governista – é que se criará o nervo da nossa futura grandeza, e abrir-se-ão as fontes reais da prosperidade nacional: o trabalho, a iniciativa privada, a associação, a imigração.<sup>142</sup>

Na *Questão Servil* redigira um dos mais audaciosos documentos relativos ao projeto de emancipação, que levava à dissolução da Câmara e à queda de um gabinete. Quanto à *Questão Militar* passara por ela apenas para redigir um importante manifesto assinado por dois generais. Porém, quando renasceram com maior profundidade as divergências entre civis e militares, foi um dos maiores aliados destes últimos, a ponto de juntar-se à conspiração que pôs fim à Monarquia.

Na fase do Governo Provisório, entre 1889 a 1891, o país viveu diversos desafios para construir o imaginário republicano.<sup>143</sup> Em um primeiro momento já se leva em conta a

<sup>142</sup> “O Papa e o Concílio” Cf. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp.234-238.(grifos nossos)

<sup>143</sup> Na Primeira República o Governo Provisório foi de Marechal Deodoro da Fonseca, 15/11/1889 a 24/02/1891. Para o Governo constitucional, presidentes eleitos por voto indireto foram: Marechal Deodoro da Fonseca, 25/02/1891 a 23/11/1891; Marechal Floriano Vieira Peixoto, 23/11/1891 a 15/11/1894. Para o Governo Constitucional, presidentes eleitos por voto popular destacamos: Prudente José de Moraes Barros, 15/11/1894 a 15/11/1898. (Manuel Vitorino - 1896-1897 - Vice-presidente de Prudente de Moraes assumiu o governo em novembro de 1896 por doença do titular. Coube a ele presidir a inauguração da nova sede do governo federal, instalado no reformado Palácio do Catete, hoje Museu da República, em 24 de fevereiro de 1897). Manuel Ferraz de Campos Salles, 15/11/1898 a 15/11/1902; Francisco de Paula Rodrigues Alves, 15/11/1902 a 15/11/1906; Affonso Augusto Moreira Penna, 15/11/1906 a 14/06/1909; Nilo Procópio Peçanha 14/06/1909 a 15/11/1910; Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca 15/11/1910 a 15/11/1914; Wenceslau Bráz Pereira Gomes, 15/11/1914 a 15/11/1918; Delfim Moreira da Costa Ribeiro, 15/11/1918 a 27/07/1919; Epitácio da Silva Pessoa, 28/07/1919 a 15/11/1922; Artur da Silva Bernardes, 15/11/1922 a 15/11/1926; Washington Luiz Pereira de Sousa, 15/11/1926 a 24/10/1930. Cf. [www.brasilrepública.com/\\_presidentes](http://www.brasilrepública.com/_presidentes).

escolha do próprio nome do país. Rui continuou nessa fase a defender arduamente a federalização política e foi, entre os ministros, aquele que mais se destacou na elaboração da constituição de 1891.<sup>144</sup> Rui defendeu também o projeto de separação entre Igreja e Estado aprovado em janeiro de 1890, estabelecendo a liberdade religiosa e o fim da interferência do Estado nos cultos. No temário de Rui, em documento denominado “*Igreja e Estado*”, evidenciou-se a preocupação em se defender a essência do Brasil cristão enquanto parte inerente de sua própria história. Segundo Rui, a República veio organizar o Brasil e não esmagá-lo, e a fórmula da liberdade, sem dúvida, seria uma fórmula cristã. A ideia de permanência do discurso cristianizador se inspira na constituição americana e legitima as bases do direito brasileiro.<sup>145</sup>

No contexto da formação da República Rui apoiou Deodoro da Fonseca contra Floriano Peixoto. Rui defendia um governo sem freios parlamentares e sem limitação de poderes visando construir uma democracia liberal no país. Há que se considerar que parte das elites de São Paulo e de Minas Gerais abraçava a causa do federalismo, uma vez que clamavam por maior autonomia e participação no governo. Nesse sentido, Rui esteve sempre favorável às ideias liberais, conseguindo o apoio tanto do Marechal Deodoro, líder do Governo Provisório, quanto de grande parte das elites regionais. Assim como os militares, as elites cafeeiras não gozavam internamente de uma homogeneidade e seriam suas cisões internas que mais serviriam para Rui angariar entre elas parte que ele necessitava para os seus cálculos políticos.

Na leitura de João Felipe Gonçalves o modelo republicano liberal de Rui se norteava em função da ampla defesa do sufrágio universal masculino, do regime federativo, um sistema de freios e contrapesos entre três poderes, o parlamento bicameral, uma câmara dos deputados com número de representantes distribuído de forma proporcional à população dos estados, um senado com igual número de membros para cada Estado, um judiciário forte para conter os avanços dos outros poderes contra a liberdade individual, etc.<sup>146</sup>

---

<sup>144</sup>Boa parte dos trabalhos que abordam a questão da cidadania durante o período destaca o caráter excludente e antidemocrático da Constituição de 1891. Para Maria Efigênia Lage de Resende os constituintes fixaram suas atenções na organização do poder e na definição das instâncias de decisão, deixando de lado os problemas sociais e de participação política tornados candentes pela abolição da escravidão. No que diz respeito aos direitos de cidadania continua a autora, a Constituição atém-se basicamente aos direitos individuais (civis), limitando-se no caso dos direitos políticos, ao direito de associação e ao voto, concluindo que no Brasil, a centralidade conferida aos direitos individuais, deixando de lado a preocupação com o bem público, que estaria no cerne da ideia de *república*, funcionou como uma barreira ao processo de construção da cidadania. Cf RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. cit., pp. 95-100

<sup>145</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p.1009

<sup>146</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op.cit. p. 66. GONÇALVES, João Felipe. Op.cit., p.35-38.



Para construir todo o debate em torno da *Constituição de 1891*<sup>147</sup> devemos partir da premissa de que Rui se inspirou nos *Artigos Federalistas* de Alexander Hamilton, James

<sup>147</sup> A caricatura foi extraída de NOVAES, Carlos Eduardo. Op.cit. p.193.

Madison, John Jay e, em especial, nos Escritos Políticos de Thomas Jefferson.<sup>148</sup> Segundo Luiz Felipe Dávila a Constituição dos Estados Unidos serviu de modelo para os defensores dos princípios democráticos. Rui escreveu que: “[...] a nossa lâmpada de segurança será o direito americano, suas antecedências, suas decisões, seus mestres. A Constituição brasileira é filha dela e a própria lei nos pôs na mão esse foco luminoso”.<sup>149</sup>

Rui era adepto da ideia de eleições indiretas para presidente da república, tais quais estabelecidas na Carta Americana. Temia, como os teóricos do liberalismo clássico, os efeitos perversos da participação popular sobre a liberdade individual.<sup>150</sup> Além disso, em um primeiro momento Rui criticou o sufrágio universal masculino, mas acabou sendo levado a resignar-se quanto a esse ponto. Ocorreu ainda a defesa do fim do voto censitário como algo irreversível. Queria, porém contrabalançá-la, como nos EUA, com eleições indiretas para presidente.

Um aspecto que devemos debater aqui é a clara preocupação de Rui com o sistema presidencialista. O seu receio era de o país ser ocupado por grupos políticos defensores da centralização e legitimadores do autoritarismo. Em documento denominado “*A Imprensa e o dever da Verdade*”, Rui condenou abertamente o sistema presidencial, embora tenha sido um dos articuladores desse sistema no âmbito da Constituição de 1891:

Nestes aleijões constitucionais da América Latina, como no Brasil, nesses míseros tolhiços de repúblicas, que, tais qual o pau torto de nascença, tarde, mal ou nunca se endireitam; o ideal dos governos está na irresponsabilidade. Essa intransigência em que nosso mundo político se abrasa pelo sistema presidencial, negando pão e água a qualquer traço de ensaio das formas parlamentares, não se origina, realmente de nenhum dos motivos assoalhados, não tem nascença em considerações de ordem superior, não vem de que os nossos políticos bebam os

<sup>148</sup> Na leitura do historiador José Murilo de Carvalho “*o modelo americano, em boa parte vitorioso na Constituição de 1891, se atedia aos interesses dos proprietários rurais, tinha sentido profundamente distinto daquele que teve nos Estados Unidos. Lá, como lembrou Hannah Arendt, a revolução viera antes, estava na nova sociedade igualitária formada por colonos. A preocupação com a organização do poder, era antes consequência da quase ausência de hierarquias sociais. No Brasil, não houvera a revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquire um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário*”. Cf. CARVALHO, José Murilo. Op. cit. (nota 123), . p. 25.

<sup>149</sup> Cf In Discurso proferido por Rui em Escritos e Discursos Seletos. p.180 e DÁVILA, Luiz Felipe. **Os Virtuozos**: os estadistas que fundaram a República Brasileira. Ed. A Girafa. São Paulo, 2006. p.44.

<sup>150</sup> No debate de José Murilo de Carvalho acerca da liberdade entre os antigos e modernos, o autor salienta que, o bom funcionamento república antiga estava relacionado a ideia de que os cidadãos deveriam renunciar em boa parte à influência sobre os negócios públicos em favor da liberdade individual – “*para isso, talvez fosse necessária a existência anterior do sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que antigamente podia ser o de pertencer a uma cidade e que modernamente é o de pertencer a uma nação*”. Cf. CARVALHO, José Murilo. Op. cit., . Op.cit. (nota 123), p. 32.

ares pela verdadeira prática republicana. Não, senhores. Pelo contrário, o de que se anda em cata, é só da irresponsabilidade vai dar, naturalmente, o presidencialismo. O presidencialismo, se não em teoria, com certeza praticamente, vem a ser, de ordinário, um sistema de governo irresponsável.<sup>151</sup>

Ainda, acerca do debate em torno do parlamentarismo e do presidencialismo, faremos algumas considerações. Paulo Brossard de Souza Pinto em “*Rui e o Presidencialismo*” externou a preocupação de Rui Barbosa no seio do modelo presidencialista. Rui fez parte da famosa “*Comissão dos Cinco*” (Joaquim Saldanha Marinho, Américo Brasiliense de Almeida Prado, Antônio Luís dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro). Tal Comissão consagrou o projeto do sistema presidencial. Rui colaborou para a redação final do projeto, mas aos poucos foi se afastando e sendo um severo crítico da experiência presidencialista brasileira. A título de exemplo uma passagem é significativa:

[...] onde o governo se realiza pelo sistema parlamentar, o jogo das mudanças ministeriais, dos votos de confiança, dos apelos à nação, mediante a dissolução das câmaras, constitui uma garantia, já contra os excessos do Poder Executivo, já contra as demasias das maiorias parlamentares. Mas, neste regime, onde para o chefe do Estado não existe responsabilidade, porque a responsabilidade criada sob a forma do impeachment é absolutamente fictícia, irrealizável, mentirosa, e onde as maiorias parlamentares são manejadas por um sistema de eleição que as converte num meio de perpetuar o poder às oligarquias estabelecidas, o regime presidencial criou o mais chinês, o mais turco, o mais russo, o mais asiático, o mais africano de todos os regimes. [...] o presidencialismo se torna mais tirânico e o mais desastroso dos regimes conhecidos: a república presidencial com a onipotência do Congresso; o arbítrio do Executivo, apoiado na irresponsabilidade das maiorias políticas; a situação autocrática, em que se coloca, nesse sistema de Estado. Somente vê um caminho para contrabalançar tal poderio perverso: a majestade inviolável da constituição escrita, interpretada, em última alçada, por uma magistratura independente.<sup>152</sup>

Fica claro, a nosso ver, que Rui, embora tivesse uma influência muito forte do parlamentarismo britânico, desde a elaboração da Constituição de 1891, fez opção pelo regime republicano e presidencialista norte-americano. João Neves da Fontoura sintetiza o pensamento de Rui para esclarecer melhor essa questão:

---

<sup>151</sup> BARBOSA, Ruy. *A Imprensa e o Dever da Verdade*. Bahia, s. ed, 1920, p. 21. Manuscrito existente no Arquivo Histórico da FCRB: CR.1.611.2(8). Cf também In “*Rui e o Presidencialismo*” Cf. *Rui Barbosa e a Constituição de 1891*. Rio de Janeiro, FCRB, pp 12-13.

<sup>152</sup>Cf. “*Rui e o Presidencialismo*”. Op.cit., pp 12-13.

Por que Presidencialista? Há, em sua atuação política tão discutida, alguma coisa de surpreendente. Domina-o a paixão mística pela Inglaterra, pelos seus homens, pelas suas inspirações. Chamou-a mesmo uma vez a grande árvore da liberdade do mundo. Pois este anglófilo – alguns o disseram até um anglômano – esse orador insuperável nas justas parlamentares, quando lhe tocou desenhar, depois de 15 de novembro, o figurino das novas instituições, foi para o presidencialismo norte-americano que se voltou, não para o parlamentarismo britânico. Entretanto, ninguém mais do que ele – mágico das fórmulas lógicas, domador de câmaras políticas – ninguém estaria mais a gosto do sistema de governo de gabinete. Terrível contradição com a sua origem política, com os padrões da sua formação juvenil com o horóscopo do seu destino público.

[...] O parlamentarismo seria o seu regime, o seu clima, a sua atmosfera, a arena das suas vitórias. Se a ele renunciou, só o teria feito por convicção – certa ou desmentida mais tarde – de que o presidencialismo aperfeiçoaria a unidade nacional pela ação de um Executivo dotado de estabilidade e fortaleza.<sup>153</sup>

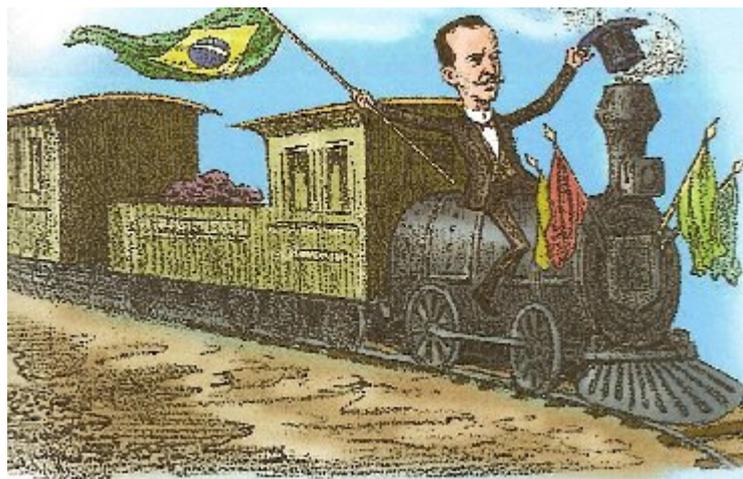
Outro ponto fundamental no contexto do Governo Provisório é a célebre e conhecida política do *Encilhamento*, aplicada na qualidade de Rui no cargo de Ministro da Fazenda. Se encaixando perfeitamente no projeto modernizador de Rui, incentivou-se o crescimento da indústria no país. João Felipe Gonçalves sintetiza a política do Encilhamento da seguinte forma:

[...] em 17 de janeiro de 1890, sem consultar os demais ministros. Deodoro assinou um decreto proposto pelo ministro da Fazenda. Era uma profunda intervenção na economia nacional, entrando inclusive em assuntos do mérito de outros ministérios. Rui dava a três Bancos particulares (um em cada região do país) permissão para emitir no lastro triplo, isto é, emitir três vezes mais moeda que o lastro disponível. Além disso, permitia que esse lastro fosse não mais exclusivamente em ouro, como mandava a tradição, mas também em apólices da dívida pública, o que vinculava as emissões monetárias ao Tesouro Nacional. O decreto dava ainda amplos poderes a todos os Bancos, no intuito de transformá-los em verdadeiros dinamos da economia nacional. Permitia-lhes operar como empresas no comércio, na indústria e na prestação de serviços e dava-lhes inúmeros privilégios, desde a isenção quase total de impostos à preferência oficial em alguns casos de concorrência pública. Rui visava com isso estimular a industrialização brasileira e a fazer crescer a economia em pouco tempo.

[...] aos decretos de Rui Barbosa seguiu-se grande euforia financeira, com falsos investimentos e falsas empresas visando a lucrar com os incentivos do governo. Em pouco tempo o país entraria em uma verdadeira crise especulativa com altos lucros derivados de empreendimentos sem fundamentos. A jogatina se espalhou pelo país, o custo de vida subiu vertiginosamente, lucros fantásticos se obtinham em operações de compra e venda. A Bolsa entrou em verdadeiro delírio.<sup>154</sup>

<sup>153</sup> FONTOURA, João Neves. *Rui Barbosa: orador*. Rio de Janeiro, MEC – Serviço de documentação, 1960, pp 32-33.

<sup>154</sup> GONÇALVES, João. Op.cit., pp.87-88. GONÇALVES, João Felipe. Op.cit., p.35-38. (Nota 2 ou 22)



155

Segundo Schulz, a primeira etapa do Encilhamento começou, na verdade, durante o gabinete de Ouro Preto. Nessa fase, ele aplicou empréstimos agrícolas e emissão de notas conversíveis. No aspecto político, Ouro Preto preocupado com a queda da monarquia tentou comprar os fazendeiros descontentes, disponibilizando a eles grandes somas de dinheiro. Ele acreditava que as notas conversíveis só funcionariam no Brasil durante períodos de preços altos do café, achando que os preços se manteriam fortes por um período suficiente para ele ganhar de volta os fazendeiros para a monarquia. Ocorreu um fornecimento de empréstimos agrícolas aos bancos, que dispensava o pagamento de juros. A maioria desses créditos era para ser paga em cinco anos, tempo no qual ou a monarquia teria caído ou teria reconquistado seu vigor do passado. A conclusão foi a de que a maior parte desses empréstimos não seria paga, gerando uma significativa transferência de recursos da população em geral para os proprietários de terras.

A segunda etapa do Encilhamento foi mais irresponsável que a primeira. Como afirma Schulz, Ouro Preto permitiu a conversão das notas e financiou empréstimos agrícolas utilizando a venda de bônus. Seu sucessor permitiu aos bancos criarem dinheiro á vontade sem lastro Rui Barbosa tentou dar continuidade às notas com lastro em ouro, como Ouro Preto, mas falhou, uma vez que o câmbio caiu abaixo da paridade.<sup>156</sup>

A última fase do Encilhamento foi coordenada pelo barão de Lucena e durou de janeiro a novembro de 1891. Lucena, como Ouro Preto e Rui Barbosa, encontrava-se numa situação política frágil, pois apoiou um presidente que acabara de ser eleito, ameaçando um golpe. O barão continuou possibilitando a oferta de notas sem o lastro-ouro necessário, para

<sup>155</sup> Caricatura de Agostini alusiva ao Encilhamento disponível em [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 04 mai. 2009.

<sup>156</sup> SCHULZ, John. A Crise financeira da abolição. São Paulo. Ed. Edusp, 1996.p.98.

manter uma Bolsa de valores que se sabia estar artificialmente inflacionada, e um sistema bancário reputado como falido. Quando não mais conseguiu obter a aprovação do Congresso para continuar a emissão, tentou usar a força e foi derrubado pelos paulistas e seus aliados militares. Manter governos frágeis por meio de dinheiro fácil não deu resultados.<sup>157</sup>

Segundo afirma Schulz, Ouro Preto, Rui Barbosa e Lucena outorgaram privilégios valiosos à elite, fornecendo empréstimos sem juros e concessões de terras públicas. Os três efetivamente aumentaram a decadência da economia ao permitirem que os bancos emitissem papel-moeda. Sob essas condições, alguma alta do movimento da Bolsa de Valores pareceu ter sido inevitável, na medida em que os bancos e a indústria cresceram em resposta ao mercado nascente, composto de imigrantes, libertos e moradores das cidades. “Os três governos erraram quanto ao volume de liquidez adicional fornecido à economia, à falta de supervisão à Bolsa e à distribuição inescrupulosa de terras devolutas e contratos de imigração.”<sup>158</sup>

Porém, um dos principais elementos para compreendermos o Encilhamento foi a reforma financeira de 1890. A quantidade de moeda em circulação foi a preocupação de Rui Barbosa, ministro das finanças do Governo Provisório (1889-1891). Adepto do industrialismo, ele via na ampliação dos créditos a solução para diversificar a economia nacional e acelerar as atividades comerciais.

Acreditando no alcance positivo desses resultados, o chefe do Governo Provisório, marechal Deodoro da Fonseca, autorizou a reforma financeira proposta por Rui Barbosa. Segundo decreto de 17 de janeiro de 1890 ficaram estabelecidas uma série de questões. O país seria dividido em três zonas financeiras distintas: Norte (da Bahia até o Amazonas), Centro (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina) e Sul (Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás).<sup>159</sup>

A sede de cada zona (Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, respectivamente) organizaria um banco de emissão; assim, existiriam três bancos emissores que poderiam fundar agências mediante autorização do governo. Os fundos sociais desses bancos emissores seriam constituídos com títulos da dívida pública em substituição ao lastro-ouro; esses bancos, portanto, não necessitariam de reservas metálicas. À medida que algum interessado contraísse um empréstimo, o banco autorizado emitiria papel-moeda, entregando ao

---

<sup>157</sup> SCHULTZ, John. Op.cit. p.98.

<sup>158</sup> Ibid, p.99.

<sup>159</sup> Ibid, pp.83-85.

solicitante a soma requerida; a mesma quantia emitida seria transformada em título da dívida pública, que o banco guardaria como garantia de seus fundos.<sup>160</sup>

Os primeiros resultados da política de Rui Barbosa foram excelentes, ocorrendo um rápido crescimento dos negócios e a formação de um grande número de empresas industriais, comerciais e de serviços. Calcula-se que só em 1890 foram fundadas 313 empresas no Brasil. Grande parte dessas empresas eram sociedades anônimas, criadas graças à facilidade na obtenção de créditos, proporcionada pelas reformas de Rui Barbosa. O capital dessas companhias era dividido em certo número de cotas, chamadas de ações, que por sua vez eram negociadas na “Bolsa de Valores”. Então elas eram vendidas e compradas por comerciantes, banqueiros ou intermediários. Se as ações alcançassem um bom preço, aumentava-se, assim, o capital inicial da sociedade anônima. Essa possibilidade de ganho fácil incentivou a multiplicação dos negócios e a criação de mais empresas. Conseqüentemente, dinamizou-se um setor incipiente no Brasil: o mercado de capitais, com a compra e venda de títulos e ações.<sup>161</sup>

No entanto, a facilidade para obtenção de dinheiro fez surgir empresas-fantasma que nada produziam. Tais empresas não aplicavam seu capital na aquisição de matérias-primas, máquinas, instalações ou na contratação de empregados, com a finalidade de produzir mercadorias e gerar riquezas. Em vez disso, seu capital era revertido em ações e títulos negociados na Bolsa por altos preços. Caracterizava-se, assim, uma atividade tão comum no sistema capitalista: a especulação.

Os negócios irregulares provocados pela emissão desenfreada de moeda e de ações foram chamados pela população de “Encilhamento”. Esse nome derivava de um termo turfístico: “o encilhamento”, isto é, colocação dos arreios nos cavalos, o que estabelecia uma analogia, entre as ideias de jogo, de risco e até trapaças, próprios das apostas no hipódromo, e as especulações que envolviam o mercado de capitais. No próprio momento de criação de uma empresa, os especuladores já faziam suas apostas, lançando cotações (preços) sobre as ações e jogando com títulos de empresas concorrentes.

As repercussões do Encilhamento foram inúmeras. Ocorreu um enorme aumento do papel-moeda em circulação, sem garantia de reserva metálica (lastro-ouro) e sem perspectiva de retorno em forma de riquezas, pois o dinheiro não era aplicado em atividades realmente produtivas. Segundo Schulz: “Rui Barbosa autorizou a emissão de notas lastreadas em ouro não-conversíveis, em outras palavras, permitiu que os bancos emitissem dinheiro. Quando ele

---

<sup>160</sup> SCHULZ, John. Op. cit., p.98.

<sup>161</sup> FAUSTO, Boris. Op.cit. (nota 152), pp. 80-97.

deixou o governo, os bancos haviam emitido notas iguais a mais da metade do dinheiro em circulação na época em que assumiu. Essa imensa quantia representou uma transferência de recursos do povo brasileiro para os bancos privilegiados e seus clientes preferenciais.”<sup>162</sup>

Destacam-se ainda a alta geral do custo de vida e inflação crescente provocada pelo excesso de numerário. O aumento contínuo dos preços no mercado levava o comércio e a indústria a exigirem cada vez mais dinheiro para as suas necessidades. O governo cedia às exigências emitindo mais moeda e, portanto, agravava a inflação.<sup>163</sup>

Ocorreu ainda a desvalorização dos mil-réis, encarecendo os produtos estrangeiros e, conseqüentemente, reduzindo sua importação. Como os impostos sobre as importações para o consumo eram a principal fonte de renda do governo, a diminuição das importações acarretou graves problemas financeiros.

O “encilhamento” levou à queda cambial e à insuficiência de reservas metálicas para cobrir tanto dinheiro em circulação, o que impediu o Brasil de cumprir seus compromissos no exterior. Por último, desenvolveu-se a venda desenfreada de ações, que provocou a baixa de cotações e a falência de numerosas empresas.

Durante o período do governo de Floriano Peixoto (1891-1894), Rui, de início, deu o seu apoio político, porém, em seguida, ocorreu uma ruptura entre Rui e Floriano em função da situação dos Estados, especialmente na Bahia. Como quase todos os governadores tinham apoiado o golpe de Deodoro, as oposições locais viram no novo governo a oportunidade de depor com sucesso os que estavam no poder estadual, isso aconteceu em vários estados. Rui se posicionou de imediato contra as deposições. Vale lembrar que ele voltou-se contra Floriano, questionando a legalidade de seu governo, uma vez que este contrariou a determinação constitucional de que se deveriam realizar novas eleições em caso de vacância da presidência na primeira metade do mandato.

Pouco depois, Floriano recebeu o “*Manifesto dos 13 Generais*” que exigia tais eleições e repudiava a deposição dos governadores. Floriano reagiu decretando estado de sítio no Distrito Federal e desterrou para o Amazonas vários militares e civis, que se opuseram ao prolongamento de seu governo. Logo depois do decreto do desterro, Rui entrou no Supremo Tribunal Federal com um pedido de *Habeas Corpus* em favor dos presos. Começava sua mais vigorosa luta contra o governo de Floriano. Rui pretendia lutar pela liberdade individual contra os nefastos dos poderes Executivo e Legislativo. Embora Rui não tenha conseguido tal intento, a sua luta pelas liberdades individuais celebraram mais um momento de sua história.

---

<sup>162</sup> SCHULZ, John. Op.cit., p.98.

<sup>163</sup> FAUSTO, Boris. Op.cit. (nota 52), pp. 89-99.

Rui afirma que o princípio do *Habeas-Corpus* é de fundamental importância para a ciência das constituições no mundo. Em discurso proferido no Supremo Tribunal Federal, em 26 de março de 1898, evidencia-se tal convicção política:

[...] o homem privado jaz em estado pior do que a morte porque sente em si todo o amargor da opressão e, ao mesmo tempo, toda a impotência do morto a evitá-la. A condição desse indivíduo reclama, por isso, a mais viva solicitude e amais valente defesa social. Nenhum cidadão honesto pode ser indiferente à sua sorte, como não pode ser indiferente à própria segurança. Na faculdade de prender, ou não prender o cidadão parece estar o ponto central onde praticamente se vão encontrar todos os raios da tirania ou da liberdade.<sup>164</sup>

Dois episódios que se correlacionam diretamente com os anseios de Rui no tema liberdade foram: a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada. Em fevereiro de 1893 eclodiu a Revolução Federalista, que se opunha ao governo de Júlio de Castilhos, de inspiração positivista e apoiada por Floriano. O objetivo dos oficiais da Marinha liderados por Wandenkolk era dar apoio ao grupo rebelde e deflagrar uma revolta da Marinha contra o presidente. Floriano reprimiu imediatamente os revoltosos e Rui voltou ao Supremo Tribunal Federal em defesa dos presos, para quem pediu sucessivos *Habeas Corpus*. Dessa vez, Rui conseguiu liberdade aos civis, mas não conseguiu a liberdade para os militares envolvidos no episódio.

Na Revolta da Armada em 1893, Rui apoiou Custódio de Melo contra Floriano. Os revoltosos ofereceram a ele refúgio nos navios da resistência e ele não aceitou. Diante da nova decretação de estado de sítio, Rui acabou tendo que fugir do Brasil. Ele embarcou para Buenos Aires onde ficou até 1894 e morou quase três meses em Lisboa. Depois, entre 1894 a junho de 1895, ficou na Inglaterra. Nesse período o grande destaque de sua vida política foi a defesa do capitão Alfred Dreyfus, oficial judeu que fora injustamente acusado de espionagem, preso e degredado pelo governo de seu país. O caso Dreyfus veio posteriormente a dividir a França em duas: uma republicana e igualitária e a outra racista, ultramontana e intolerante.

Em documento de 07 de Janeiro de 1895, Rui defendia abertamente a integridade do capitão Dreyfus enquanto homem portador de nobres valores, inclusive, familiares:

Ora, Dreyfus não tinha no seu passado uma nódoa, um traço duvidoso. Quinze anos de serviços imaculados e alta posição de confiança, que ocupava no mais delicado ramo da administração da guerra, definem-lhe a fé de ofício. A superabundância dos seus recursos, a opulência de sua família, a simplicidade dos seus hábitos, a sua aversão ao jogo, a concentração exclusiva de sua vida particular nas afeições

<sup>164</sup> Discurso pronunciado em 1898. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 497.

domésticas excluem a suspeita das seduções tenebrosas, que são frequentemente a explicação obscura dessas catástrofes da honra. De onde viria, pois, a tentação inexplicável, que instantaneamente prostituiu aquele ornamento de sua classe, aquela nobre esperança dos seus concidadãos?<sup>165</sup>

O objetivo principal do texto era mostrar a superioridade da Inglaterra liberal sobre a França. Para Rui, tratava-se simplesmente de um problema de tirania da maioria, de imposição da vontade tirânica do povo sobre um indivíduo. Não foi levada em conta para Rui, como objetivo principal, a questão do racismo, o que lhe preocupava era o despotismo de uma Nação sobre um indivíduo de boa índole.

Ao voltar do exílio, em 1895, Rui se estabeleceu na mansão da rua São Clemente, atualmente, Fundação Casa de Rui Barbosa, onde moraria até a morte. Ele encontrou o poder oligárquico em fase de consolidação, através do governo Prudente de Moraes, iniciado em novembro de 1894. O grande desafio inicial, nessa nova fase, foi o embate contra Cezar Zama, velho concorrente político, que disputava a preferência do senador Dantas. Zama acusava Rui Barbosa de ter-se enriquecido ilegalmente fazendo entender que Rui adquirira o palácio de Botafogo através de regalias na ocasião do Governo Provisório.

Em discurso no Senado, dia 13 de outubro de 1896, no documento intitulado “*Resposta a Cezar Zama*”, Rui explicita sua aversão aos insultores e defende a moralidade política fundamentada na ética da responsabilidade. “[...] na política brasileira avulta, há muito, a insigne classe dos insultores, cuja função política se reduz exclusivamente ao ofício de insultar. São os magarefes de certa espécie de açougues, onde corta, na honra das almas independentes, na fama dos homens responsáveis, no merecimento dos espíritos úteis, nos serviços dos cidadãos moderados, o bife sangrento para o estômago da democracia feroz”.<sup>166</sup>

No mesmo ano de 1896, Rui obteve uma esmagadora vitória eleitoral sobre Cezar Zama, representando sua primeira grande conquista no contexto da República Oligárquica. Em 1898, foi eleito Campos Sales e Rui tratou imediatamente de preparar sua oposição a esse governo, em especial, na Imprensa. Talvez um dos marcos mais importantes nesse período foi a elaboração do projeto de *Código Civil*, em 1902, que, em princípio, foi questionado por Rui o momento de sua implantação. Rui achava que Campos Sales estava pretendendo se promover ao elaborar o Código durante o seu mandato. Além disso, Rui fora preterido pelo governo, que indicou Clóvis Beviláqua para escrever o anteprojeto do Código. Nesse sentido, Rui propôs mais de mil emendas ao Código para marcar sua posição política de oposição a

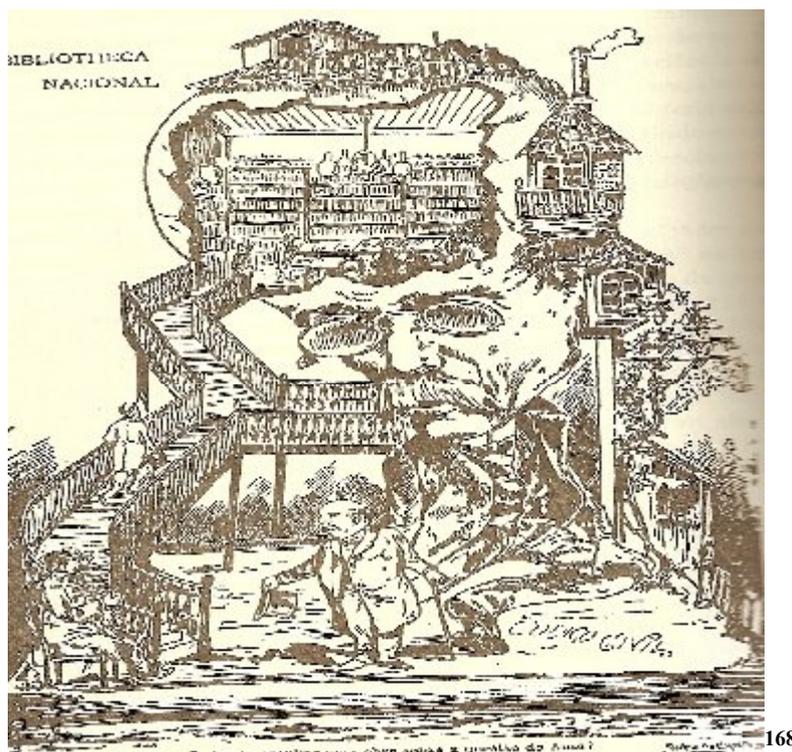
<sup>165</sup> Discurso proferido em 7 de Janeiro de 1895. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 839.

<sup>166</sup> Discurso pronunciado no Senado em 13 de outubro de 1896. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p 208.

Campos Sales, porém, com moderadas críticas às emendas de Rui, Carneiro Ribeiro procurou responder aos seus comentários, embora Rui tenha feito a réplica combatendo os argumentos pouco fundamentados de Carneiro Ribeiro. Tal situação projetou, mais uma vez Rui na vida pública do país.

Na leitura de Rui, o exercício de pensar a “*Arte de escrever*” foi plantado por um dos grandes mestres da língua, Antônio de Castilho, que partia do princípio da dúvida como forma de humildade para a elaboração do texto:

[...] todos os que escrevem trabalhos de arte, sentirão mil vezes a necessidade de pensar. Ora, dentre eles, não conheço nenhum mais árduo que a codificação das leis civis de uma nacionalidade: e as codificações não devem menos à forma, que se lhes imprime, do que ao espírito, que se lhes sopra. Obrigar-se uma pessoa a revestir de linguagem correta, em menos de um quinquídio, um desses trabalhos monumentais seria ousar uma empresa de semi-deuses, ou concertar, relativamente a uma das mais delicadas e grandiosas edificações do espírito humano, um ajuste de franqueria.<sup>167</sup>



<sup>167</sup> *Diário do Congresso*. Suplemento nº 211, de 07 de novembro de 1902. Câmara dos Deputados, Comissão do Código Civil. Resposta ao parecer do Senador Rui Barbosa p. 5. col. 3ª. Cf. ainda em LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 912.

<sup>168</sup> Caricatura: Alfredo Cândido, Lavra, 18/09/1903. Disponível em: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 10 fev. 2009.

Quando Rui Barbosa apresentou ao Senado sua “*réplica*”, o paulista Rodrigues Alves já tinha assumido a presidência da República. O sucessor deste foi o mineiro Afonso Pena. Entre fins de 1902 e 1909, com poucas interrupções, o senador baiano apoiou abertamente os dois presidentes, membros das mais poderosas oligarquias estaduais.

Vale lembrar que, nessa nova fase política de Rui, sua aproximação com Pinheiro Machado foi fundamental para sua projeção nos arranjos políticos. Pinheiro era a personificação da máquina política nacional e o maior representante da oligarquia gaúcha no plano federal.

Além da valiosa articulação política com Pinheiro Machado, uma questão de extrema relevância foi o cargo que Rui assumiu para ser o representante do país nas negociações com a Bolívia, acerca do território do Acre, pelo qual as duas nações disputavam.

Rio Branco, chefe do Itamarati,<sup>169</sup> designou uma comissão para negociar o Acre diretamente com a Bolívia. Ela era composta por ele próprio, Rui Barbosa, e Assis Brasil. Quando a Bolívia propôs um acordo em que ficaria com a margem esquerda do rio Madeira e receberia uma indenização em troca do Acre, Rio Branco e Assis Brasil apoiaram a ideia. Rui não concordou, pois achava que, sendo o território legitimamente brasileiro, não cabia qualquer compensação ao governo boliviano. Rui acabou pedindo demissão da comissão e criticou amplamente Rio Branco.

Em junho de 1904, o governo do Amazonas o contratou como advogado particular para lutar contra a União pela posse do Acre setentrional. Rui entrou com processo no Supremo Tribunal Federal no ano seguinte, mas o órgão nunca deu um parecer final sobre o caso, que só veio a se resolver na Constituição de 1934, com a vitória da União.

Logo depois de ter assinado um acordo com a Bolívia, Rui fez uma oração como paraninfo da formatura de seu filho João, no *Colégio Anchieta*, em Friburgo (1903). Tal discurso levou sua aproximação com a Igreja Católica, em especial, com os padres jesuítas, marcando uma nova fase na sua visão sobre o anticlericalismo. No mesmo ano, Rui Barbosa proferiu um discurso no Senado, criticando os poderes excessivos dados ao prefeito Pereira

---

<sup>169</sup> Segundo Cardim o Itamaraty, no sentido hoje entendido, de entidade emblemática no Estado Brasileiro, voltada para a compreensão da política internacional, a formulação das propostas de política externa ao Presidente da República, o recrutamento e a formação regular de funcionários diplomáticos, e a execução diplomática das políticas decididas pelo presidente da República, é uma criação republicana que tem em Rio Branco seu construtor maior. Foi ele, como bem disse Gilberto Amado “*o abridor de caminhos, o iniciador*”. ... É com Rio Branco na República (1902-1912) que surge o Ministério das Relações exteriores com forte personalidade própria, que veio a gerar até uma denominação específica “O Itamaraty”, símbolo e expressão da diplomacia brasileira, a exemplo de outros países: Reino Unido, “*Foreign Office*”; França, “*Quais d’Orsay*”, e EUA, “*State Department*”. Cf. CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., p.92.

Passos para fazer a renovação da capital federal. Rui também criticou a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, em 1904. Para ele, o ser humano deve ou não escolher se deseja vacinar-se. O Estado não tinha direito de decidir pelos cidadãos as atitudes com o próprio corpo, porém, Rui apoiou a decretação de estado de sítio imposta aos revoltosos. Na sua visão política, o povo não poderia ter gerado todo o transtorno que fez. Deveria, sim, ter esgotado todas as possibilidades no plano da luta na justiça.



170

Contudo, no ano seguinte, em 1905, Rui Barbosa ficou novamente contra o governo para atacar os abusos ocorridos durante o estado de sítio, apresentando ao Congresso projeto de anistia dos envolvidos, tanto na revolta popular de 1904 quanto na revolta militar, que a elas se associaram.

No contexto de sucessão presidencial de Rodrigues Alves, Rui protestou contra a indicação do paulista Bernardino de Campos. Tanto Pinheiro Machado quanto as oligarquias mineira e baiana se opuseram a tal candidatura e, esta última, preferia o nome de Rui Barbosa. Pinheiro indicou o nome de Afonso Pena mobilizando parte das oligarquias nordestinas, mineira, gaúcha e fluminense. Rui retirou sua candidatura e mobilizou os baianos para apoiarem Afonso Pena. Ao opor-se à candidatura desejada por Rodrigues Alves, Rui pensava estar combatendo uma corrupção tirânica do sistema representativo: a indicação do sucessor pelo presidente atual.

<sup>170</sup> Resistência da população do Rio de Janeiro contra a Lei de Vacinação obrigatória. Charge disponível em: [www.pessoas.hsw.uol.br/historia-da-saude.htm](http://www.pessoas.hsw.uol.br/historia-da-saude.htm). Acesso em: 03 mai. 2009.

Em 1906, Rui Barbosa assumiu a vice-presidência do Senado em substituição a Pinheiro Machado. Ficaria nessa posição até a morte de Afonso Pena, em junho de 1909. Tendo Afonso Pena assumido o poder em novembro de 1906, em fevereiro do ano seguinte Rui Barbosa foi convidado pelo barão do Rio Branco para representar o Brasil na 2ª Conferência de Paz de Haia, na Holanda.



171

---

<sup>171</sup> Rui Barbosa, o Barão do Rio Branco e os representantes da Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Espanha. O Malho, Lobão, 07/09/1907. Disponível em: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 03 abr. 2009.

### 2.3 A Segunda Conferência de Haia (1907)

*Ela mostrou aos fortes o papel necessário dos fracos na elaboração do direito das gentes. Ela adiantou as bases da pacificação internacional evidenciando que, numa grande assembléia convocada para organizar a paz, não se podem classificar os votos segundo a preparação dos Estados para a guerra. Ela revelou politicamente ao mundo antigo o novo mundo, mal conhecido a si próprio, com sua fisionomia, a sua independência, a sua ação no direito das gentes. Resta que a América Latina, a mais beneficiada nesses resultados e o Brasil, o mais ativo operário na sua promoção, compreendam o valor decisivodesta situação para o seu futuro.*<sup>172</sup>

A Segunda Conferência de Paz de Haia reuniu 48 países para a discussão de diversos assuntos internacionais, a fim de estabelecer um novo equilíbrio de forças.<sup>173</sup> O maior objetivo da Conferência foi a criação de uma Corte Permanente de Justiça Internacional.<sup>174</sup>

<sup>172</sup> Discurso de Rui Barbosa em Haia, 1907. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., op.cit. pp. 72-73.

<sup>173</sup> A título de curiosidade em documento denominado “*Rui Barbosa em Haia*” da FCRB, obras avulsas existe uma relação dos países representados na Conferência e seus respectivos delegados. Porém vamos citar aqui apenas o Brasil: Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário (Delegado Plenipotenciário); Eduardo F. R dos Santos Lisboa, Ministro Plenipotenciário (Delegado); Roberto Trompowsky Leitão de Almeida (Delegado técnico); Tancredto Burlamaqui de Moura (Delegado técnico); Arthur de Carvalho Moreira (Primeiro secretário da Delegação); Carlos Lemgruber Kropf (1º secretário da Delegação); Rodrigo Octávio de Langaard Menezes (1º secretário da Delegação); Abelardo Roças (2º secretário da Delegação); José Rodrigues Pereira (2º secretário da Delegação); A.Baptista Pereira (2º secretário da Delegação); Leopoldo de Magalhães Castro (2º secretário da Delegação); Fernando Dobbert (2º secretário da Delegação).

<sup>174</sup> Segundo Cardim, João Neves da Fontoura atribui a Rui um orador de corte britânico, de processos britânicos na discussão dos temas; apenas a maneira dialética é que o aproxima, até certo ponto, do gosto francês, embora o seu modelo seja lididamente lusitano, porque correm nas veias da sua eloquência o conceptualismo, a imagética, os jogos florais do seu mestre predileto que é o Pe. Antônio Vieira. Para o historiador José Maria Belo, em sua avaliação da oratória de Rui, considera: “[...] a sua sensação permanente do dever e a profunda consciência da missão apostolar, da missão tantas vezes – como ele sabia – de repetir Santo Antônio e o Pe. Vieira, isto é, de falar sem descanso. Destino, segundo imagem sua, de quem planta carvalho para as gerações vindouras em vez de couves para o prato de amanhã [...] Deu ao carvalho a sombra com que sonhou o seu semeador. Eis aí o problema final de Rui Barbosa”. Cf. CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., p.112-113.



175

Segundo Afonso Arinos, o contexto da 2ª Conferência de Haia foi marcado por uma série de impactos internacionais. Os estados alemães tinham-se unificado e a Alemanha surgia como Nação influente no cenário internacional. O mesmo acontecia com a Itália. A Inglaterra perdia terreno no palco dos interesses mundiais, enquanto os Estados Unidos despontavam como grande potência. A França esquecera Napoleão, e reclamava por ser ouvida. A Áustria perdera sua estrela. E a Rússia passava, especialmente depois de 1905, por terríveis convulsões internas, motivadas pela agitação socialista. E os pequenos tentam chegar sua vez.<sup>176</sup>

Segundo Cardim dois fatos decisivos selaram a participação do Brasil nas relações exteriores. A obra do Barão do Rio Branco, principalmente, no acerto das questões fronteiriças, patrimônio básico da diplomacia brasileira contemporânea, e as primeiras participações no plano global da nova República, expressa na Segunda Conferência da Paz de Haia de 1907 e na Primeira Guerra Mundial, sendo que, em ambas, Rui Barbosa desempenhou importante papel. Vale frisar que a Segunda Conferência marcou a passagem de nossa política externa do exclusivo continental para o cenário mundial.<sup>177</sup>

No âmbito das relações internacionais, um ponto de destaque é a alternativa de aproximação entre Brasil e Argentina. Em artigo intitulado “*Brasil e Argentina*”, Rio Branco publicou no *Jornal do Commercio*, de 26 de setembro de 1908 a questão do atraso do Brasil

<sup>175</sup> Charge alusiva a comemoração dos 100 anos da realização da 2ª Conferência de Paz em Haia. Disponível em: [www.casaruibarbosa.gov.br/templat-01/default](http://www.casaruibarbosa.gov.br/templat-01/default). Acesso em: 03 mai. 2009.

<sup>176</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello e LACOMBE, Américo Jacobina. *Rui Barbosa*. São Paulo: Edições Isto É, 2001 p.183.

<sup>177</sup> CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., pp 22-26

na agenda externa. Para Rio Branco há uma necessidade imensa de o país se aproximar da Argentina, pois representam destinos comuns de civilização e cultura, sendo os maiores representantes na América Latina. Fica clara, nossa ansiedade em estar revendo nosso lugar no âmbito externo, procurando como caminho inicial, ligações diplomáticas com a Argentina: “[...] nós vivemos fora da realidade da política internacional de hoje, em plena ilusão, a que o passado nos habituou. Longo tempo a América do Sul esteve entregue a si mesma, fez e desfez nacionalidade, ergueu e matou a liberdade, armou e extinguiu o despotismo, estabeleceu preponderâncias e supremacias, perfeitamente independente em matéria internacional.”<sup>178</sup>



179

A escolha de Rui para representar o Brasil em Haia foi um tanto quanto polêmica. O Chanceler Rio Branco havia indicado Joaquim Nabuco devido ao seu grande prestígio nacional. Todavia, o jornal “*Correio da Manhã*”, lançou a candidatura Rui Barbosa”, que teve uma grande aceitação nacional. Diante disso, Nabuco recuou admitindo ser Rui Barbosa um nome forte para tal intento. Diante disso, Rui foi convidado por Rio Branco para representar o país. Propositalmente, Rui levou quarenta e dois dias para aceitar o convite de Rio Branco, feito em nome do presidente Afonso Pena.

Quando Rui chegou a Haia, no contexto político do presidente Afonso Pena, o país havia começado a dar provas de sua capacidade modernizadora. Ocorreu uma grande

<sup>178</sup>Artigo publicado por Rio Branco em *O Jornal do Commercio* no dia 26 de setembro de 1908.

<sup>179</sup> Delegação brasileira para a 2ª conferência Internacional de Paz em Haia Holanda, presentes nesta imagem, o Embaixador Brasileiro na Conferência Rui Barbosa e o Marechal Hermes da Fonseca. Disponível em: [www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/governo-a](http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/governo-a). Acesso em: 03 mai. 2009. Os nomes dos participantes encontram-se em nota anterior do nosso trabalho de pesquisa.

transformação da capital, a extinção da peste, da varíola e da febre amarela. Na economia, a inflação do “*Encilhamento*”, da fase final do século XIX, fora vencida pelo empréstimo de estabilização denominado *funding-loan* e pela energia recessiva do governo Campos Sales. O café supria as necessidades do câmbio estável e o novo porto do Rio de Janeiro melhorava o comércio internacional. O programa de reaparelhamento naval de Afonso Pena respondia à rivalidade Argentina e o desenvolvimento técnico e industrial se exibia na Exposição Nacional de 1908, centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Em suma, o otimismo e a confiança percorriam o país.

Um dos pontos marcantes que levou a projeção política de Rui, em Haia, foi o conflito dele com o delegado russo De Martens, em 12 de julho de 1907. O delegado criticava um discurso de Rui, que tinha um determinado perfil de política. Rui fez uma tréplica improvisada e argumentou que a política, no sentido lato e menos partidário da palavra, era um assunto imprescindível a quaisquer nações, que prezam pelo liberalismo democrático. Foi a partir desse acontecimento que nossa personagem selou sua presença, sinalizando que daria um bom trabalho aos seus possíveis adversários verbais.

[...] seria... justo acolha o meu discurso, como o acolheram, com a solene advertência de que a política não é mais matéria proibida, como se eu achasse de transgredir essa regra?

[...] Não nos esqueçamos de que Sua Majestade o imperador da Rússia, no seu ato convocatório da Conferência de Paz, expungiu formalmente do nosso programa as questões políticas. Mas essa interdição, obviamente só visara a política militante ... a que resolve, agita e desune os povos nas suas relações internas ou nas suas relações internacionais, nunca a política encarada como ciência, a política estudada como História, a política explorada como regra moral.... considerada nessa acepção a política, acaso no-la poderiam tolher? Não, senhores.<sup>180</sup>

É evidente que Rui utilizava-se de sua capacidade de eloquência para registrar seu papel na Segunda Conferência de Paz em Haia. Além de De Martens seus principais adversários foram Choate dos Estados Unidos, Leon Bourgeois, da França, o poderoso Marchallvon Biebernstein da Alemanha e Drago, da Argentina.

Outro aspecto de relevância política na carreira de Rui Barbosa foi quando Rio Branco e Afonso Pena pediram a Rui para votar contra a aprovação da “*Doutrina Drago*”, formulada pelo diplomata argentino Luís Maria Drago. Tal doutrina negava o direito de uso da força para a cobrança das dívidas de um país junto a credores de outro. Os demais países da América Latina, altamente endividados, uniram-se na defesa dessa doutrina, que aliás

<sup>180</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello e LACOMBE, Américo Jacobina. Op.cit., p.191.

surgira a partir de uma intervenção européia na Venezuela para cobrar dívidas desse país. Teve uma repercussão negativa tal postura do Brasil. Porém, Afonso Pena e Rio Branco tinham o interesse em não contrariar os credores de que o Brasil, tanto dependia.

Entre as campanhas travadas por Rui em Haia, destaca-se a crítica à composição do Tribunal Internacional que, então, criava-se para regulamentar as “*Presas Marítimas*”.

O questionamento levantado por Rui era que alguns países periféricos, como o Brasil e Cuba, tinham pouca representação. Em contrapartida, outras nações, que tinham uma Marinha muito menor ou que nem sequer tinham litoral, apresentavam maior representatividade no Tribunal de Presas Marítimas. Embora Rui tivera-se esforçado para fazer valer suas argumentações, o projeto das grandes nações acabou sendo aprovado. Mas é importante considerar que, mais uma vez, Rui se colocava na posição de um liberal democrático atento à questão da desigualdade entre as nações. Mais uma vez comprovamos um dos elementos de sua modernidade política.

Posteriormente a grande atuação de Rui em Haia se deu quando ele atacou o principal projeto da Conferência: “*O Tribunal Permanente de Arbitragem*”. Segundo a proposta acertada entre as grandes potências européias e os Estados Unidos, os juizes desse tribunal seriam distribuídos entre as nações de modo proporcional à força militar de cada uma. A poderosa oratória de Rui propôs a igualdade das nações na representação do Tribunal Internacional. O resultado da discussão foi um projeto conciliatório que acabou levando o Brasil a decidir junto com EUA, Alemanha, Itália, França, Rússia e Império Austro-Húngaro o assunto. Rui não conseguiu aprovar seu modelo de um tribunal justo, baseado na igualdade entre as nações, mas conseguiu impedir a constituição de um tribunal injusto, destinado a perpetuar e potencializar as iniquidades do sistema internacional. O maior sucesso de Rui na Conferência de Paz em Haia foi, portanto, o fracasso da principal tarefa desse encontro.<sup>181</sup>

Rui Barbosa, ao defender o princípio da igualdade entre as nações, em Haia em 1907, colocou a política externa em outro eixo. Criticou o então vigente sistema internacional, mas de forma construtiva, e declarou que o Brasil assumia responsabilidades em sua reforma. Foi uma crítica de quem se reconhecia como um igual, um membro pleno da comunidade maior, e não pode se omitir. Abriu-se com generosidade para dar sua contribuição, mas via e apontava as iniquidades do quadro presente.<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op.cit. pp. 120-121. GONÇALVES, João Felipe. Op.cit., p.35-38. (Nota 2 ou 22)

<sup>182</sup> CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., p.109 o elogio de Afonso Celso a participação de Rui nas tribunas da Câmara e do Senado, que provavelmente foram as bases para sua grande representação política em Haia. “...Esse Rui assombrava como um fenômeno. Baixo, franzino, compleição mórbida, parecendo insuscetível do mais leve esforço e prestes a desfalecer, falava, duas, três, quatro horas, sem repousar, sem soluções de continuidade, sem

No aprofundamento da tese da igualdade entre as nações, Rui aproveitou o contexto para criticar qualquer modelo arbitrário de Estado. Rui jamais aceitou o culto ao Estado, pois temia que se formasse uma espécie de religião do poder. Sua tese era direcionada aos abusos de alguns Estados que se colocavam acima dos interesses dos indivíduos. Quando o Estado se coloca acima de todos os direitos ele perde sua natureza democrática. Rui criticou o superestado militarista, que abusou historicamente de pequenos Estados tendo o predomínio da força e negando a eficácia das sanções morais nas relações entre os povos. Provamos, assim, outro eixo de sua modernidade política corroborada pela natureza do liberalismo.

Rui foi um grande defensor dos Estados democratizados contra as teorias de Estado arbitrárias. Em documento “*O Direito Internacional*”, Rui defende a tese de que:

[...] não são os governos democratizados os que perturbam a paz do mundo. Os povos amam o trabalho, anelam a justiça, confiam na palavra, têm no mais alto grau o instinto da moralidade, aborrecem as instituições opressivas, simpatizam com o direito dos fracos. A democracia e a liberdade são pacíficas e conservadoras. As castas, as ambições dinásticas, os regimes arbitrários são os que promovem a discórdia, a malevolência e a desarmonia entre os Estados. A guerra contemporânea seria impossível se os povos, e não o direito divino das coroas, dominassem a política internacional.<sup>183</sup>



184

O último discurso de Rui, em Haia, foi uma despedida em grande estilo. Para concluir sua oração final, Rui Barbosa falou da necessidade de se convocar uma 3ª Conferência de Paz para continuar o trabalho de aprimoramento do direito das gentes.

---

se servir de uma nota, sem molhar a garganta, sem que um instante afrouxasse ou se empanasse o timbre de sua voz extensa e mordente”.

<sup>183</sup> Problemas do Direito Internacional. Cf. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp.122-181.

<sup>184</sup> Revista *O Malho* de 21 set. de 1907.

Escolhe, porém, como tema principal, o papel dos países da América Latina e da Ásia no novo cenário mundial que começa a se desenhar:

[...] vai por três anos que a Europa não divisava no seu horizonte político, além dos confins dela, senão os EUA como uma espécie de projeção européia e a só representação não transcurável do Ocidente. A Ásia e a América Latina eram apenas expressões mais ou menos geográficas, com uma situação política de complacência. Um belo dia, com assombro geral, descortinou-se ao oriente uma aparição tremenda. Era a nascença inopinada de uma grande potência. O Japão entrava ao concerto europeu pela porta da guerra, que forçara com a sua espada. Fomos chamados os Estados da América latina a entrar ao seio dele pela porta da paz. Nesta Conferência lhe acabamos de transpor os umbrais, e começastes a nos conhecer como obreiros da paz e do direito. Se, porém, nos vissemos desiludidos, se nos despedísseis desacorçoados, com a experiência de que é só pela força das armas que se mede a importância internacional, então, por obra vossa, o resultado da Segunda Conferência da Paz teria consistido em inverter para a guerra a corrente política do mundo, arrastando-nos a buscarmos nos grandes exércitos e nas grandes marinhas o reconhecimento da nossa posição real debalde indicada pela população, pela inteligência e pela riqueza.<sup>185</sup>

A Conferência terminou em outubro de 1907, mas até dezembro Rui ficou em Paris e recebeu homenagens da colônia brasileira que morava na região. Em “Obras Avulsas-1” da FCRB, publicado no ano de 1962, encontra-se o discurso que Rui proferiu em Paris a 31 de outubro de 1907, cujo conteúdo expressa claramente os ganhos que a América Latina teve em tal Conferência, bem como a afirmação da legitimidade do Brasil colocando suas posições políticas frente a frente com as “grandes nações”.<sup>186</sup> Nesse ponto, encontramos mais uma forte elemento de sua modernização política em defesa da igualdade entre as nações, como comprovamos anteriormente em documento descrito.

Chegando ao Brasil foi homenageado em várias cidades, especialmente em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, recebendo o emblema de herói nacional. Nesse contexto fica clara a produção intensa do “*Mito do Nacionalismo*”.<sup>187</sup> A imprensa brasileira contribuiu intensamente para a fabricação desse mito divulgando a expressão alusiva a Rui: “*O Águia de Haia*”.<sup>188</sup> O próprio Barão do Rio Branco supervisionava os jornais para garantir uma cobertura apropriada dos eventos da Conferência.<sup>189</sup>

<sup>185</sup> Cf. “Oração final em Haia”. In: CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., p.148.

<sup>186</sup> Cf. “A Conferência de Haia” In: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp. 976-989.

<sup>187</sup> GIRARDET, Raoul. Op. cit., pp. 20-57.

<sup>188</sup> Rui se encaixa na perspectiva de símbolo encarnado na lógica de que sua imagem produzida se desenvolveu a partir de fontes extrínsecas de informação, na qual a própria personalidade política de Rui foi construída pelos diversos interesses, levando, principalmente, em conta os padrões culturais da época em que ele viveu. Segundo Clifford Geertz, “tanto os símbolos chamados cognitivos como os chamados expressivos têm pelo menos uma coisa em comum: eles são as fontes extrínsecas de informações em termos das quais a vida humana pode ser padronizada – mecanismos extrapessoais para a percepção, compreensão, julgamento e manipulação do mundo.

Quando Rui voltou à atividade política no Brasil, em 1908, reassumiu a vice-presidência do Senado e retomou a velha amizade com Afonso Pena, o que abriria espaços para a reaproximação com Pinheiro Machado, pondo fim à rusga entre os dois acerca das questões sucessórias. Em outubro desse ano, Rui ainda foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras, celebrando o legado deixado pelo seu trabalho em Haia. Um acontecimento paralelo, nessa época, foi a homenagem que Rui prestou a Machado de Assis (1908), apresentando sua face de homem de boas tradições e ligado às letras de seu tempo: “Nunca ergui a voz sobre um túmulo, parecendo-me sempre que o silêncio era a linguagem de nos entendermos com o mistério dos mortos. [...] Não é o clássico da língua; não é o mestre da frase: não é o árbitro das letras, não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso; é o que soube viver intensamente da arte, sem deixar de ser bom.”<sup>190</sup>

Foi nesse contexto que Rui se encantou com a possibilidade de ser presidente da República. Porém, Afonso Pena acabou indicando para seu sucessor o ministro da fazenda David Campista, o que levou Rui a romper relações políticas com Afonso Pena.

Uma das repercussões de Haia foi a consagração de Rui para membro da *Segunda Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia* (1921). Dos juízes eleitos, Rui foi o que obteve a mais alta votação, em reconhecimento àquele que se batera por um critério justo na composição do tribunal que, enfim, se estabelecia.

Pretendendo fazer uma espécie de balanço sobre a importância de Rui em Haia, a resposta de Cardim ao cientista social Hélio Jaguaribe sobre a questão foi extremamente perspicaz e vale as pena frisarmos aqui para concluirmos esta parte de nosso trabalho. A indagação de Jaguaribe foi respondida por Cardim, tendo como princípios norteadores as seguintes colocações:

O Brasil era considerado, em 1907, “uma República de quinta categoria”, conforme exposto no livro de Percy F. Martin. O País cometeu um grave erro diplomático ao recusar o convite feito para participar da Primeira Conferência Internacional da paz em Haia, em 1899. Brasil e México foram os únicos países latino-americanos convidados para o conclave. O México aceitou o convite e participou da

---

Os padrões culturais – religioso, filosófico, estético, científico, ideológico – são programas: eles fornecem um gabarito ou diagrama para a organização dos processos sociais e psicológicos, de forma semelhante aos sistemas genéticos que fornecem tal gabarito para a organização dos processos orgânicos.” Cf. GEERTZ, Cliford. Op. Cit. pp.34-78.

<sup>189</sup> Cf informações detalhadas sobre a Segunda Conferência de Haia In LACERDA, Virgínia Côrtes de; REAL, Regina Monteiro. Rui Barbosa em Haia- cinquentenário da Segunda Conferência de Haia ( 1907-1957). FCRB. Rio de Janeiro. 1957. O documento informa os nomes dos delegados presentes em Haia, a relação dos países que participaram da Conferência, trechos de discursos de Rui Barbosa e a cronologia de cada dia da Segunda Conferência e outras informações valiosas.

<sup>190</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello e LACOMBE, Américo Jacobina. Op.cit., p. 200.

conferência. Rio Branco, que assumira o Ministério das Relações Exteriores em 1902, tinha, entre suas prioridades, abrir a diplomacia para um cenário internacional mais amplo do que a política regional. O Brasil já tinha alcançado um status que lhe permitia e o obrigava a atuar na política internacional. Vale destacar, ainda, que Rui chegou em Haia praticamente desconhecido. Nas primeiras semanas, Rui marcou pelos longos discursos que lhe valeram o apelido de Mr. Verbosa. Com o transcorrer da Conferência, suas intervenções foram sendo mais ouvidas e respeitadas. Sua cultura jurídica foi reconhecida. O Brasil se apresentava como um delegado culto e humanista, com uma mensagem universal, e na paróquia. Ao final do conclave, Rui, que começara desconhecido e mal reputado, alcançou, no difícil jogo diplomático da Conferência em que preponderavam representantes dos Estados Unidos, França, Alemanha, Rússia e Inglaterra, um lugar de real importância. Em publicações não-brasileiras sobre a Segunda Conferência de Haia, Rui é lembrado com destaque, junto com alguns poucos outros nomes como os expoentes da reunião.<sup>191</sup>

Nossa visão sobre as contribuições de Rui na Segunda Conferência da Paz de Haia vai ao encontro das ideias apresentadas por Cardim. Rui, de fato, colaborou para fortalecer a imagem pública do país em termos de política internacional, canalizando nosso emblema de liberalismo democrático e encaixando o Brasil como uma Nação articuladora de grandes possibilidades de construção de uma República de futuras projeções, para garantia das liberdades públicas. Seria um estímulo para começarmos a pensar o que somos e o que estamos fazendo para construir uma nova ordem social e política, alicerçada nos pilares iluministas de “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”. Sabemos, contudo, que poderíamos descortinar os vícios dos jogos políticos das oligarquias e, na medida do possível, amenizar a desigualdade social existente da República Oligárquica. Estavam lançados alguns desafios.

Em discurso proferido por José Almino de Alencar, na abertura do Seminário de 100 anos da Segunda Conferência da Paz em Haia, o legado de Rui Barbosa ainda ficara evidente naquela ocasião, por mais que nossa visão sobre Rui não pretenda enfatizar sua mística de herói nacional, de forma exacerbada. Mas o documento abaixo mostra a importância de Rui para os especialistas no assunto.

Em torno dessa Conferência, a despeito das diferentes interpretações sobre a sua real importância política e do sentido contemporâneo que a ela podemos atribuir, ampliou-se, firmou-se e, digamos assim, perpetuou-se parte significativa da mitologia popular sobre o nosso patrono. Se, por acaso, fôssemos levados a fazer um exercício de livre associação com o seu nome, tenho certeza que uma maioria entre nós ligaria o nome de Rui, se não à Conferência, pelo menos ao nome da cidade. Águia de Haia disseram a imprensa e os seus contemporâneos e Águia de Haia ficou: o epíteto entrou nos manuais escolares, reproduziu-se periodicamente em manifestações públicas, fixou-se na memória do povo. E poderíamos, talvez, associar a elaboração deste mito a um período em que a nossa primeira República –

<sup>191</sup> CARDIM, Carlos Henrique. Op.cit., pp.182-183.

a República Velha, tendo ultrapassado os conflitos e percalços iniciais, portanto já assentada e mais segura de si – tecia os seus mitos e construía o seu panteão de heróis, em contraposição à história imperial do século XIX, que era vista como um prolongamento da nossa experiência colonial, uma espécie de desdobramento local do que havia sido o Reino Unido.<sup>192</sup>



193

## 2.4 Considerações finais

Nesse capítulo, foi possível comprovar a importância dos discursos liberais e modernizadores de Rui Barbosa, bem como sua prática política a partir dos principais eventos em que ele marcou suas posições políticas. À luz de uma vasta documentação entrecruzamos suas ações na vida pública brasileira e as correlacionamos com as teorias, sendo manifestadas, no texto, de acordo com as necessidades explicativas.

Rui Barbosa celebrou, em nossa história política, sua capacidade de eloquência e de articulação de diversos interesses no projeto de construção de nossa República. Sem dúvida, suas ideias estavam no lugar, podendo se estabelecer no âmbito do discurso liberal os entrelaçamentos com a realidade escravocrata de fins do século XIX. Com o advento da República, o Brasil entrou numa nova fase de sua história, que foi lembrada de maneira mais forte pelos historiadores como período de forte exclusão política e social.

As práticas coronelísticas, a articulação da *Política dos Governadores* e a disputa pela esfera federal entre os estados hegemônicos geraram um ambiente de predomínio das

<sup>192</sup> Disponível em: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 10 abr. 2009.

<sup>193</sup> Disponível em: [www.academia.org.com.br](http://www.academia.org.com.br). Acesso em: 01 mai. 2009.

oligarquias, que alijaram o povo do processo das decisões políticas, porém não abafando as lutas pelas resistências em prol da cidadania.

O grupo ao qual Rui estava relacionado, como dissemos, foi denominado de “*liberais cientificistas*”, que fizeram suas defesas políticas em torno do progresso material, da separação entre Igreja e Estado, da valorização do Parlamentarismo, do reformismo educacional, do discurso assistencialista aos desamparados, da aceitação e defesa da Democracia como culminação do processo liberal de ampliação do sufrágio, da luta incansável a favor do federalismo, do abolicionismo imediato e da aceitação do liberalismo econômico, quanto às funções do Estado, comércio livre, com ênfase no valor do trabalho, da riqueza e da indústria no país.

Vimos também o quanto Rui compartilhava de algumas ideias de Tavares Bastos e Tobias Barreto, que jamais preteriram os ideais de liberdade na defesa da descentralização administrativa no Brasil. De fato, Rui Barbosa, assim como Tavares Bastos e Tobias Barreto, segundo nos informou Ricardo Vélez Rodriguez, foram influenciados pelo liberalismo *tocquevilliano*.

A marca mais contundente herdada de *Tocqueville* foi a defesa incondicional da liberdade em face de qualquer tipo de Estado centralizador. Em torno desse aspecto outros elementos foram também fundamentais como a questão da livre-iniciativa, do *self-government*, da democratização do sufrágio, da descentralização administrativa, da luta contra a escravidão, da defesa das minorias e da liberdade de imprensa.

A nossa grande fonte de inspiração para compreendermos, não o contexto da formação da República, mas o processo da República Oligárquica foi o trabalho desenvolvido por Cláudia Viscardi, que nos abriu possibilidades para enxergar frestas nas alianças articuladas pelas elites e compreendermos melhor de que forma se deu a instabilidade na Primeira República. Rui calculava seus ganhos e se ajustava às diferenças de acordo com os contextos, como mostramos em diversas situações de sua história.

Procuramos analisar a participação política de Rui, a partir dos documentos e de algumas de suas atitudes. Rui se empenhou na defesa da Lei Saraiva procurando defender a moralidade do processo político na monarquia brasileira. A sua defesa em favor da eleição direta, do direito de voto e elegibilidade dos libertos, aos estrangeiros naturalizados e aos não católicos, garantiu seu cartão de visitas no processo de transição da Monarquia à República.

Na sua fase abolicionista, Rui foi o grande defensor do “*Projeto Dantas*” que visava emancipar obrigatoriamente os escravos com mais de 60 anos. Também foi articulador das críticas a Lei dos Sexagenários e defensor das liberdades individuais contra o escravismo.

Talvez uma de suas grandes bandeiras tenha sido a luta pelo federalismo, como explica Ricardo Vélez Rodrigues. Rui não se enquadrava no federalismo radical defendido por Júlio de Castilhos, mas sim no federalismo moderado, que significava uma certa autonomia aos organismos participantes dos regimes constitucionais fundamentados na premissa da descentralização administrativa. Rui como redator da Constituição de 1891, inspirou-se na Constituição norte-americana e sugerindo o novo nome do país: República dos Estados Unidos do Brasil.

Foi ousado no que tange ao processo de modernização econômica, implantando uma política de forte emissão de moeda sem o lastro-ouro necessário, a qual mais tarde foi denominada de “*Encilhamento*”. Segundo Boris Fausto a medida mais importante foi a que conferiu a alguns bancos a faculdade de emitir moeda. O papel fundamental coube ao banco emissor do Rio de Janeiro, o Banco dos Estados Unidos do Brasil. As iniciativas de Rui Barbosa concorreram para expandir o crédito e gerar a ideia de que a República seria o reino dos negócios. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantasmas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente. Sem dúvida, o Encilhamento não deixou boas lembranças

No início de 1891 veio a crise, com a derrubada do preço das ações, a falência de estabelecimentos bancários e empresas. O valor da moeda brasileira, cotado em relação à libra inglesa, começou a despencar. É possível que para isso tenha concorrido um refluxo na aplicação de capitais britânicos na América Latina, após uma grave crise financeira na Argentina (1890). Por mais que as consequências do Encilhamento tenham sido desastrosas, Rui foi ousado ao propor uma política visando o aceleração do processo de industrialização no país.

Rui defendeu com fervor a separação entre Igreja e Estado colaborando para o fim do regime de padroado e instaurando a perspectiva da laicização cultural no Brasil.

Foi grande colaborador e defensor da soberania nacional, na famosa “*Questão do Acre*”, lutou pela legitimidade territorial brasileira contra as pretensões da Bolívia. Envolveu-se na famosa Revolta da Vacina, à medida que questionou publicamente a “*A Lei de Vacinação Obrigatória*”, aproveitando a ocasião para levantar suas ilustres bandeiras em prol das liberdades individuais. Rui deixou claro que o Estado não poderia obrigar os cidadãos a se vacinarem, uma vez, que no plano jurídico-político todos os homens devem escolher se vão ou não se vacinarem. É o princípio do livre arbítrio típico da doutrina liberal.<sup>194</sup>

---

<sup>194</sup> Thomas Skidmore ponderou que a renovação do centro da cidade foi acompanhada por uma ampla campanha de saúde pública, supervisionada pelo notável administrador médico Oswaldo Cruz. “[...] a meta principal da

Sem sombra de dúvida, seu envolvimento na Segunda Conferência de Haia consolidou sua postura liberal no exterior e reforçou sua imagem de homem público defensor dos interesses democráticos no Brasil. Rui ao defender a igualdade das nações contra o Tribunal Permanente de Arbitragem selou sua legitimidade enquanto defensor dos princípios liberais e democráticos.

Ao voltar ao Brasil foi extremamente homenageado ficando conhecido como “*Águia de Haia*”, portador dos interesses da liberdade e defensor da soberania nacional, evidentemente tendo um grande apoio de Rio Branco, grande colaborador da imagem heróica de Rui na Imprensa. Rui procurou se aproximar de dois grandes políticos nesse contexto: o presidente Afonso Pena e o caudilho Pinheiro Machado.

Como afirmou João Felipe Gonçalves, devido ao fato de Rui estar próximo de Afonso Pena ele esperava ser candidato à presidência da República. Porém, com a morte de João Pinheiro, governador de Minas, Pena indicou para seu sucessor o ministro da Fazenda, David Campista, o que levou Rui a romper relações políticas com o presidente. Começava assim as bases históricas que levariam ao processo que estudaremos a seguir, denominado Campanha Civilista de 1910.

---

campanha era a erradicação do mosquito *Aeds*, transmissor da febre amarela (o presidente Rodrigues Alves perdera um filho com a doença). Isso exigia a eliminação ou o tratamento de toda água parada onde os mosquitos pudessem se reproduzir. A campanha despertou apaixonada oposição quando os funcionários da saúde (apelidados de mata-mosquitos) passaram a ir de porta em porta. **Uma campanha simultânea exigindo vacinação contra a varíola provocou uma oposição ainda mais forte, causando o adiamento do início da vacinação por cinco anos. Os positivistas eram os opositores mais ferrenhos, especialmente da vacinação compulsória, que ia contra seu conceito de liberdade individual.**”(Grifos nossos) Cf. SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p. pp.67-94.



**Legenda: O Povo de Belo Horizonte acclamando o candidato civilista em frente ao Grande Hotel.  
A typografia pôde mentir; a photographia não.**

*(OESP - Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo / reprodução José Rosael.)*

195

<sup>195</sup> Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 01 mai 2009.

## CAPÍTULO 3 - A CAMPANHA CIVILISTA DE 1910

### 3.1 Origens da Campanha Civilista e sua posteridade imediata



196

Entende-se por “campanha civilista” a campanha política desempenhada por Rui Barbosa contra o militarismo representado pela figura de Hermes da Fonseca, no pleito eleitoral de 1910. Do ponto de vista histórico mais amplo, foi a primeira vez em que realmente se disputaram eleições para chefia do Estado brasileiro. Como afirma Carlos Peixoto foi: “[...] a primeira tentativa de aglutinação política da nação em torno de um candidato que, viajando pelo país, levava a toda parte o seu programa governamental, em verdadeiro diálogo com o povo. Também aqui se iniciou dos processos democráticos, pela escolha do candidato em convenção partidária, pelo exame de uma plataforma de governo, pela influência da imprensa e do esclarecimento direto da opinião pública, por campanhas e excursões políticas.”<sup>197</sup>

Em linhas gerais, sabemos que a Primeira República se colocou numa lógica federativa da incerteza da sucessão presidencial. Segundo *Otávio Soares Dulci*, em sua análise de apreciação do trabalho de *Viscardi* no livro “*Teatro das Oligarquias*”, a cada

<sup>196</sup> Disponível em: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 20 abr. 04 2009

<sup>197</sup> BRITTO, Carvalho. *O civilismo em Minas*. Rio de Janeiro. Ed. FCRB, 1949. p.11.

quatro anos a hegemonia tinha que ser recomposta. Isso se fazia por meio de estratégias de maquinações políticas em circuito fechado.<sup>198</sup>

Conversações entre os protagonistas, os chefes das oligarquias estaduais tinham lugar em esquemas que eram engendrados para atrair aliados e afastar competidores. Havia aproximações, reaproximações, vetos e retaliações, não só entre pessoas e grupos, mas entre estados, como parte de um jogo de xadrez geopolítico. Assim, a instabilidade era condição para o relativo equilíbrio do jogo das oligarquias.<sup>199</sup>

A partir das considerações expostas anteriormente procuramos enxergar as diversas possibilidades políticas no âmbito da campanha civilista e nos seus efeitos imediatos. Afonso Pena, ao invés de indicar seu amigo, Rui Barbosa, para ser seu sucessor indicou o ministro da Fazenda, David Campista. Porém, tal indicação não agradaria Pinheiro Machado, que em tais circunstâncias perderia sua posição de “*eminência parda*” do regime. Com a morte de João Pinheiro, Pinheiro Machado<sup>200</sup> passa a articular a candidatura apoiada por jovens oficiais do Exército representada pela figura de Hermes da Fonseca.<sup>201</sup>

---

<sup>198</sup> Antes de mais nada visando facilitar nossos estudos propusemos uma cronologia da Campanha Civilista.

**Campanha civilista em 1909:**

- 19 de maio – Hermes declara-se candidato à presidência.
- 22 de maio – A Convenção dos Congressistas homologa a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, dando-lhe foros de escolha nacional.
- 14 de junho – Morre Afonso Pena.
- 23 de Junho - Rui Barbosa renuncia à vice-presidência do Senado.
- 23 de julho – Rodrigues Alves recusa o convite de Nilo Peçanha para se candidatar à presidência da República.
- Agosto: É proclamado candidato à presidência da República, na Convenção Nacional.
- 3 de outubro – Realiza-se no Teatro Lírico, a Convenção das Municipalidades., na qual Rui Barbosa e Albuquerque Lins são proclamados candidatos, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República. Nesse período ocorreu a excursão eleitoral ao Estado de São Paulo.

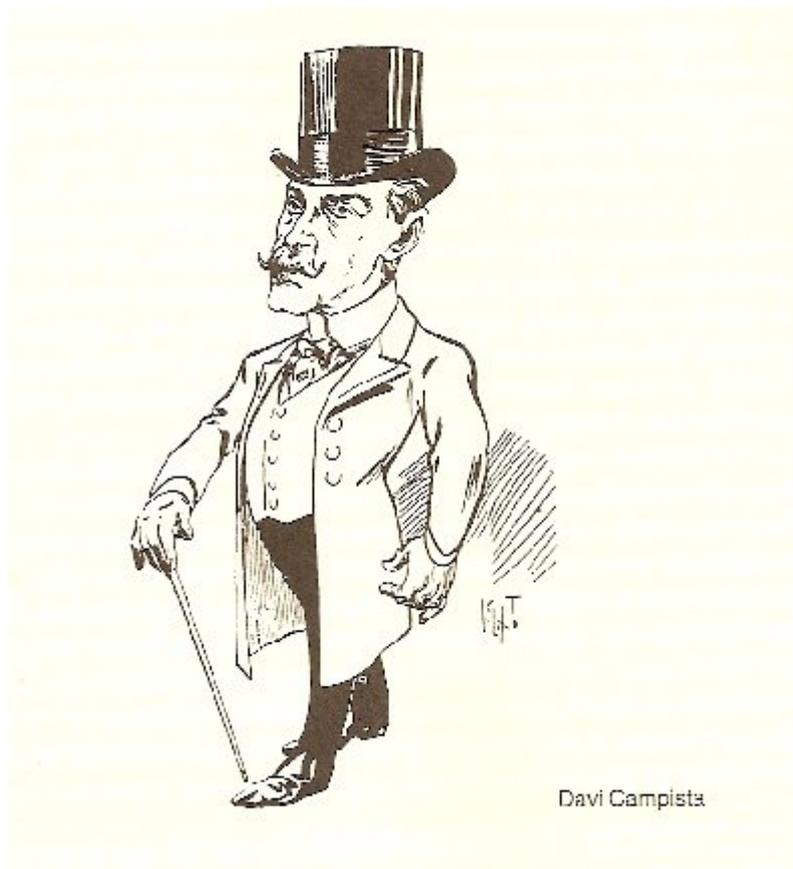
**Campanha civilista em 1910:**

- Excursão eleitoral aos Estados da Bahia e Minas Gerais.
- 1º de março – Apresenta ao Congresso Nacional uma memória contestando a apuração da eleição para presidente e vice-presidente da República.
- Hermes da Fonseca, logo em seguida, é declarado eleito. Rui lhe faz sistemática oposição. Cf IN site da FCRB – A cronologia da Campanha Civilista está, Disponível em: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso:

<sup>199</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias*. Ed. C/ Arte. Belo Horizonte, 2001. p. 13

<sup>200</sup> A caricatura é extraída de *O Malho*. Coleção Álvaro Cotrim ( Cf. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: J. Olympio e São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973, vol. 2, p.543).

<sup>201</sup> Afastando-se dos principais coronéis mineiros, João Pinheiro sustentava politicamente Afonso Pena, cerrando esforços ao lado dos líderes do Jardim da Infância, com a pretensão de ser indicado pelo Catete à sucessão de Afonso Pena. Não tardou a associação de interesses entre os velhos coronéis do PRM e o Bloco em oposição ao Jardim da Infância. Esta oposição manifestou-se em variadas ocasiões, ao longo da gestão de A. Pena, mas teve como corolário final a sua sucessão. A precoce morte de João Pinheiro interrompera-lhe as pretensões, recaindo a escolha sobre o nome de David Campista, político da zona da mata mineira, ligado ao Jardim da Infância e Ministro da Fazenda de Afonso Pena. Muito embora tivesse o apoio dos paulistas - trocado pela concessão do endosso ao empréstimo que viabilizaria a realização do Convênio de Taubaté - a candidatura não conseguiu decolar em razão da conjunção de dois fatores. O primeiro, foi o veto interno, que partiu das hostes do PRM. O segundo foi o veto externo, que partiu dos estados que compunham o Bloco, já comprometidos com a indicação da candidatura militar de Hermes da Fonseca. Cf VISCARDI, Cláudia. M. R.



202

A juventude militar, sempre descontente com os governos civis, lançou de forma independente a candidatura Hermes, que era sobrinho de Deodoro e ministro da Guerra de Afonso Pena, em maio de 1909. Rui não concordava de forma alguma com essa candidatura, mas apesar da oposição contundente, Pinheiro Machado considerava Hermes o candidato ideal. E resolve acelerar o processo.<sup>203</sup>

---

Minas de Dentro para Fora: A Política Interna Mineira no Contexto da Primeira República. *Revista Locus*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 89-99, 1999.

<sup>202</sup> Disponível em: [www.casarui Barbosa.gov.br](http://www.casarui Barbosa.gov.br). Acesso em: 10 abr. 2009.

<sup>203</sup> Giovanni Stroppa Faquim em belíssimo trabalho em sua dissertação de mestrado “*Políticos da Nova Raça: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República*” compartilha com várias de nossas ideias em relação a postura política de Rui no âmbito da Campanha Civilista. O texto merece ser lido na íntegra, como o disponibilizaremos pelo menos uma parte aqui: “Definitivamente afastados das forças gravitacionais do sul de Minas, diversos personagens, identificados à Zona da mata, se filiaram à candidatura civilista de Rui Barbosa, à exceção de João Luís Alves que, por conveniências regionais (era do Sul de Minas), filiou-se ao hermismo. Rapidamente ficaria clara a tônica pela qual os civilistas conduziram a campanha presidencial: a força contra a inteligência. Tão logo iniciassem a criação da plataforma de governo os civilistas teriam que se posicionar frente aos rumos econômicos exigidos pelo país. Esforçariam-se bastante para eliminar a imagem negativa da crise do Encilhamento herdada por Rui Barbosa quando de sua passagem pelo Ministério da Fazenda durante a administração do tio de Hermes, Marechal Deodoro da Fonseca. Irineu Machado, deputado pelo Distrito Federal e presidente da comissão de Campanha Civilista defenderia os anos de política emissionista empenhadas por Rui. Apesar das claras conseqüências advindas dessa prática que trariam instabilidade a profunda depreciação cambial – com a conseqüente pressão sobre o endividamento externo, as emissões foram tratadas durante a campanha de Rui como única solução possível no momento. Além das defesas do candidato, sobravam ataques a Hermes da Fonseca.” Cf. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, no ano de 2007 apreciada pela orientadora Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Cf também a



204

Pinheiro Machado reuniu-se com quatro políticos do estado-maior, cuja composição era preenchida por dois aliados de Rui, Azeredo e Glicério, e por outros dois comprometidos em apoiar Hermes. Formava-se o impasse cabendo a Pinheiro decidir. Rosa e Silva, adversário de Rui, colaborou muito para que Rui não tivesse nenhuma chance à candidatura e fez um pronunciamento favorável a Hermes. Segundo Afonso Arinos, o início da Campanha Civilista é uma carta que Rui envia a Azeredo e Glicério. Os dois amigos, embora votando por Rui na reunião da cúpula que decidiu fechar com a candidatura Hermes, ficaram ao lado de Pinheiro. O velho chefe sabia manipular seus companheiros garantindo a hegemonia do líder gaúcho.<sup>205</sup>

---

definição que Viscardi faz sobre o “Jardim da Infância” – grupo que servia de sustentáculo ao governo Pena, no Executivo e Legislativo Federais. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. (nota 212), p.183.

<sup>204</sup> Disponível em: [www.historianet.com.br](http://www.historianet.com.br). Acesso em: 20 abr. 2009.

<sup>205</sup> Confira a seguir: Caricatura de Pinheiro Machado. Klixto, publicado originalmente em *O Malho*, Rio de Janeiro (Cf. VIEIRA, José de Araújo. *A cadeia velha: memória da câmara dos deputados*. Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC, 1980, p. 92.)



206

Rui se voltou contra Hermes e contra o candidato a vice-presidência, Venceslau Brás, mais uma vez levantando a bandeira do credo civilista e liberal contra a solução armada. “Preferia ser derrotado na defesa dessas idéias, pois assim, vencidos, teríamos a consolação de o ser com honra, o que é muito do que vencer sem ela e de salvar os princípios, que se devem salvar para sempre, ainda quando se perca tudo o mais [...] São compromissos que representam minha vida inteira.”<sup>207</sup>

Na famosa “*Carta de Bronze*”, de 19 de maio de 1909, Rui elogiava exaustivamente Hermes da Fonseca e deixava claro que era o militar e não o cidadão, que se candidatava e, portanto, sua eleição seria uma verdadeira intervenção militar na vida política. Rui não era contra os militares, mas contra o militarismo, que corrompia tanto as Forças Armadas quanto a democracia. No mesmo mês de maio, David Campista, diante da pressão política, retirou sua candidatura.<sup>208</sup> Com a morte repentina de Afonso Pena, em junho, assumiu a presidência

<sup>206</sup> Apud.

<sup>207</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello e LACOMBE, Américo Jacobina. Op.cit., p. 200.

<sup>208</sup> É conhecido o fato que deu origem à intensa disputa eleitoral em 1910. O veto à candidatura do mineiro David Campista, capaz de agregar os apoios dos estados de Minas e São Paulo, dividiu as bases de sustentação da presidência Afonso Pena (chamado “bloco”) em dois grupos opostos. É natural que as bases de sustentação do nome de Campista (os políticos ligados ao grupo “jardim da infância”) não se conformassem com a indicação da candidatura de Hermes e a ela se opusessem. Daí explicar-se a importância e dinamicidade do civilismo em Minas. No que diz respeito à oposição política entre as duas regiões cafeeicultoras mineiras, ela se funda em dois pilares. O primeiro é muito simples. Os modelos de cafeeicultura das duas regiões eram bastante distintos, dificultando a sedimentação de interesses econômicos comuns. O segundo mais simples ainda. David Campista

seu vice, o fluminense Nilo Peçanha, um grande aliado de Pinheiro Machado. A chapa Hermes agora era oficial não só de fato, mas também de direito. Rui repudiou imensamente o militarismo e valorizou a campanha civilista como forma de expressar suas convicções políticas:

[...] como ao fiat dos livros sagrados, vimos de repente surdir aqui toda uma criação inesperada. A palavra baixou ao seio do nosso caos, e dele saiu a idéia, a harmonia, a solidariedade. Éramos fraqueza, dispersão, inércia. Somos hoje força, coletividade, resolução. Pela primeira vez uma eleição presidencial se anuncia com o concurso real do povo. Ponto por ponto se está realizando o que eu antevia na minha carta de 19 de maio, quando ao repelir a candidatura militar, disse que apelássemos para as urnas, teríamos, nesta terra, o primeiro exemplo de uma luta nacional pela eleição de presidente.<sup>209</sup>

Os grupos dissidentes, ou seja, as oposições estaduais e as situações baiana e paulista convocaram a famosa “*Convenção de agosto de 1909*”,<sup>210</sup> que tentou articular os nomes de Rodrigues Alves, Rio Branco e Rosa e Silva. Porém, nenhum deles aceitou perder para Hermes, no momento em que os paulistas ainda rechaçavam a candidatura de Rui à presidência. Como a situação não se resolvia, membros da oligarquia paulista procuraram José Marcelino para que ele tentasse convencer Rui a lançar sua candidatura. Dessa forma, Rui acabou sendo beneficiado e a “*Convenção de 1909*” indicou para vice o governador de São Paulo, Albuquerque Lins.<sup>211</sup> O resultado da Convenção pode ser conferido nos dois quadros a seguir.<sup>212</sup>

---

era uma das mais destacadas lideranças políticas da Zona da Mata. E Wenceslau Brás, candidato a vice na chapa de Hermes, era do Sul de Minas. As duas regiões encontravam-se representadas em lados opostos. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico*. :Disponível em: [www.mestradohistoriaufff.br](http://www.mestradohistoriaufff.br). Acesso em: 03 fev. 2009. pp.5-13.

<sup>209</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 307.

<sup>210</sup> Segundo Viscardi alguns setores de Minas gerais aderiram ao civilismo. Cerca de 70 municípios mineiros compareceram à Convenção que escolheu Rui Barbosa. Dos 37 deputados mineiros, cinco aderiram à candidatura de Rui. Entre eles estava a ala mineira do Jardim da Infância, liderada por Carlos Peixoto. Juiz de Fora e Belo Horizonte somaram grande apoio à campanha civilista. Dois importantes jornais do Estado conferiram seu apoio a Rui Barbosa: “O Pharol” e o “Correio de Minas”. À adesão mineira ao civilismo, Rui atribuiu a expressão “o estouro da boiada”, com o objetivo de caracterizar as dissidências internas mineiras, não totalmente controladas pela poderosa tarasca. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. (nota 212), p.207.

<sup>211</sup> Manuel Joaquim de Albuquerque Lins nasceu em São Miguel dos Campos, em 1852, São Paulo. Foi governador do estado de São Paulo entre 1908 e 1912. Nascido no interior de Alagoas, formou-se na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1877. Nos últimos anos do Império foi deputado provincial em 1888 e presidente da Província do Rio Grande do Norte em 1889. Já em São Paulo, foi vereador da câmara municipal de 1899 a 1901, presidindo-a nesse período. Torna-se senador do Estado em 1901, permanecendo no cargo até 1904. Depois de ocupar a Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado (1904 a 1907) e exerceu mandato como presidente do Estado durante o período de 1908 a 1912. Graças aos preços favoráveis do café no mercado internacional conseguiu despontar como um dos maiores presidentes do Estado, construindo edifícios, expandindo o sistema de armazenamento da rede escolar, criou o ensino técnico agrícola e a Diretoria Geral de Instrução Pública, em substituição à Inspeção do Ensino. Deu continuidade à construção do Instituto Butantã, iniciou a construção do Hospital de Isolamento de Santos e deixou o estado com grande superávit

<b>Rui Barbosa</b>	<b>482 votos</b>
<b>Joaquim Murтинho</b>	<b>19 votos</b>
<b>Assis Brasil</b>	<b>14 votos</b>
<b>Fernando Lobo</b>	<b>7 votos</b>
<b>Rodrigues Alves</b>	<b>4 votos</b>
<b>Campos Sales</b>	<b>1 voto</b>
<b>Hermes da Fonseca</b>	<b>1 voto</b>
<b>Albuquerque Lins</b>	<b>1 voto</b>

**Quadro 1:** Resultado da Convenção de 1909 para a Presidência da República

<b>Albuquerque Lins</b>	<b>486 votos</b>
<b>Carlos Peixoto</b>	<b>5 votos</b>
<b>Carvalho Brito</b>	<b>5 votos</b>
<b>Fernando Lobo</b>	<b>4 votos</b>
<b>Joaquim Murтинho</b>	<b>3 votos</b>
<b>Assis Brasil</b>	<b>2 votos</b>
<b>Barbosa Lima</b>	<b>1 voto</b>
<b>José Marcelino</b>	<b>1 voto</b>
<b>Nilo Pessanha (sic)</b>	<b>1 voto</b>

**Quadro 2:** Resultado da Convenção de 1909 para a Vice-presidência da República

O discurso da campanha civilista, a partir de então, foi o de fortalecer o processo de construção da democracia no Brasil, combatendo o domínio oligárquico na Primeira República. Porém, devemos perceber que embora houvesse um conteúdo antioligárquico, Rui Barbosa fora apoiado pelas oligarquias paulista, baiana e, mais tarde, fluminense. O grande emblema deixado pela Campanha civilista foi promover o debate de ideias e persuadir o eleitor pela palavra e pela razão. Sem dúvida, na própria forma da campanha já se encontrava as matrizes de inovação política no centro da Primeira República. O civilismo ganhou também forte expressão através da imprensa. No Rio de Janeiro, através de jornais como o “Correio da Manhã” e o “Jornal do Commercio”. Em quase todas as cidades mineiras, por

---

financeiro. Depois disso, ainda foi senador estadual por três mandatos: de 1913 a 1916, de 1916 a 1922 e de 1922 a 1926. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. (nota 212), p. 191-198. Segundo Carvalho Brito, Albuquerque Lins, presidente de São Paulo era apoiado por tradicionais elementos da política paulista, tais como: Alfredo Ellis, Júlio Mesquita, Altino Arantes, Cincinato Braga, Elói Chaves, Prudente de Moraes e Barros, e tantos outros.

<sup>212</sup> BRITO, Carvalho. Op.cit., pp.31-32.

exemplo, havia um órgão de propaganda do civilismo e da candidatura de seu supremo chefe, conforme podemos perceber no quadro a seguir:

<b>Juiz de Fora</b>	<b>O Fharol e Correio de Minas</b>
<b>Uberaba, Lavras e Minas Novas</b>	<b>O Civilista</b>
<b>Barbacena e Poços de Caldas</b>	<b>Liberdade civil</b>
<b>Lavras</b>	<b>A Tribuna</b>
<b>São João Del Rei</b>	<b>O Repórter</b>
<b>Ouro Preto</b>	<b>O Regenerador</b>
<b>Alfenas</b>	<b>Combate</b>
<b>Belo Horizonte</b>	<b>O Astro</b>
<b>Palmira</b>	<b>O Binóculo</b>
<b>Bicas</b>	<b>O Povo</b>
<b>Bom Sucesso</b>	<b>O Juvenil</b>
<b>Cataguases</b>	<b>A época e O Boêmio</b>
<b>Leopoldina</b>	<b>O Novo Movimento</b>

**Quadro 3:** Principais jornais civilistas em Minas Gerais

Em discurso inaugural da Campanha, no teatro Lírico do Rio de Janeiro, Rui proferia as seguintes palavras para combater o autoritarismo e o militarismo, pontos chaves da chapa de oposição: “Todo o Brasil se levanta. A nação está de pé e em marcha. É o batismo do povo na Democracia. É o renascimento de nossa nacionalidade. É o futuro livre que se começa a descortinar.”<sup>213</sup>

Outro estilo importante de Rui foi sua proposta de excursão eleitoral. Fez campanha na capital federal, passou por São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Ocupou teatros e praças públicas. Em geral suas propostas políticas eram sintetizadas nas reformas eleitoral e constitucional. Rui pregava a defesa do fim do voto aberto e a abolição do processo de apuração e verificação dos escrutínios eleitorais no Congresso.

Havia ainda a defesa da autonomia do Judiciário em relação ao poder central, a unificação da magistratura, a especificação dos poderes legislativos dos estados, a imunidade dos magistrados e parlamentares ao estado de sítio e a especificação legal de que os efeitos do estado de sítio cessam quando ele cessar. Ressalta-se ainda a sua velha bandeira de defesa de ampliação do sistema de educação pública no país.

<sup>213</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 274 – Discurso proferido por Rui no Teatro lírico do Rio de Janeiro, no processo inaugural da Campanha. O documento é conhecido como "Campanha Presidencial de 1910".

Rui Barbosa procurou demonstrar através de seus discursos, a imoralidade de práticas políticas como o militarismo, o patrimonialismo e o coronelismo. No mesmo documento que citamos anteriormente, no período de inauguração de sua campanha, Rui vociferava: “[...] os governos se revezam ali e meia dúzia de individualidades lígias de mesmo senhor ou filiadas na mesma parentela.”<sup>214</sup>

Contra o militarismo diversas críticas foram feitas dando legitimidade aos discursos dos bacharéis de direito. Segundo Rui, o intervencionismo militar trazia a substituição da lei e da liberdade pelo arbítrio tirânico. Três questões básicas envolvem o debate em torno do antimilitarismo de Rui. Primeiro é necessário distinguir o que é função das instituições de uma ideologia militarista autoritária. Segundo, mostrar as consequências na prática política republicana da ingerência militar. E, terceiro, demonstrar a incompatibilidade dos princípios liberais democráticos comprometidos com a representatividade civil com os princípios que norteiam um governo da força, da espada.

No documento proferido por Rui Barbosa no teatro Lírico do Rio de Janeiro, em 03 de outubro de 1909, Rui levanta seus argumentos contra a candidatura militar criticando a doutrina da vigilância da sociedade, em prejuízo das liberdades civis:

[...] abriram-se as catadupas da mentira. Evocaram-se os fantasmas da ameaça. Espremeram-se os venenos da malignidade. Invenções atrozes e boçais, desvaladas e ferozes nos saíram à praça, com fumos de acusação e ares de sentença. O movimento civil conspirava o assassinio do candidato militar. E em torno desta emanção infecta se vai dilatando, com engenho e perseverança, toda uma literatura de editoriais, discursos, telegramas e entremezes. A polícia abriu os olhos da sua vigilância protetora sobre as vidas preciosas dos chefes da facção militar. O candidato da força está de guarda à porta.<sup>215</sup>

Em documento denominado “*Militares e Política*” fica evidente as preocupações de Rui em defender os parâmetros democráticos macro-estruturais:<sup>216</sup>

[...] entre as instituições militares e o militarismo vai, em substância, o abismo de uma contradição radical. O militarismo governo da nação pela espada, arruína as instituições militares, subalternidade legal da espada à nação. As instituições, militares organizam juridicamente a força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o Exército, como o fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria, como o mercantilismo para o comércio, como o cesarismo para a realeza, como o demagogismo para a democracia, como o absolutismo para a ordem, como o egoísmo para o eu. Elas são a regra; ele a anarquia. Elas a moralidade; ele a

<sup>214</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 274

<sup>215</sup> Ibid, p.309.

<sup>216</sup>Ibid, pp. 274-289.

corrupção. Elas a defesa nacional. Ele, o dismantelo, o solapamento, a aluição dessa defesa, encarecida nos orçamentos, mas reduzidas, na sua expressão real, a um simulacro.<sup>217</sup>

Fica evidente que o documento acima colabora para concluirmos que para Rui as instituições civis não logram estabelecer a paz mediante a justiça, as armas só estabelecem a paz da servidão. Rui Barbosa mostra que não desconhecia o poder das Forças Armadas e temia o uso inadequado da força e a usurpação da lei.

Segundo João Felipe Gonçalves a grande inovação do discurso civilista foi o caráter da liberdade que Rui nele enfatizou. Rui critica a liberdade negativa, que se baseava na intervenção do poder público na esfera de ação dos indivíduos e defendia a liberdade positiva, ou seja, a participação pular no poder público. Nessa nova fase da vida política de Rui não se tratava de negar os direitos sociais, pois o governo democrático não pode legitimamente restringir a liberdade de ação e pensamento dos cidadãos. Agora, a representação da sociedade no Estado passou a ser melhor garantida contra os governos tirânicos:

[...] destruído o governo representativo, cuja substância consiste na escolha do Governo pelo povo, nenhuma das liberdades cristãs, das liberdades democráticas, poderá mais existir, senão por tolerância do usurpador ( ...) Todos os direitos, que as Constituições declaram irrenunciáveis, intangíveis, e inalienáveis se coassociam e coexistem num feixe. Mas a liberdade política, da qual a condição prática está no voto, é o liame que nesse feixe os enlaça a todos, estabelecendo entre eles a união por onde se conservam e se impõem.<sup>218</sup>

O resultado das eleições apontou Hermes da Fonseca como vencedor. Entre 16 de maio e 23 de julho de 1910, Rui apresentou ao Senado uma forte contestação em que denunciava as bases falsas do resultado oficial e demonstrava ter sido vitorioso nas eleições. A contestação, que continuava o clamor de Rui pela moralização do processo eleitoral, não foi acatada pelo Congresso. Em 15 de novembro de 1910 o marechal Hermes da Fonseca assumiu a presidência.

Segundo a historiadora Cláudia Ribeiro Viscardi, não existe um caráter de excepcionalidade na sucessão de 1910. Não havia uma aliança prévia entre Minas e São Paulo. Viscardi demonstrou que a sucessão de Afonso Pena reeditou uma aliança estabelecida previamente, entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro (os dois últimos

---

<sup>217</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 274-292.

<sup>218</sup> BARBOSA, Rui. *Teoria política. Seleção, coordenação e prefácio de Homero Pires*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, W.M Jackson, 1950.

divididos), sobre novos patamares. Os parceiros políticos foram mudados, e o Estado cedeu sua hegemonia ao Rio Grande do Sul.<sup>219</sup>

Pelo que pôde ser observado, a sucessão de 1910 foi marcada por uma nova derrota política de São Paulo, mesmo fortalecido politicamente, foi derrotado ao tentar impor um candidato próprio aos demais estados. No evento em foco, a sucessão de Pena, São Paulo encontrava-se mais frágil e menos autônomo, em razão de sua dependência em relação à política econômica em vigor. Acabou por lançar-se em uma aventura oposicionista a ter que submeter-se ao risco de uma presidência militar e gaúcha.

Por mais uma vez, a atuação ativa do Rio Grande do Sul impediu que uma aliança mineiro-paulista prejudicasse a sua projeção por sobre a nação. Cabe frisar, no entanto, que a intervenção gaúcha só foi possível em função das divisões internas da elite mineira, e do apoio de parte das facções dos estados da Bahia e do Rio de Janeiro.<sup>220</sup>

### 3.2 A oposição de Rui ao governo Hermes da Fonseca

*Governo de mandões, de chefes de partidos, governo absoluto, sem responsabilidade, arbitrário em toda a sua extensão desta palavra, negação completa de todas as idéias que pregamos.*<sup>221</sup>

O fato de o governo Hermes ter sido o primeiro a surgir de uma eleição efetivamente disputada na República criou um quadro novo, até então, não vivenciado pelo novo regime. O governo federal teria, pela primeira vez, uma oposição organizada, a dos civilistas, tendo à frente dois grandes estados, São Paulo e Bahia.<sup>222</sup> De forma um tanto quanto curiosa, Rui não deixa de manifestar, pelo menos num primeiro momento, sua amizade e admiração pessoal pelo Marechal Hermes, mas, acrescenta:

<sup>219</sup> Segundo Viscardi um dos momentos mais destacados de divisão interna da elite mineira ocorreu ao longo da gestão presidencial de Afonso Pena, a qual confluía na colocação de duas candidaturas presidenciais relativamente competitivas, sobretudo se comparada às anteriores, qual seja, a que opôs as candidaturas do baiano Rui. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. (nota 221), pp.5-13.

<sup>220</sup> Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. (nota 212), Op. cit. p.208.

<sup>221</sup> MANGABEIRA, João. Op. cit. (nota 41), pp 23-24.

<sup>222</sup> Na dissertação de mestrado de **Faquim** . op.cit ele afirma que Hermes da Fonseca era encarado como marechal sem tradições e sem passado. “[...] pesavam sobre o militar o passado de violências como integrante do corpo policial da Capital Federal e na repressão à Revolta da Escola Militar em novembro de 1905 além um conhecido histórico de intolerância à liberdade de imprensa. A solução militar era vista como um retrocesso completo”. Cf. Faquim op.cit. p. 138.

[...] a farda que veste, não constitui objeção ao exercício de servir ao país nesse posto, uma vez que ele se não configura ao militar, mas ao cidadão. [...] Assim que, se o honrado Marechal saísse do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado político para a situação de chefe do Poder Executivo, o fato seria natural, e sua candidatura teria sido acolhida com o meu imediato assentimento. [...] se na escolha não entra como razão determinante a consideração da classe, a qual pertence, escapa ao meu entendimento o motivo da preferência, que a fez recair sobre seu nome. [...] qualificar a sua candidatura, como a única eficaz para desmanchar o encalhe atual, seria atribuir à força de que esse elemento é expressão, o privilégio de remediar um caso do Governo.<sup>223</sup>

O início da administração de Hermes foi marcado pela tentativa de conciliação com seus maiores opositores, os civilistas. Ao escolher seu Ministério, esforçou-se em ouvir Rui Barbosa, mas não abriu mão de indicar nomes que provinham dos estados que serviram de sustentáculo a sua eleição, tais como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e parte da Bahia. Hermes fez questão de indicar pessoalmente os titulares das pastas militares. Os demais foram escolhidos sob o aval do Rio Grande do Sul.<sup>224</sup>

A oposição ruiana percorria a imprensa através dos jornais “*Diários de Notícias*”, “*Correio da Manhã*”, “*A Noite*” e “*O Imparcial*”. Para organizarmos melhor nossa estrutura de pensamento abordamos a partir de agora as atitudes práticas encabeçadas por Rui contra o hermismo.

Um primeiro elemento de destaque foi o discurso feroz que Rui pronunciara contra a traição à garantia de anistia dos revoltosos na chamada *Revolta da Chibata* (1910)<sup>225</sup>, apresentando um pedido para que se votasse um projeto de extinção dos castigos corporais nas Forças Armadas. Em dezembro, o governo decretou estado de sítio devido à resistência dos marinheiros presos na ilha das Cobras. Duas vezes Rui discursou contra a medida no Senado e foi o único a votar contra ela. Quando se desenrolou, em 1911, os escândalos envolvendo o fuzilamento dos presos no navio que se direcionava para o Acre, Rui foi um dos primeiros a protestar contra o ocorrido.

<sup>223</sup> BARBOSA, Rui. “*Contra o militarismo: campanha eleitoral*. Rio de Janeiro: ED. FCRB, 1910.

<sup>224</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. (nota 212), Op. cit., p. 215.

<sup>225</sup> Acerca da Revolta da Chibata ver: MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 3ª. Ed, Rio de Janeiro: Graal, 1979 e SILVA, Marcos A. da. *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.



226

A segunda grande campanha de Rui contra o presidente Hermes estava vinculada à questão da “*Política das Salvações*”. Essa política tinha o objetivo de substituir as oligarquias que controlavam o poder nos Estados, por interventores federais, de preferência militares, que impusessem a vontade do poder central. Tal política satisfaria assim o desejo dos militares de centralizarem o governo e de se substituírem ao domínio oligárquico. Afonso Arinos afirmou que “as salvações” tiveram um importante significado político. Segundo ele as “as salvações” não eram uma improvisação sem base: “[...] representavam um processo sociológico definido: a luta da oficialidade jovem, com apoio ou indiferença das classes populares para deslocar a aristocracia republicana e instalar-se nas suas posições.”<sup>227</sup>

Como foi comentado na época, essa política lembrava as tradições florianistas. Através das ações políticas de Pinheiro Machado, as intervenções se tornaram meros remanejamentos das várias facções oligárquicas nos Estados.<sup>228</sup>

Segundo Viscardi, o discurso militar que justificava as intervenções e atraía as oligarquias para uma aliança era o da defesa de uma distribuição de poder mais equitativa entre as unidades federadas brasileiras:

<sup>226</sup> Cf In [www.jblog.com.br](http://www.jblog.com.br). Acesso em 20-04-09.

<sup>227</sup> FRANCO, Afonso. A. de M. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, volumes 1 e 2. p 616.

<sup>228</sup> Segundo João Felipe Gonçalves Rui ia atacando as “salvações” no “Diário de Notícias” e no Congresso, à medida que iam ocorrendo. Começou discursando no Senado contra a intervenção em Pernambuco, defendendo o seu opositor Rosa e Silva. Mas seu maior envolvimento foi no caso da Bahia, em que seu aliado Araújo Pinho foi forçado pelos militares a renunciar o governo do Estado. Um bombardeio a Salvador, em janeiro de 1912, obrigou também o governador substituto, Aurélio Viana, a renunciar. Tendo causado muitas mortes e destruído vários prédios públicos, o bombardeio foi a ação mais dramática e violenta do salvacionismo. Cf IN Gonçalves, João Felipe. Op.cit. p 134. <sup>228</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op.cit., p.35-38. (Nota 2 ou 22)

Cientes de que os médios e grandes estados eram os responsáveis pela condução do regime republicano, os militares sabiam que a única forma de tornarem-se atores políticos competitivos seria através da formação de um eixo alternativo de poder, composto por eles e pelos pequenos estados. Este anseio dos militares era igualmente partilhado pelas oligarquias, que se encontravam marginalizadas do poder, o que propiciou o advento de uma aliança entre os militares e as oligarquias emergentes destes estados. Para as últimas, a parceria com os militares, naquele contexto, seria a única forma de combater seus rivais locais, comprometidos com os chefes políticos dos grandes estados, que exerciam o controle do país desde a gestão de Campos Sales. Como a historiadora defendeu, as tentativas de se formarem eixos alternativos ao poder das alianças políticas hegemônicas foram constantes e variadas ao longo da Primeira República.<sup>229</sup>

Em defesa do *Habeas-Corpus*, uma velha bandeira política de Rui, destaca-se sua real vitória quando, no ano de 1913, conseguiu a liberdade para os desembargadores do estado do Amazonas, que estavam sendo ameaçados de exoneração.

O final do governo Hermes teve um balanço extremamente negativo principalmente em função das “*Salvações*”. A oligarquia de Minas Gerais que havia apoiado sua eleição retirou sua sustentação. Tentando ficar no poder, Pinheiro Machado e Hermes tentaram convencer Rui a lançar-se candidato, mas Rui rechaçou com fúria a proposta de seus inimigos políticos. Diante desse contexto, Pinheiro Machado acabou sendo candidato à presidência, mas sua impopularidade era imensa em relação às oligarquias sulinas e nordestinas. Minas e São Paulo encabeçaram um grupo de reação à sua candidatura, chamado de *Coligação*. No início, os nomes de Rui Barbosa e Francisco Glicério compunham a possível chapa da *Coligação*. A ideia não foi adiante devido à oposição das oligarquias ao nome de Rui Barbosa, que tinha como desejo naquele momento implementar a *reforma constitucional*. A *Coligação* acabou lançando a candidatura do mineiro Wenceslau Brás, que, como era de se esperar, acabaria sendo eleito em 1º de março do ano seguinte.

Rui não desistiu no início de sua candidatura tendo sido candidato por um novo partido estruturado em torno do seu nome: o *Partido Republicano Liberal*. Chegou a escrever algumas conferências, mas acabou desistindo da disputas pelo pleito presidencial no ano de 1913.

Na ocasião da posse de Wenceslau Brás, havia uma suspeita de conspiração contra o governo e Hermes decretou estado de sítio, o que gerou uma nova oposição de Rui às atitudes arbitrárias, que foram tomadas em pleno recesso parlamentar. Rui não conseguiu tantos avanços como esperava, mas foi feliz ao restringir o estado de sítio, ao conquistar o direito de liberdade de imprensa, mesmo em tais circunstâncias. Rui afirmara: “[...] o estado de sítio é

---

<sup>229</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. (nota 212), p. 224.

uma instituição condenada; é o cancro do regime republicano. Há de liquidá-lo, se não for extirpado por uma revisão constitucional”.<sup>230</sup>

Um pouco antes da posse de Wenceslau Brás Rui manifestou se apoio ao novo presidente marcando uma nova trajetória na sua vida política voltada agora para o exterior. Sobre esse assunto, no próximo subcapítulo discutimos a posição política de Rui em relação à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

### 3.3 Rui e a Guerra da Democracia



231

A Primeira Guerra foi originada em função das lutas imperialistas das grandes potências industriais, a partir do final do século XIX. Sem dúvida foi um acontecimento histórico que foi um desdobramento da Revolução Industrial

O historiador Pierre Miquel inclui a Primeira Guerra entre os principais acontecimentos da história do mundo. Na análise dos impérios ele faz a seguinte síntese:

[...] o império mais doente é o **austro-húngaro**, ameaçado em sua coesão pelas populações sérvias reunidas na Bósnia anexada ao império. Essa minoria sérvia é apoiada, em desejo de se unir à vizinha Sérvia, pelos governos de Belgrado e de São Petersburgo. [...] **O império otomano**, que domina uma parte da Europa ( a Trácia ocidental) e os povos árabes da Síria e os do Líbano, os cristãos da Armênia e do Oriente, este há algum tempo doente. Suas finanças estão nas mãos dos anglo-franceses, seu exército, nas mãos dos alemães. Ele acaba de passar pela revolução dos jovens Turcos que querem impedir que o império desapareça, mesmo com

<sup>230</sup> MANGABEIRA, João. Op. cit. (nota 41), pp.10-23.

<sup>231</sup> Caricatura de Rui Barbosa disponível em [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 10 abr. 2009.

risco de uma guerra. [...] **O II Reich alemão** é o único império sólido e triunfante. Ele constituiu sua unificação por meio de três guerras, uma pela conquista dos ducados dinamarqueses, O Schelswig e o Holstein, outra, em 1866, para desencorajar a Áustria de liderar a unificação alemã na Europa, e a terceira contra a França, em 1870, para se apossar do Reichsland da Lorena e da Alsácia. O Reich domina também, como a Áustria e a Rússia, uma parte da Polônia.<sup>232</sup>

Nos primeiros momentos do governo Wenceslau Brás ocorreram várias manifestações em apoio ao papel de símbolo da legalidade representado por Rui Barbosa contra o governo Hermes da Fonseca. Com a morte de Pinheiro Machado em setembro de 1915, Rui reservou suas forças políticas.<sup>233</sup>

Em 1916, Rui foi convidado para representar o Brasil como embaixador extraordinário na Argentina e lá proferiu um discurso que o projetou, no plano internacional, condenando a neutralidade dos países americanos na Primeira Grande Guerra.

O objetivo de Rui era fazer com que o Brasil, Argentina e Estados Unidos entrassem na guerra ao lado de Inglaterra, França, Rússia e Itália, contra os impérios otomano, alemão e austro-húngaro. Na leitura de Rui Barbosa os impérios representavam uma verdadeira barbárie da modernidade e deviam ser combatidos em prol da liberdade. Rui defendia a tese de que era impossível pensar em neutralidade brasileira uma vez que o conflito mundial era a expressão da luta entre justiça e a democracia, por um lado, e a força e o despotismo, por outro. Acima de tudo, Rui via na guerra a possibilidade de regeneração democrática de cada uma das nações envolvidas. No conflito, os países despóticos da Europa seriam derrotados e salvos pelas potências liberais, gerando um inaudito avanço mundial da democracia.

Cabe ressaltar que Rui incorporou sua luta internacional favorável à participação do Brasil na guerra, em busca de aproveitar a oportunidade para criticar determinados arranjos políticos no Brasil, como era o caso da política sucessória. Rui era contra o predomínio da vontade pessoal do presidente para fazer o seu sucessor e aproveitava a sua luta pela cruzada democrática a favor da guerra para defender políticas reformistas democráticas no Brasil. A título de exemplo, no ano de 1917, quando houve a indicação da chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira para a presidência, Rui questionou tal possibilidade imediatamente. Tais

<sup>232</sup> SKIDMORE, Thomas. p. 140. (Grifos do autor)

<sup>233</sup> Viscardi afirma em “*O Teatro das Oligarquias*” que após a morte de Pinheiro Machado, os estados, reunidos em torno do poder riograndense, perderam progressivamente sua força. Este fato resultou na indicação de Rodrigues Alves para suceder Wenceslau, sem que a pretensão paulista sofresse qualquer desafio. A historiadora discorda das análises que afirmam que a indicação do nome paulista tenha sido apenas um capítulo a mais da história de uma aliança permanente entre Minas e São Paulo, verificada pelo pacto de Ouro Fino. O seu trabalho de pesquisa comprovou que a escolha de Alves se deu como resultado de um acordo interno entre os estados hegemônicos, cujo marco definidor principal foi a momentânea fragilidade dos antigos perrecistas no processo. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. (nota 212), p. 281.

candidaturas obedeciam ao revezamento entre mineiros e paulistas, acertado em Ouro Fino, mas Rui viu nela apenas a imposição da vontade pessoal de Wenceslau, o velho desrespeito personalista aos processos democráticos.

No que tange especificamente aos Estados Unidos, embora Rui tenha solicitado a participação desse país a favor dos Aliados, antes mesmo de 1900, nosso Conselheiro estabeleceu críticas à outra forma de império representada pela “Doutrina Monroe”. Em a “*A Ilusão Americana*”, Eduardo Prado levanta os seguintes argumentos a respeito da participação de Rui em relação a este assunto:

[...] a Doutrina Monroe, no uso diplomático, dos Estados Unidos, tivera em todos os tempos, um caráter exclusivamente americano, que a face pior por ela apresentada ao resto da América era puramente uma limitação da soberania de outras repúblicas, que a democracia de Washington nunca se irmanara a sua causa à nossa, e que cerrando, por aquela fórmula memorável, o continente americano a cobiça européia, não fizera mais do que reservar aos empreendimentos futuros da sua.<sup>234</sup>

A crítica de Rui à Doutrina Monroe cimentou os outros questionamentos levantados em sua carreira política e dialogou perfeitamente com a sua postura em relação ao debate travado em torno da defesa da igualdade entre as Nações, no que tange ao Tribunal Permanente de Arbitragem, na Segunda Conferência de Haia, conforme demonstramos no capítulo 2.

Em Conferência pronunciada na Faculdade de Direito de Buenos Aires, em 14 de julho de 1916, Rui defende abertamente a participação do Brasil no conflito tendo entre os seus argumentos a questão moral: “[...] sem a guerra as raças inferiores e desmoralizadas ligeiramente eliminariam as raças saudáveis e longevas. Sem ela o mundo acabaria numa decadência geral. A Guerra é um dos fatores essenciais da moralidade.”<sup>235</sup>

Fica transparente, no entanto, a visão racista de Rui, que fazia com que o discurso de legitimidade de superioridade étnica de determinados povos fosse uma verdade universal. Percebemos, nesse ponto, mais uma das incongruências do pensamento de Rui Barbosa.

Para criticar a frente germânica na Guerra que se consolidaria em torno de um forte Império, Rui hostilizou os efeitos de uma guerra para mostrar, que não havendo escolha, o Brasil deveria combater os articuladores da violência internacional.<sup>236</sup>

<sup>234</sup> PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Livraria e Oficina Magalhães, 1917.

<sup>235</sup> Cf. Escritos e Discursos Seletos a Conferência na Faculdade de Direito de Buenos Aires em 14 de julho de 1916 denominada “*Problemas do Direito Internacional*”. LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp. 81-122.

<sup>236</sup> “[...] a História nos ensina é que a guerra nasce da tirania, ou a gera, que a guerra colide com as instituições livres, e a destrói, que a guerra desumana as almas, e as corrompe, que a guerra descristianiza as sociedades e as

Um ponto a observar no documento que estamos examinando é que, em determinado momento, Rui aproveitou para defender alguns de seus outros valores. Percebemos que uma das matrizes do pensamento liberal percorreu o seu texto. O assunto em questão tratava-se do valor dos contratos nas sociedades modernas. Segundo ele, a autenticidade da fala é traduzida pela escrita, pois o valor do papel, como ele mesmo afirmou, não comunica a sua destrutibilidade. Tal reflexão visava, entre outras questões, instigar o país a se envolver inclusive em assuntos internacionais, marcando sua posição em documentos escritos. Essa foi sua grande luta quando retornou ao Brasil.

De volta ao Brasil, Rui se tornou membro da *Liga Brasileira pelos Aliados* e fez conferências em teatros e escreveu em jornais suas convicções contra a neutralidade. O ponto culminante do civilismo de Rui Barbosa sobre esse assunto aumentou em abril de 1917, quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha.

Rui encarava a participação do Brasil no Primeiro conflito Mundial como uma forma de inserir o país na universalização do civismo democrático. A proposta era estabelecer uma verdadeira cruzada civilista internacional tendo como objetivo a paz mundial.



Cortez Fundação Casa de Rui Barbosa

*Caricatura de Rui Barbosa, 1917.*

237

Ainda a respeito da situação do Brasil no plano internacional, só se declarou oficialmente guerra à Alemanha, em outubro de 1917, quando um segundo navio brasileiro foi torpedeado pelos alemães (o primeiro torpedeamento levava ao rompimento das relações

---

asselvaja, que a guerra divide os povos e castas e os escraviza, que a guerra atenta contra Deus e lhe profana o nome, associando-o às mais horrendas barbarias.” Cf. *Problemas do Direito Internacional*. In: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 104

<sup>237</sup> Disponível em [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Acesso em: 20 abr. 2009.

diplomáticas com aquele país). Outra situação em que Rui se indis pôs com Wenceslau foi em relação à pretensa atitude do governo em decretar estado de sítio enquanto durasse a guerra. Rui questionou no Senado tal posição e conseguiu aprovar uma emenda que restringiu seus poderes e sua área geográfica de validade

Vale lembrar que, nesse contexto Rui elogiava a Revolução liberal-burguesa, na Rússia em Fevereiro de 1917, e repudiava a radicalização socialista, em Outubro de 1917. Para Rui a participação do Brasil favorável aos Aliados não implicaria necessariamente apoiar o socialismo bolchevique, no qual um dos países participantes estava embutido.

No mesmo ano de 1917, o batalhão patriótico de um sindicato de trabalhadores organizou um cortejo cívico prestando uma homenagem a Rui em Botafogo. Depois de Rio Branco, Rui se tornara o homem público mais notório da História do Brasil.

Porém uma grande homenagem prestada a Rui foi no contexto em que a Alemanha já mostrava sua derrocada. Em agosto de 1918 foi o seu *Jubileu Cívico e Literário*, que mobilizou diversas cidades do país. Comemoravam-se supostamente os 50 anos, do primeiro discurso público de Rui em defesa do deputado José Bonifácio, “*O Moço*”. O Jubileu Cívico e Literário lançou ainda mais Rui na qualidade de “*herói nacional*”, produzindo uma espécie de *Mito patriótico* e nacionalista. A fabricação de sua imagem de “*gênio supremo da humanidade*” ocorreu num contexto em que a Primeira Guerra chegava ao fim e o clima de discursos em prol da paz pipocava entre as nações vencedoras do conflito.

Por ocasião das festas do *Jubileu Cívico e Literário* Rui proferiu um discurso, em julho de 1918, em que fazia não só um retrospecto de sua luta e apostolado como também exaltava o papel das bibliotecas na história do mundo. Segundo ele, a guerra levou a destruição de diversos patrimônios culturais. Rui enfatizou as perdas da Biblioteca de Lovaina e a sua Universidade, que arderam na catástrofe belga. Rui destaca que a sua história foi fundamental para que ele se tornasse um verdadeiro homem das letras.

[...] uma existência vivida assim nos campos de batalha, tecida assim, toda, dos fios da ação combatente não se desnatura de sua substância, não se desintegra dos seus elementos orgânicos, para se apresentar desvestida e transmudada naquilo de que ela tem menos, na mera existência de um homem das letras. Como quer que se encare, boa ou má, é a de um missionário, é a de um soldado, é a de um construtor. As letras nela entram apenas como forma da palavra, que reveste o pensamento como eloquência, que dobra o poder das idéias, como a beleza aparente que reflete a beleza interior, como a condição de asseio que lhe dá clareza às opiniões que as dota de elegância que as faz inteligíveis e amáveis.<sup>238</sup>

---

<sup>238</sup> Cf. Problemas do Direito Internacional. In: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., p. 686.

Como nos aponta João Felipe Gonçalves, o Brasil passou por um clima de festa regado por um forte nacionalismo. As homenagens se estenderam da capital federal ao nordeste do país. O autor nos mostra que a capital federal se transformou em um grande palco de homenagens a Rui durante três dias. No primeiro dia, celebrou-se uma missa solene no campo de São Cristóvão rezada pelo cardeal Arcoverde. Logo após a missa Rui proferiu um discurso defendendo os ideais de legalidade no Brasil. No segundo dia, foi inaugurado o busto de Rui na Biblioteca Nacional, onde diversos intelectuais brasileiros estiveram presentes. No último dia das homenagens ocorreu a festa do Jubileu Cívico, que teve início no discurso proferido por Rui em frente à Câmara dos Deputados. Uma grande passeata de estudantes levou Rui a se dirigir ao teatro São Pedro para a grande cerimônia cívica, que contribuiu para o enaltecimento político da figura de Rui na História do Brasil.<sup>239</sup>

### 3.4 Os últimos anos (1918-1923)



240

Após 1918, Rui já se encontrava com a saúde debilitada, o que explica sua reduzida atividade política nesse período. Rui concorreu à disputa pela candidatura à presidência da República em 1919, disputando espaço político com Epiácio Pessoa.

Uma das primeiras situações que merecem destaque nessa nova fase de Rui foi quando ele aceitou o convite para ser Paraninfo da Faculdade de Direito de São Paulo. Os estudantes queriam homenageá-lo porque ele comemorava então 50 anos de formado pela

<sup>239</sup> GONÇALVES, João Felipe. Op.cit., p. 120.

<sup>240</sup> Disponível em: [www.acaricatura.zip.net](http://www.acaricatura.zip.net). Acesso em: 18 abr. 2009.

mesma instituição. A fraca saúde impediu Rui de comparecer à formatura, mas um professor leu para os formandos, em março de 1921, o discurso enviado pelo conhecido “*Águia de Haia*”. Rui selou a partir daí o seu símbolo de bacharel para as novas gerações.

Nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, Rui Barbosa foi saudado como o maior herói nacional vivo. Em setembro do mesmo ano, recebeu o prêmio Nobel de literatura na Academia Brasileira de Letras. A partir de então, diversas homenagens prosseguiram levando Rui a ser convidado por Rodrigues Alves, em 3 de dezembro de 1918, para representar o Brasil na Conferência de Versalhes, resolvendo o rancor de Rui que fora rejeitado por Wenceslau Brás para realizar tal intento.

No discurso proferido na Faculdade de Direito de São Paulo, como paraninfo dos bacharelados de 1920, O Sr. Dr. Reinaldo Porchat se encarregou de ler aos estudantes o recado deixado por Rui. Entre os temas levantados, destacaram-se a questão da liberdade no Parlamento, o nacionalismo, o antiescravismo, entre outros:

[...] mercê, porém, das circunstâncias inóspitas, com o encerro do meu meio século de trabalho de jurisprudência, se ajusta o remate dos meus cinquenta anos de serviços à Nação. Já o jurista começava a olhar com os primeiros toques de saudade para o instrumento que, há dez lustros, lhe vibra entre os dedos, lidando pelo direito, quando a consciência lhe mandou que despisse as modestas armas da sua luta, provavelmente inútil, pela grandeza da Pátria e suas liberdades no Parlamento [...] há poucos anos, a guerra civil limpou da grande república o cativo negro, cuja agonia esteve a pique de a soçobrar despedaçada. Eram dois prenúncios de uma alvorada, que doirava os cimos do mundo cristão, anunciando futuras vitórias da liberdade.<sup>241</sup>

Com a morte de Rodrigues Alves em janeiro de 1919, Nilo Peçanha começou a articular a candidatura oficial de Rui como representante das oligarquias. Se, no início, a candidatura Rui contou com amplo apoio da maioria das oligarquias, sobretudo fluminense e gaúcha, sofreu ao mesmo tempo fortes oposições, em especial de Arthur Bernardes, que pretendia ser eleito presidente em 1922.

A plataforma política de Rui não agradava todas as oligarquias, como ele mesmo dizia em carta direcionada a Nilo Peçanha: “[...] com esse programa está identificada a minha candidatura. Eu sou esse programa. É esse programa que a opinião pública vê na minha pessoa. Não é senão esse programa o que em mim quer a nação, se é que a nação, ou alguma

---

<sup>241</sup> Cf. “Oração aos Moços”. In: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp. 659-681.

parte da nação me quer. Até agora, a política brasileira quer a Constituição inalterada, para se violar. Nós a queremos reformada para se conservar.”<sup>242</sup>

Fica evidente que Rui pretendia levar à frente a proposta de reforma eleitoral. Embora Nilo Peçanha tentasse passar uma imagem diferente, as oligarquias temiam o desejo de Rui pela reforma. No dia 25 de fevereiro de 1919, consagrou-se outro nome como candidato oficial à presidência. Como dissemos, despontou-se Epiácio Pessoa, único nome de projeção nacional que se apresentara como alternativa possível à indesejável candidatura do senador baiano.<sup>243</sup>

Rui insistiu na sua candidatura tendo o apoio de apenas dois governos estaduais: o do Rio de Janeiro e do Pará. Sua propaganda foi reduzida em basicamente cinco conferências: duas no Rio, em março; uma em Juiz de Fora, outra em São Paulo e a última em Salvador, em abril. Evidentemente foi à Bahia sendo saudado pelo povo com fervor.

É de fundamental importância percebermos a proposta de Rui, nesse momento, em torno de direitos sociais, incorporados aos direitos civis e políticos, em que se defendia tradicionalmente. Contrariando parte de algumas colocações que fizemos no primeiro capítulo desta dissertação, ao examinarmos a documentação, comprovamos que, nessa ocasião, desenvolveu-se uma mudança de foco político. Havia em Rui uma preocupação com a “*democracia social*”, como ele nos mostra em documento sobre a “Campanha de 1919”: “Já não se vê na sociedade um mero agregado, uma justaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade.”<sup>244</sup>

Em Conferência no Teatro Lírico do Rio de Janeiro em 20 de março de 1918, Rui percorre seu discurso defendendo mais uma vez a liberdade e criticando profundamente a escravidão. Ficam evidentes, ainda, a defesa do voto, da moralidade política e a crítica à manipulação eleitoral consubstanciada pelos vícios das oligarquias.

[...] os manda-chuvas enxergam o povo como uma ralé semi-animal e semi-humana de escravos de nascença, concebidos e gerados para a obediência, como o muar para a albarba, como o suíno para o chiqueiro, como o gorila para a corrente; uma raça cujo cérebro ainda não se sabe se é de banana, ou de mamão, para se empapar de tudo o que lhe imbutam. [...] não seria o povo brasileiro mais do que uma

<sup>242</sup> MANGABEIRA, João. Op. cit (nota 41), p 259.

<sup>243</sup> Cf IN Viscardi. A historiadora mostra em “O Teatro das Oligarquias” op.cit, que na escolha de Epiácio Pessoa, procurou-se comprovar que ela expressou profundas dificuldades no relacionamento entre Minas e São Paulo. Durante todo o processo, seus representantes atuavam com desconfianças mútuas, omitiam informações e agiam nos bastidores, apontando para o fato de que a parceria entre mineiros e paulistas tinha ares de casamento em contínua crise conjugal. p. 281

<sup>244</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp.274-278.

especimen do caboclo mais desasnado, que não se sabe ter de pé, nem mesmo se senta, conjunto de todos os estigmas da calaçaria e da estupidez, cujo voto se compre com um rolete de fumo, uma andaina de sarjão e um vez de aguardente ? [...] O Brasil não é essa nacionalidade fria, deliquêscence, cadaverizada, como messalina recebe no braço a tatuagem do amante, ou o calceta, no dorso, a flor-de-lis do verdugo.<sup>245</sup>

No tópico sobre “*Abolicionismo e Reforma Social*”, encontrado no mesmo documento, Rui repudia a escravidão e afirma que a abolição restitui o escravo à condição humana. Na sua leitura, o Brasil precisa de uma reforma social que assegure aos trabalhadores livres o apreço pela luta incansável pela emancipação do trabalho.<sup>246</sup>

Mais adiante, nessa mesma fonte, em “*O Poder do Voto*”, Rui afirma que o voto é a primeira arma do cidadão. Na sua visão é o que garante legitimidade aos cidadãos para exercerem grande parte de suas liberdades individuais, em busca de construir as bases constantes da legalidade do Estado.<sup>247</sup>

Em sua outra conferência carioca de 1919, feita na Associação Comercial e endereçada “*às classes conservadoras*”, solicitava que a elite nacional salvasse o Brasil através da reforma política e social. Para ele a pátria deveria ser preservada assegurando a legitimidade dos elementos humanos e dos elementos legais.<sup>248</sup>

Só o Brasil na mentira de uma rotina conservadora, com que a indústria política mascara os interesses da estabilidade. Só o Brasil renuncia a ter um governo de legalidade, honestidade e liberdade, para se oferecer ao mundo no espetáculo de uma nação de 25 milhões de almas debaixo dos pés de sete acrobatas da feira política.

[...] Anarquia ou protetorado. Protetorado ou anarquia. Eis a fórmula do nosso próximo destino. Se o Brasil não acorda. Se a nação não se reconquista a si mesma. Se um grande povo não se envergonha de se cavalgar e desonrar por uma ciganagem pernóstica e desabusada.<sup>249</sup>

Buscando se autodefinir enquanto portador de uma missão apostólica no Brasil, em 1919, Rui proferiu um discurso expressando claramente quem ele era, cujo conteúdo era a síntese de seus propósitos modernizadores e liberais.

<sup>245</sup> Cf “**A Questão Social e Política no Brasil**” de 20 de março de 1919. In: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp. 420-459.

<sup>246</sup> Ibid., p.431.

<sup>247</sup> Ibid, p.454.

<sup>248</sup> No Temário de Rui IN Escritos e Discursos Seletos ele define Pátria como o complexo de todos os interesses brasileiros, o conjunto das instituições políticas e sociais, o povo e o Estado, a harmonia orgânica entre os elementos humanos e os elementos legais na nacionalidade. Em sua leitura nada mais natural do que o amor a Pátria; mas também nada mais abusado, nada mais degenerável. “Toda a planta quer ao húmus, de que se nutre, ao envoltório aéreo, onde respira, ao pedaço azul celeste, que lhe sorri e orvalha. Mas esses rebentos da seiva terrestre não tem paixões, como a planta humana.”. p. 1038

<sup>249</sup> BARBOSA, Rui. *As classes conservadoras*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo, LTr, 1986. p. 48

[...] o que eu sou, é a voz ardente, a voz perpétua da esperança. Não gemo; canto o hino dos livres, então o peão da resistência, sou missionário do futuro. Enfim a bandeira do seu passado: aqui não se chora. Aqui se reage. Aqui não se alçam bandeiras de lágrimas. Desfralda-se a bandeira da luta e da liberdade. A que me está nas mãos, é a mesma de 1910, a mesma de 1919; uma só bandeira de cem batalhas, muitas vezes atraçoada, mas ainda não vencida; a bandeira do voto livre; a bandeira da extinção do cativo; a bandeira da constituição republicana; a bandeira de ódio às oligarquias e ditaduras; a bandeira da honra do Brasil no estrangeiro; a bandeira da revisão constitucional; a bandeira da verdade na república, da liberdade da Democracia, da moralidade na administração. Numa palavra: a bandeira do futuro.<sup>250</sup>

Segundo afirma João Felipe Gonçalves, o liberalismo ruiano se caracterizou, nesse contexto, pelo aprimoramento da ideia de que foi a partir das reivindicações sociais que o sistema liberal de direitos se aprimorou e se enriqueceu. Rui foi o grande articulador, no Brasil, da atualização dos direitos democráticos. Nesse sentido, num país onde sequer os direitos mais antigos haviam se estabelecido, a derrota de Rui era praticamente certa. Em abril de 1919, Epitácio Pessoa foi declarado eleito.

Nossa preocupação, desde o início desta pesquisa, foi a de enquadrar Rui no liberalismo oligárquico. Analisamos a seguir, mais um exemplo de sua modernidade política, imbuída de suas ligações com parcelas significativas da aristocracia, no sentido prático.

Nas eleições estaduais realizadas em dezembro de 1919, Rui novamente marcou sua posição. Fato curioso a observar, que ao mesmo tempo em que defendia a candidatura dos coronéis do sertão baiano, que se beneficiariam com a defesa do voto para eliminar os congêneres do litoral e recôncavo baiano, Rui representou para os homens da cidade outras perspectivas políticas liberais-democráticas. Em geral, para os habitantes das cidades, Rui preenchia suas carências políticas através de discursos em defesa da democracia, da relevância da participação política em nível nacional e estadual. Somando-se a isso a defesa dos direitos humanos e a luta pela obrigação moral de resistência às oligarquias pelo voto.<sup>251</sup>

Em 1921, ocorreu outra mudança significativa na postura política de Rui. Ele procurou reatar relações políticas com os militares, em especial, com Hermes da Fonseca. Tal situação torna-se compreensível à medida que Rui pretendia fortalecer um discurso moralizante e antioligárquico, do qual compartilhavam, principalmente, os jovens militares.

<sup>250</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit., pp 51-52.

<sup>251</sup> É fundamental revisitar a discussão sobre liberalismo-oligárquico presente nesse livro: Cf IN RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). Op. cit., pp. 97-100.

Aos olhos de Rui a “*solução militar*”, nesse momento, tornava-se necessária ao passo que os canais de renovação institucionais estavam esgotados.

Outra mudança política veio em seguida, quando Rui, em 15 de novembro de 1921, passou a apoiar Arthur Bernardes, que prometeu levar a frente o projeto de revisão constitucional. O apoio a Bernardes marcou o fim do ensaio de ligação de Rui com o Exército. Este tinha a candidatura do mineiro como antimilitar e se agitava contra ela. A capacidade de adaptar os seus discursos à realidade dada mais uma vez comprova-se diante dessa situação.

No episódio denominado “*Cartas Falsas*”, Rui se posicionou favoravelmente a Arthur Bernardes. No curso da disputa eleitoral veio à tona a insatisfação militar. A impressão corrente nos meios do Exército de que a candidatura Bernardes era antimilitar ganhou dramaticidade com uma carta publicada no “*Correio da Manhã*” do Rio de Janeiro, em outubro de 1921. Aparentemente, tratou-se de cartas – pois havia duas – enviadas por Bernardes ao líder político mineiro Raul Soares, onde se dizia entre outras coisas, o seguinte: “[...] estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use de toda a energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina [...] A situação não admite temporizações: os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com seus bordados e galões”.<sup>252</sup>

A alusão “ao banquete dado por Hermes” referia-se ao banquete promovido por ocasião da posse do ex-presidente da República na presidência do Clube Militar. As “*Cartas Falsas*” tiveram o objetivo de indispor as Forças Armadas, contra a candidatura Bernardes.

Quando em julho eclodiu a “*Revolta dos 18 do Forte de Copacabana*”, Rui limitou-se a comparecer ao Senado e a votar, sem muitas palavras, a favor do estado de sítio pedido pelo governo. Após o esclarecimento do fato de que as Cartas mencionadas eram falsas, o Clube Militar decidiu então impedir a posse de Bernardes. Os tenentes planejaram derrubar o presidente Epitácio Pessoa, através de um golpe que seria dado nos quartéis. No dia 5 de julho de 1922, os quartéis seriam tomados pelos tenentes que exigiram a renúncia do presidente.

No dia marcado, porém só a Escola Militar e o Forte de Copacabana se levantaram. Cercados pelas forças leais ao governo, não tiveram alternativa a não ser entregar-se. Entretanto, 17 tenentes e um civil resolveram enfrentar o governo oligárquico e saíram do Forte caminhando pela praia. Foram atacados e só dois sobreviveram: Siqueira Campos e

---

<sup>252</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit. (nota 152), pp .306-307.

Eduardo Gomes. O episódio dos 18 do Forte marca o recrudescimento da oposição ao governo oligárquico, que seria derrubado em 1930, após diversas revoltas.<sup>253</sup>



Após a questão envolvendo a Revolta dos 18 do Forte, Rui adoeceu ficando de cama até sua morte. No dia 1º de março de 1923, Rui fora diagnosticado com “*paralisia bulbar*”, perdendo as funções do cérebro e das cordas vocais. Na noite do mesmo dia, pouco depois de tomar extrema-unção, Rui morreu ao lado de sua esposa.

Rui Barbosa recebeu várias homenagens e prolongados funerais como era tradicional naquela época. A elite política foi a Petrópolis para buscar o corpo de Rui, que foi levado para o Rio de Janeiro. Seu velório durou dois dias e foi realizado na Biblioteca Nacional. O governo polonês determinou que os alunos das escolas públicas fizessem de pé cinco minutos de silêncio em respeito a Rui. A Polônia foi o país que Rui mais defendeu contra os dominadores germânicos e por esse motivo tanta mobilização fora feita para homenageá-lo. Por fim, em sua honra foi tocada a marcha fúnebre de Chopin, em um intervalo de espetáculo na Ópera de Varsóvia.

Foi dessa forma que nossa personagem aqui se tornou símbolo na História de nosso país, lembrado como o grande idealizador dos valores liberais e democráticos e legitimado, até os dias de hoje e como homem público, defensor da construção de novos espaços políticos canalizadores de vários debates, em busca das ideias constitucionais.

<sup>253</sup> A charge foi extraída de NOVAES, Carlos Eduardo. Op.cit., p.213

### 3.5 Considerações finais

Procuramos, ao longo deste capítulo, comprovar a modernidade civilista de Rui Barbosa. No primeiro momento, recapitulamos as origens da Campanha Civilista e discutimos, posteriormente, o antimilitarismo de Rui. A campanha Civilista teve sua origem na sucessão do presidente da República Afonso Pena. Este pretendia fazer o seu sucessor e escolheu, inicialmente, o governador de Minas Gerais, João Pinheiro. Com a morte deste, em outubro de 1908, o candidato oficial passou a ser o ministro da Fazenda, David Campista, a que Rui se opusera. Entretanto, não houve unanimidade no apoio ao candidato oficial. Em maio de 1909, em meio a uma crise política, apareceram os nomes de Hermes da Fonseca, Rui Barbosa e o Barão do Rio Branco como alternativa à candidatura Campista. A não aceitação de Rio Branco e a desistência de David Campista reduziu a disputa a Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, conforme explicamos.

O Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, que recebeu o apoio dos militares, logo conseguiu a adesão de políticos contrários à candidatura campista. No dia 17 de maio, em reunião de políticos na casa de Pinheiro Machado, foi articulada a candidatura de Hermes da Fonseca, que dois dias mais tarde foi declarado candidato oficial.

A escolha de Hermes forçou as oposições a se articularem em torno de um nome que pudesse enfrentá-lo nas eleições. O nome de Rui Barbosa saiu vitorioso da Convenção oposicionista de 22 de agosto e deu início a uma disputa eleitoral conhecida como Campanha Civilista. Ela se fez, predominantemente, nos Estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Rui Barbosa reforçou muito a origem de sua candidatura, em oposição a Hermes da Fonseca, acenando para o perigo do militarismo. Além disso, ele apontou para a necessidade de defesa dos princípios democráticos. Entre as bandeiras políticas defendidas, destacaram-se a defesa do voto secreto, o combate a grande parte das oligarquias, as transformações na justiça, a estabilidade cambial, dentre outros temas.

A Campanha de 1910 foi a primeira tentativa de galvanizar a opinião pública em eleições presidenciais e por isto é considerada pela historiografia como um divisor de águas do regime republicano. Vale lembrar, que foi, nesse contexto, que o antimilitarismo de Rui se desenvolveu, bem como sua defesa em prol dos governos civis fundamentados nos pilares do liberalismo democrático, como exaustivamente explicamos.

As críticas de Rui ao governo Hermes da Fonseca foram inúmeras e demonstramos que levaram a solidificação das principais ideias defendidas por ele em torno da construção de um espaço público de modernidade civilista. Vimos que para Rui Barbosa o Estado não pode

ser ocupado pelos militares, por representar tal circunstância em autoritarismo. O risco do despotismo abriu a oposição natural feita pelos civilistas, que encontraram, entre outras matrizes de seus pensamentos, a defesa da federação como forma de esvaziar o despotismo de determinados governantes.

No governo Hermes, Rui questionou a decretação por parte do governo, a respeito da lei de vacinação obrigatória contra a varíola. Rui se manifestou contra e fez diversos discursos favoráveis à defesa das liberdades individuais numa comunidade política cívica. Na leitura de Rui Barbosa, o cidadão deveria escolher se desejava ou não vacinar-se. A questão da escolha é uma das condições *a priori* do exercício político de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Ainda no contexto mencionado, Rui criticou abruptamente a “*Política das Salvações*”. Estas consistiam nas tentativas dos elementos militares do governo, associados aos familiares do Presidente da República, de interferirem sobre as sucessões estaduais, com vistas a se fortalecerem no controle do governo federal. Os Estados que escaparam da intervenção foram aqueles que não passaram por processos sucessórios ou que conseguiram, de um acordo interno entre suas facções, impedir a disputa eleitoral.

Comprovamos que Rui Barbosa não aceitou tais intervenções defendendo o desenvolvimento de uma república federativa antimilitarista, que tivesse como norte central a democratização completa dos poderes, nas esferas municipal, estadual e federal.

Em se tratando da posição de Rui em relação à Primeira Guerra procuramos mostrar seus anseios em combater os denominados “*grandes impérios*”, em especial, desenvolver uma cultura política no país contra uma suposta germanização da sociedade. Em grande parte da documentação examinada ficou evidente a necessidade de Rui em combater a neutralidade. Para ele, o Brasil deveria ser um dos grandes articuladores para convocar as diversas nações a participarem do conflito em favor dos “*Aliados*”. A declaração de guerra à Alemanha se deu oficialmente em outubro de 1917, momento histórico em que a Rússia sai do conflito em função da revolução Bolchevique e os Estados Unidos decidem participar na linha do *front*, visando, sobretudo, assegurar os seus mercados consumidores.

Na fase final de sua vida, mostramos a importância de nossa personagem, que recebeu diversas homenagens, sejam nacionais ou internacionais. Lembramos aqui do Jubileu Cívico e Literário, quando Rui Barbosa se efetivou como símbolo de homem da Letras. E seu busto foi colocado na Biblioteca Nacional. No ano seguinte, novamente concorreu à presidência do país: o pleito fora disputado com Epiácio Pessoa, que saiu vitorioso. Terminada essa eleição, foi para a Bahia apoiar um candidato de oposição. Em 1921,

renunciou à cadeira de senador, no entanto seu mandato foi renovado. No ano de 1922, Artur Bernardes assumiu a presidência da república. Rui, porém, não acompanhou esse governo, ficou adoentado e retirando-se para Petrópolis. Faleceu em primeiro de março de 1923.<sup>254</sup>

---

<sup>254</sup> Arthur Bernardes. Arquivo. *O Globo*. IN: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). A revolução de 30: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1v, p.173).

## CONCLUSÃO

Nossa pesquisa se fundamentou na perspectiva de investigação do discurso de *modernização política* de Rui Barbosa e na análise de suas culturas políticas, especialmente, durante a Primeira República. Entendemos que a abordagem política sobre o assunto, está correlacionada diretamente com as dimensões sociais, uma vez que a *natureza do político* se encaixa, sobremaneira, nas questões de ordem social. As ações históricas estariam horizontalmente orientadas pelos pensamentos e discursos políticos. Rui Barbosa se encaixava perfeitamente no *locus* dessa discussão, uma vez que o entendemos nas relações de sua inerência com o social.<sup>255</sup> É dentro dessa lógica política que construímos nosso trabalho.

A partir da abordagem política engendrada pela discussão que fizemos anteriormente, Ricardo Vélez Rodríguez situa Rui no debate sobre liberalismo. Segundo Vélez, Rui Barbosa compartilhava de algumas ideias tocquevillianas, em contraposição ao conservadorismo dos doutrinários. A grande premissa da filosofia política de Rui foi a defesa da liberdade contra o estado centralizador. Por meio de um trabalho de pesquisa atento em responder tal reflexão evidenciamos, que, de fato, nossa personagem trilhou tais caminhos e absorveu outras ideias políticas de Tocqueville, notadamente no que tange aos caminhos de uma verdadeira federalização política.

Como afirmou Cardim, Rui foi um ideólogo das classes médias ao defender determinados princípios norteadores que foram ao encontro dos interesses desses grupos. Em geral, Rui legitimou a importância do Estado como portador de uma hierarquia e ordem. Sem dúvida, desenvolveu sua perspectiva de defesa das liberdades individuais centradas no Direito e na legalidade. Fazia parte de sua filosofia política, a promoção da descentralização do poder, traduzida em um federalismo moderado. Rui incentivou o progresso material e estimulou programas de diversificação da economia pela industrialização, imigração e educação. Enfim, firmou-se como universalista do papel do Brasil no mundo e selou a importância do bom conceito externo do país.

Porém, pudemos observar que ele estava comprometido, em muitas situações, com suas alianças políticas com parte da elite oligárquica, que se posicionava muitas vezes somente na perspectiva de sustentação de seus próprios interesses. Cláudia Viscardi, na sua tese de afirmação de que a instabilidade política das elites representava uma condição para o relativo equilíbrio do jogo das oligarquias, inspirou-nos para perceber em nossa pesquisa as

---

<sup>255</sup>Para aprofundamento do debate sobre a sociologia histórica do político Cf. DELÓYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. São Paulo: EDUSC, 1999, pp.27-28.

heterogeneidades do discurso de Rui Barbosa, um dos atores principais das articulações políticas, na Primeira República.

Percebemos que Rui Barbosa se enquadrava em um grupo de pensadores denominados “liberais cientificistas”, que foram defensores de novas concepções política, na gênese da República. O grupo compartilhava de ideais como o fim do regime de padroado, a legitimidade democrática, a defesa da ampliação do sufrágio, da luta incisiva em torno do federalismo, do abolicionismo e na sustentação dos pilares básicos do Liberalismo Econômico. Tal grupo estava representado, entre outros, por Tavares Bastos e Tobias Barreto, adeptos da filosofia política do federalismo e também fortemente influenciados pelo pensamento toquevilliano. Vimos que os anseios desse grupo de intelectuais refletiram na formação da Primeira República, enquanto momento histórico, palco de grandes debates políticos.

A documentação investigada levou-nos a constatar as variáveis de discurso de Rui, no que tange aos processos que ele participou. Ele, por exemplo, colaborou para a emergência do sistema presidencialista, no seio da Constituição de 1891. No entanto, como percebeu que, a lógica política do federalismo brasileiro poderia levar a determinados abusos políticos por parte da presidência, passou a defender o parlamentarismo, uma velha influência de sua tradição britânica.

Em busca de sustentar seus princípios liberais, Rui Barbosa foi contra a Lei de Vacinação obrigatória e defendeu, sofregamente, os valores das liberdades individuais, um dos elementos básicos da teoria liberal. Os dados levantados nos informaram que Rui agia contra as arbitrariedades do poder político de Hermes da Fonseca, mas, ao mesmo tempo foi contra a revolta popular da vacina, defendendo mais uma tese liberal de que o povo deveria esgotar todas as possibilidades legais e evitar, ao máximo, manifestações de tal natureza.

A modernidade política de Rui atingiu o seu auge no processo da Campanha Civilista de 1910. A documentação que pesquisamos mostrou, em diversos momentos, como a postura política de Rui foi desenvolvida. A grande questão da campanha era o seu antimilitarismo visando questionar qualquer tentativa de autoritarismo de estado. A ênfase de sua campanha foi canalizada em torno de um novo projeto para as classes médias, Rui revelou, nesse momento, ser o idealizador de uma espécie de passaporte para a ampliação da cidadania dos setores médios da sociedade.

Constatamos também as aspirações de Rui na política externa, na fase da Primeira Guerra. Vimos que ele condenou a política de neutralidade brasileira no conflito, por entender, que a posição do Brasil deveria se desenvolver no sentido de combater os impérios

austro-húngaro, otomano e alemão. As fontes nos levaram a concluir que Rui apoiou as democracias internacionais e todos os processos políticos que legitimaram tal discurso. Em relação à Rússia, por exemplo, a revolução liberal burguesa de fevereiro de 1917 foi extremamente enaltecida por ele. Em contrapartida, quando se desencadeou a revolução bolchevique de outubro de 1917, Rui foi contra e, como vimos, atribuía ao movimento um perigo prático de anarquia política. Mostramos, assim, sua leitura de mundo antissocialista.

Um dado importante que pudemos observar é que além das críticas aos impérios na Primeira Guerra, Rui questionou tipos de políticas imperialistas, como mostramos, em sua tese política contra a Doutrina Monroe. Nas entrelinhas dos seus discursos estava um princípio liberal da defesa da igualdade político-jurídica entre os estados, não podendo existir a subserviência de determinadas nações pobres em relação as nações ricas, analogamente, como percebemos, em Haia, suas críticas em relação a Corte Suprema de Arbitragem.

Enfim, vimos que, até os últimos anos de sua vida, nossa personagem ficou sendo reverenciada por determinadas cerimônias oficiais, sendo um dos aspectos mais importantes no final de sua vida a homenagem recebida no Jubileu Cívico e Literário, no ano de 1918.

Este trabalho pode e deve suscitar novas possibilidades de pesquisa para quem pretenda estudar o tema. No âmbito do discurso, por exemplo, foi possível identificar informações valiosas sobre as propostas de Rui sobre o ensino, sobre a questão jurídica, sobre as contribuições na área do jornalismo, da literatura e da filosofia política. No entanto, escolhemos tratar aqui de sua modernização política, o que já nos foi bastante laborioso.

## 1. BIBLIOGRAFIA E FONTES

### 1.1 Fontes

BARBOSA, Rui. *Obras Completas. Relatório do Ministro da Fazenda*. Vol.XVIII,1891, Tomos II e III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

\_\_\_\_\_. *Obras Completas. O direito do Amazonas ao Acre setentrional*. Vol. XXXVII, 1910, Tomos V, VI e VII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. A Grande Guerra*. Vol. XLIV, 1917, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura Fundação / Casa de Rui Barbosa, 1988.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. A Segunda Conferência da Paz*. Vol. XXXIV, 1907, Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. Embaixada a Buenos Aires*. Vol. XLIII, 1916, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. Campanha presidencial*. Vol. XLIV, 1919, Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

\_\_\_\_\_. *Obras Completas. A Imprensa*. Vol. XXVI, Tomos III, IV,VI, 1899.Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

\_\_\_\_\_. *Às classes conservadoras. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa*. São Paulo, LTr, 1986.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. A Imprensa*. Vol. XXVIII, Tomo III, 1901. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979.

\_\_\_\_\_. *Obras avulsas. IIª Conferência da Haia*. Discurso em Paris a 31 de outubro de 1907. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1962.

\_\_\_\_\_. *Obras seletas. Tribuna Parlamentar República*. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, 1956.

\_\_\_\_\_. *A Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932.

BARBOSA, Rui. *A transação do Acre no Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1906.

\_\_\_\_\_. *Os conceitos modernos do direito internacional*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

\_\_\_\_\_. *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1998.

\_\_\_\_\_. *O processo do Capitão Dreyfus*. São Paulo: Editora Giordano, 1994.

\_\_\_\_\_. *República: teoria e prática*. Petrópolis: Editora Vozes / Câmara dos deputados, 1978.

\_\_\_\_\_. *Cartas da Inglaterra*. São Paulo: Saraiva & C. editores, 1929.

\_\_\_\_\_. *Segunda Conferência da Paz – actas e discursos*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1917.

\_\_\_\_\_. *A revogação da neutralidade do Brasil*. Londres: R. Clav & Sons, 1918.

\_\_\_\_\_. *Conferência de Haia: dois autógrafos do arquivo da Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e ação de Rui Barbosa*. Brasília: Senado Federal / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

\_\_\_\_\_. *Teoria Política*. Seleção, coordenação e prefácio de Homero Pires. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, w. M. Jackson, 1950.

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa. *Rui Barbosa e a Constituição de 1891*. Rio de Janeiro, FCRB, 1985.

\_\_\_\_\_. *Rui Barbosa: cronologia da vida e obra*. Rio de Janeiro, FCRB, 1995.

\_\_\_\_\_. *Contra o militarismo: campanha eleitoral*. Rio de Janeiro: Ed. FCRB, 1910.

## 1.2 \_ FONTES ON-LINE DE RUI BARBOSA – SITE DA FCRB :

### **: Adeus a Machado de Assis** (pdf, 24 Kb)

Discurso de Rui Barbosa diante do ataúde do escritor, na tarde de 30 de setembro de 1908. Designado para falar em nome da Academia Brasileira de Letras, Rui enaltece o "mestre e companheiro".

### **:: Credo político** (pdf, 34 Kb, 2 páginas)

Figura tanto na "Resposta a César Zama", momento no qual ele se defende das calúnias e injustiças do seu oponente, quanto na Plataforma eleitoral, de 15 de janeiro de 1910, quando candidato à presidência da República.

### **:: O desenho e a arte industrial** (pdf, 110 Kb)

Transformar o ensino em arma de progresso econômico foi a obsessão de Rui, e é o tema principal desse discurso. Acreditava na importância do ensino, que realizaria “a obra da emancipação contra a ignorância, a pior das servidões”. O ensino técnico seria a base para a industrialização do país, e o desenho, em qualquer de suas modalidades, resolveria o problema do desenvolvimento: de nação agrícola, o Brasil passaria a nação industrial.

### **:: O dever do advogado.** Carta a Evaristo de Moraes. Prefácio de Evaristo de Moraes Filho. (pdf, 141 Kb, 44 páginas)

Carta de Rui Barbosa, de outubro de 1911, que se tornou um clássico sobre a ética profissional, em que responde a consulta de um correligionário, se devia ou não aceitar o patrocínio da causa de um amigo, partidário de Hermes da Fonseca.

### **:: Discurso no Colégio Anchieta** (pdf, 187 Kb)

Em dezembro de 1903, Rui, paraninfo de alunos adolescentes do Colégio Anchieta, pronunciou esse discurso conhecido como “Palavras à Juventude” que marca um momento decisivo na sua evolução espiritual e representa uma profissão de fé cristã.

### **:: Elogio de Castro Alves** (pdf, Kb)

Nos 10 anos da morte de Castro Alves, os admiradores do poeta Aquino Fonseca e Torquato Bahia levaram ao Diário da Bahia a ideia da comemoração do seu Decenário. Formada a comissão dos atos solenes, Rui foi escolhido orador. Numa festa magnífica no dia 6 de julho

de 1881 no Teatro São João da Bahia Rui pronunciou o Elogio do Poeta. Justificou a escolha de seu nome como orador ao atestar a obra do poeta: “[...] desse extraordinário representante da nossa poesia [...] distanciado dele pela diferença das nossas vocações, pela eminência da sua predestinação, bem perto estive de sua alma pela amizade.”

**:: A imprensa e o dever da verdade** (pdf, 309 Kb, 53 páginas)

Conferência não pronunciada por Rui Barbosa, por motivo de saúde, com a 1ª edição feita na Bahia, em benefício do Abrigo dos Filhos do Povo. É fonte de citações sobre a ética nos meios de comunicação, a responsabilidade, a função social e a liberdade da imprensa, o dever do jornalista e do homem público.

**:: O justo e a justiça política** (pdf, 47 Kb, 6 páginas)

Rui Barbosa analisa a ruína moral do tempo e do mundo ao comentar o julgamento de Jesus Cristo; transpõe para a sua época a interferência da política dos governos nos atos do Supremo Tribunal Federal.

**:: Oração aos moços** (pdf, 338 Kb, 51 páginas)

Discurso de Rui Barbosa preparado para os formandos de 1920 da Faculdade de Direito de São Paulo, dos quais foi o paraninfo. Uma das mais brilhantes peças produzidas pelo jurista, síntese de sua maturidade intelectual, discorre sobre o papel do magistrado e a missão do advogado.

**:: Osvaldo Cruz** (pdf, 652 Kb, 87 páginas)

Pronunciado no dia 28 de maio de 1917 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o discurso de Rui Barbosa em homenagem a Osvaldo Cruz, que desaparecera recentemente, é uma peça fundamental para os que se interessam pela história da ciência no Brasil. Rui descreve com entusiasmo os primeiros passos da atividade científica entre nós e destaca a atuação do grande sanitarista, cuja atuação contribuiu de modo decisivo para o prestígio da pesquisa científica no Brasil, seja pela seriedade do trabalho desenvolvido por Osvaldo Cruz, seja por suas qualidades pessoais de liderança e determinação.

**:: Pensamento e ação de Rui Barbosa.** Prefácio de Mario Brockmann Machado. FCRB/Senado Federal. (pdf, 204 Kb, 1 página - abertura)

Coletânea de textos de autoria de Rui Barbosa abordando aspectos de sua multifacetada atividade intelectual e pública, como deputado, advogado, ministro, diplomata, senador, candidato à Presidência da República, jornalista.

## **TEXTOS:**

:: **Discurso A situação liberal** - 17 mar. 1879.

:: **Discurso Organização das finanças republicanas** - 16 nov. 1890 (pdf, 289 Kb, 77 páginas).

:: **Discurso Oração perante o Supremo Tribunal Federal** - 23 abr. 1892.

:: **Discurso O Supremo Tribunal Federal na Constituição Brasileira** - 19 nov. 1914 (pdf, 369 Kb, 99 páginas).

:: **Conferência Os conceitos modernos de Direito Internacional** - 14 ago. 1916 - também conhecida como “O Dever dos Neutros”.

:: **Discurso Anistia** - 05 set. 1905 (pdf, 409 Kb, 109 páginas).

:: **Plataforma [eleitoral]** - 15 jan. 1910.

:: **Conferência A questão social e política no Brasil** - 20 mar. 1919 (pdf, 346 Kb, 81 páginas).

:: **Artigo, a 5ª Carta de Inglaterra, O Congresso e a Justiça no Regímen Federal** - 21 mai. 1895.

:: **Requerimento de informações sobre o caso do Satélite-II** (pdf, 191 Kb, 15 páginas).

Esse discurso no Senado faz parte de uma série de 5, nos quais Rui Barbosa evoca e requer informações sobre o caso do fuzilamento dos marinheiros a bordo do navio Satélite.

:: **Saudação a Anatole France** (pdf, 317 Kb, 56 páginas).

No meio da mais agitada confusão política recebe o Brasil a visita de Anatole France. Como presidente da Academia Brasileira, coube a Rui Barbosa fazer a saudação ao famoso literato.

:: **No século XX** (pdf, 51 Kb, 7 páginas).

Rui Barbosa faz um retrospecto dos acontecimentos do século XIX e expõe sua preocupação para o século XX. Afirma que só alguns “poderão dizer se a um século, em que a ciência serviu principalmente à força, terá sucedido um século, em que a força se incline, afinal, ao direito”.

:: **Surrexit** (pdf, 37 Kb, 3 páginas).

Discurso proferido por ocasião da Semana Santa.

## 1.2 BIBLIOGRAFIA:

### 1.2.1 OBRAS SOBRE A VIDA DE RUI BARBOSA:

AGUIAR, Pinto de. *Rui e a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975.

AMARAL, Marcio Tavares & Lacombe, A. J ( sup). *Rui Barbosa*. São Paulo: Ed. Três, 1974. ( Série: **A Vida dos Grandes Brasileiros**, 1.)

BALEEIRO, Aliomar. *Rui: um estadista no Ministério da Fazenda*. Salvador: Ed. Porogresso, 1954.

BANDEIRA, Carlos Viana. *Lado a lado com Rui (1876-1923)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Casa de Rui Barbosa, 1960.

BELLO, José Maria. *Joaquim Nabuco: Rui Barbosa: duas conferências*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas: Rui Barbosa – o Brasil e o mundo*: Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, Pedro Penner da. *A diplomacia da paz: Rui Barbosa em Haia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1976.

FILHO, Alberto Venâncio. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

FILHO, Luís Viana. *O último ano de Rui na Bahia, história*. Rio de Janeiro: Ed. FCRB, 1972.

FILHO, Lourenço. *A pedagogia de Rui Barbosa*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1956.

FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista na República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, volumes 1,2 e 3.

\_\_\_\_\_. *O som de outro sino: um breviário liberal*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira / UNB, 1978.

\_\_\_\_\_; LACOMBE, Américo Jacobina. *Rui Barbosa*. São Paulo: Edições Isto É, 2001 p.183.

FILHO, Lourenço. *A pedagogia de Rui Barbosa*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1956.

FONTOURA, João Neves. *Rui Barbosa: orador*. Rio de Janeiro: MEC – Serviço de Documentação, 1960.

GONÇALVES, João Felipe. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional*. Rio de Janeiro: PPGAS / Museu Nacional / UFRJ, 1999. (Dissertação de Mestrado.)

\_\_\_\_\_. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

LACERDA, Virgínia Cortes. *Rui Barbosa em Haia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1957.

\_\_\_\_\_. *Escritos e Discursos Seletos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa / Ed. Nova Aguillar, 1995.

LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

\_\_\_\_\_. SILVA, Eduardo & BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

LIMA, Herman. *Rui e a caricatura*. Rio de Janeiro. Ed. Olímpia, 1950.

LIMA, Hermes. *O construtor, o crítico e o reformador na obra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Ed. Autores Associados, 2002.

MAGALHÃES, Rejane Mendes M. de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MAGALHÃES, Jr. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1965.

NERY, Fernando. *Rui Barbosa: ensaio biográfico*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1955.

MANGABEIRA, João. *O estadista da República*. São Paulo: Ed. Martins, 1960.

\_\_\_\_\_. *A presença de Rui nas gerações novas e a função política e social da mocidade presente*. São Paulo: Editora Martins, 1961.

MONTEIRO, Exuperio. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1958.

MORAN, Emílio Frederico. *Rui e a abolição*. Tradução de Conly Silva. Rio de Janeiro. MEC, 1973.

NOGUEIRA, Rubem. *História da vida de Rui Barbosa*. Salvador: Ed. Progresso, 1957

ORNELLAS, Archimino. *Ruy Barbosa*. Rio de Janeiro: Associação Atlética Banco do Brasil, 1955.

PALHA, Américo. *História da vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1954.

PIRES, Homero. *Rui Barbosa e os livros*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

RIBEIRO, Joaquim de. *Rui Barbosa e João Ribeiro*. Rio de Janeiro: MEC. 1952

ROCHA, Leonel Severo. *A Democracia em Rui Barbosa: o projeto político liberal-racional*. Coleção: *Estudos políticos Constitucionais*. Rio de Janeiro: Editora Liber Júris, 1995.

SABOYA, Vilma Trindade. *A reforma de Rui Barbosa sobre o ensino primário (1822-1883). Um projeto de modernização do Brasil*. 1982. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo grande.

SCHMIDT, Augusto Frederico. *Ruy Barbosa: defensor do homem*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1942.

SIMON, Michel. *Ruy*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.

SIMIT, Carleton Sprague. *Os livros norte-americanos no pensamento de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1945.

SOARES, Silva e, AL. E. M. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.

SODRÉ, Monis. *Ruy Barbosa perante a História: (factos e documentos)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

VIANA, Filho, Luiz. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Martins, 1965

\_\_\_\_\_. *Rui Barbosa: seis conferências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (MEC) / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

\_\_\_\_\_. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Cia. editora nacional, 1977.

VILLAS-BOAS, N.B. *A Rui o que é de Rui*. Rio de Janeiro: MEC / Casa de Rui Barbosa.

### 1.2.2 \_ OBRAS METODOLÓGICAS:

ARENDDT, Hannah. *On Revolution*. Nova York: The Viking Press, 1965.

ARISTÓTELES. *A política*. 15ª ed. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1988.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: \_\_\_\_\_. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 05 – Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 298.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Teoria geral da cidadania*. São Paulo: Saraiva, 1995.

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. 5ªed., Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1975-76).

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Ed. Cia das Letras 1982.

BERSTEIN, Serge. *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 7 ed., 1995.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. Ed. Cia. das Letras. São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARDOSO, Ciro F. S. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. *Rui Barbosa e a razão clientelista*. Rio de Janeiro: Artigo da revista *DADOS* Disponível em: [www.sicelo.com.br](http://www.sicelo.com.br). Acesso em: 08 jan. 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editoria da UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982.

DA MATTA, Roberto. A questão da cidadania num universo relacional. In: \_\_\_\_\_. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1987.

DÉLOYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

DOMINGUES, Beatriz. *Tradição na Modernidade e Modernidade na tradição: a modernidade ibérica e a revolução copernicana*. Rio de Janeiro: COOPE / UFRJ, 1996.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos e genealogias. In: \_\_\_\_\_. *Varia História*. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História,

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. – nº 28, 2001 – Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ELEY, Geoff. Edward Thompson, social history and political culture: the making of a working-class public, 1780-1850. In: KAYE, Harvey & McCLELLAND, Keith. **E.P. Thompson: critical perspectives**. Cambridge: Polity Press, 1990.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Local? Editora Globo, 1984. Volume 2.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

GEERTZ, Cliford. *A interpretação de culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Afiliada, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antônio. *A concepção dialética da História*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Tradução de Flávio R. Kothe – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDMANN, Francisco Food. *Tempo e História*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1992.

HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed: FGV, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1994.

MACEDO, Ubiratan Borges. *O liberalismo moderno*. São Paulo: Ed. Massao Ohno, 1997.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. *Política social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: 5ª Edição, Editora Paz e Terra, 1986.

MELLO, Luiz G. de. *Antropologia cultural*. 7ª ed., Petrópolis: Vozes, 1987

PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Mandarim, 1998.

PAIM, Antonio, PROTA, Leonardo e RODRIGUEZ, Ricardo V. *Cidadania: o que todo cidadão precisa saber*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002. (Páginas Amarelas).

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

POLANY, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRÍGUES, Ricardo Vélez. *Luz nas trevas: ensaios sobre o Iluminismo*. Guarapari: Ed. Exlibris, 2007.

\_\_\_\_\_. A Presença de Tocqueville no Brasil. *Revista Carta Mensal*. Rio de Janeiro Vol. 44 – nº 528, março de 1999.

\_\_\_\_\_. *Castilhisismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes – Caxias do Sul – Universidade de Caxias do Sul, 1980.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SKINNER, Quentin. *Fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1996.

SADER, Emir (org). *Gramsci: sobre poder, política e partido*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

STROPPIA, Giovanni Stroppa. *Políticos da Nova Raça: O Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora –MG, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3º Vol.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

\_\_\_\_\_. *Elites políticas na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico*. Juiz de Fora. 2000.

\_\_\_\_\_. Minas de dentro para Fora: A Política Interna Mineira no Contexto da Primeira República. Juiz de Fora: *Revista LOCUS*, v. 5, nº2, 1999.

WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.

PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (Coleção Leitura).

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

VIANNA, Luiz W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato 7 C/ Editores, 1921.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

### **1.2.3 – OBRAS RELATIVAS AO CONTEXTO HISTÓRICO:**

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas; São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

BELLO, José M. *História da República*. 6ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972.

BESSONE, Darcy. *Wenceslau: um pescador na presidência*. Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, 1968.

BORGES, Vera L.B. *Uma morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política oligárquica (1909-1915)*. 2000. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

BRITO, Carvalho. *O civilismo em Minas*. Rio de Janeiro: Ed. FCRB, 1949.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

\_\_\_\_\_. *A República Velha: instituições sociais*. São Paulo: DIFEL, 1975.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

DÀVILA, Luiz Felipe. *Os virtuosos: os estadistas que fundaram a república brasileira*. São Paulo: Ed. A Girafa, 2006.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10 ed., 2 vol., São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

\_\_\_\_\_. *O Brasil republicano, Tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira).

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano).

FERREIRA, Marieta de M. (org.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FLEISCHER, David V. Carlos Peixoto Filho: o Jardim da Infância. IN: \_\_\_\_\_. *Perfis parlamentares 2: Carlos Peixoto Filho*. Brasília: UNB, 1978.

\_\_\_\_\_. A Cúpula Mineira na República Velha, IN: MONTEIRO, Norma de G. (org) *V Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

FONSECA FILHO, Hermes da. *Marechal Hermes*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

FRANCO, Afonso Arinos. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, Volumes I, II e III, 1973.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 3ª Edição, 1974.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Iuperj/ Vértice, 1988.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *A revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

JUNQUEIRA, Ribeiro. A tributação e a produção cafeeira de Minas Gerais. IN: \_\_\_\_\_. *Minas e o bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727-1927)*. Secretaria da Agricultura, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

LACOMBE, Américo J. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LESSA, Robert. *A invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

MARTINS FILHO, A. *A economia política do café com Leite: 1900-1930*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

MENDONÇA, Sônia R.de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro*. 1997. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, - RJ, 1997.

MILLS, Wright C. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NOVAES, Carlos Eduardo. *História do Brasil para principiantes*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

NOZOE, Nelson H. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização*. São Paulo: IPE/USP, 1984.

PÔRTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo: tentativa de interpretação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Livraria e Oficina Magalhães, 1917

REIS, Elisa P. *Interesses agro-exportadores e construção do estado: Brasil de 1889 a 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RESENDE, Maria E. L. de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM, 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG, 1982

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição*. São Paulo. Ed. EDUSP, 1996.

SILVA, Marcos A. da. *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, Hélio. *História da República Brasileira*. São Paulo: Editora três, 1975.

SOBRINHO, Souza. *A importância de Minas na política nacional*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. O processo político-partidário na Primeira República. IN: MOTA, Carlos G. (org). *Brasil em perspectiva*. 15ª ed, São Paulo: Difel, 1985.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na república velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOLENTINO, José. *Nilo Peçanha: sua vida pública*. Rio de Janeiro: Armando Martins, 1930.

VÉOKA, L.G. *A campanha Civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política*. São Paulo: ed. Unesp, 2004.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Carlos Peixoto e o Jardim da Infância. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro:, [s. l.] 972. (Volume 297)

WITTER, José S. *Partido político, Federalismo e República*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1984.